



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 04/2019 – CONDIR/UNIFAP

Aprova *Ad Referendum* o Relatório de Gestão do ano de 2018 da Universidade Federal do Amapá.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 14, Inciso XIII do Estatuto da UNIFAP, Artigo 17, Inciso XVIII, do Regimento Geral, e ainda, o Artigo 10º, Inciso IX, do Regimento do CONDIR, considerando o memorando eletrônico nº 25/2019-PROPLAN, de 28/03/2019, que encaminha o Relatório de Gestão (2018) para apreciação do Conselho Diretor.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar *Ad Referendum* o Relatório de Gestão, exercício 2018, da Universidade Federal do Amapá.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Presidente do Conselho Diretor da Universidade Federal do Amapá

Macapá-AP, 29 de março de 2019.

JÚLIO CÉSAR SÁ DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Diretor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO

RELATÓRIO DE GESTÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - 2018

Macapá
2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2018

Relatório de Gestão do Exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, como prestação de contas anual a que esta Unidade jurisdicionada está obrigada, nos termos do parágrafo único Art. 70 da Constituição Federal de 1988. Elaborado de acordo com as disposições da Portaria nº 369, de 17 de dezembro de 2018, do Tribunal de Contas da União(TCU); Decisão Normativa-TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018 e as Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e 72/2013.

MACAPÁ
2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO

Reitor
Dr. Júlio César Sá de Oliveira

Vice-Reitora
Dr^a Simone de Almeida Delphim Leal

Pró-Reitor de Administração
Seloniel Barroso do Reis

Pró-Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais
Manuel de Jesus de Souza Pinto

Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias
João Batista Gomes de Oliveira

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas
Cleidiane Facundes Monteiro Nascimento

Pró-Reitora de Graduação
Elda Gomes Araújo

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Amanda Alves Fecury

Pró-Reitora de Planejamento
Luciana Santos Ayres da Silva



COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN

Luciana Santos Ayres da Silva

Carina de Almeida Matos

Jefferson da Silva Martins

Departamento de Planejamento - DEPLAN

Vagno Moura Gomes

Alan Santos da Silva

Alexandra Souza Belfor

Eder Bart Souza da Cruz

Janaina Maiara Nunes de Lima Figueiredo

Raimundo Gomes Barbosa

Raimundo Rodrigues do Santos

Departamento de Gestão Orçamentária - DGO

Aldery da Silva Mendonça

Albertina Silva Pereira

Dandara Menezes de Oliveira

José Pery dos Anjos Lobato Junior

Luiz Carlos Silva de Araujo

Thiarlliane da Silva Souza

Departamento de Avaliação Institucional - DEAVI

Lidiane Furtado Ferreira Rodrigues

Cláudia Cristina Brito Pessoa

Eliana da Silva Lopes

Paulo Guilherme Pinheiro dos Santos

Valdemar Vilena Pereira Filho

Elaboração do Relatório de Gestão:

Aldery da Silva Mendonça

Alexandra Souza Belfor

Eder Bart Souza da Cruz

Janaina Maiara Nunes de Lima Figueiredo

José Pery dos Anjos Lobato Junior

Luciana Santos Ayres da Silva

Raimundo Gomes Barbosa

Vagno Moura Gomes

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AUDINT - Auditoria Interna

BF - Balanço Financeiro

BO - Balanço Orçamentário

BP - Balanço Patrimonial

BSC - Balanced Scorecard

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPAP - Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá

CGTI- Comitê Gestor da Tecnologia da Informação

CGC - Comitê Gestor de Contratações

CGRC - Comitê de Governança, Riscos e Controle

CGU Controladoria Geral da União

CNE - Conselho Nacional de Educação

COEG - Coordenadoria de Ensino de Graduação

CONDIR - Conselho Diretor

CONSU - Conselho Superior

CORREG - Corregedoria

CPA - Comissão Própria de Avaliação

DD - Devolução de Despesa

DAA- Divisão de Acompanhamento e Avaliação

DQV- Divisão de Qualidade de Vida

DDP- Divisão de Desenvolvimento de Pessoas

DEAVI - Departamento de Avaliação Institucional

DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa

DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa

DVP - Demonstrações das Variações Patrimoniais

DIMAT- Divisão de Materiais

DILEP- Divisão de Legislação de Pessoal

e-OUV - Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal

e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

EaD - Ensino a Distância

EGD- Estratégia de Governança Digital

FE - Formulário Eletrônico

GDH- Gestão de Desempenho Humano
HU - Hospital Universitário
IES - Instituição de Ensino Superior
IFES - Instituição Federal de Ensino Superior
IN - Instrução Normativa
INMETRO- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
LAI - Lei de Acesso à Informação
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
MP - Ministério do Planejamento
MPOG - Ministério de Planejamento e Orçamento
MPPP - Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas
NDE - Núcleo Docente Estruturante
NUMED - Núcleo de Mediação Universitária
NTI- Núcleo de Tecnologia da Informação
OS - Ordem de Serviço
PAD - Processo Administrativo Disciplinar
PAINT - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PARFOR- Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PCCTAE - Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
POP - Procedimento Operacional Padrão
PPC - Projeto Pedagógico de Curso
PPP - Planos de Providências Permanentes
PROLIND- Programa de Formação de Professores Indígenas
PRODEPS- Programa de Desenvolvimento da preceptoria em Saúde
PROFHISTÓRIA- Mestrado Profissional em História em Rede Nacional
PROFMATEMÁTICA- Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGTIC- Política de Governança de Tecnologia da Informação
PIBID - Programa Institucional de Iniciação à Docência
POSIC - Política de Segurança da Informação e Comunicação
PROAD - Pró-Reitoria de Administração
PROCAD Amazônia - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia

PROCRI - Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais
PROEAC - Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias
PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROJUR - Procuradoria Jurídica
PROPESPG - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento
PSEIQ - Processo Seletivo Extraordinário para ingresso de Indígenas e Quilombolas
PVNS - Programa de Professor Visitante Nacional Sênior
RC - Reconhecimento de Curso
RDC- Regime Diferenciado de Contratação Pública
RMA - Relatório Mensal de Almoxarifado
RMB - Relatório Mensal de Bens
RP - Restos a Pagar
SA - Solicitação de Auditoria
SERES - Secretaria de Regulação da Educação Superior
SESU - Secretaria de Educação Superior
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SIC - Sistema Integrado de Custos
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SISCOR - Sistema de Correição do Poder Executivo Federal
SFC - Secretaria Federal de Controle Interno
SISU - Sistema de Seleção Unificado
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SIG - Sistema Integrado de Gestão
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIPEC - Sistema de Pessoal Civil
SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SIPIUNET- Regularização Imobiliária
SEPAT- Seção de Patrimônio
SIPAC- Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
TAC - Termos de Ajustamento de Conduta

TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UCI - Unidade de Controle Interno
UNIFAP - Universidade Federal do Amapá
UPC - Unidade Prestadora de Contas
UTI - Unidade de Terapia Intensiva

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dotação Geral 2018

Tabela 2 - Execução Destaques Recebidos 2018

Tabela 3 - Execução orçamentária por ação - 2018

Tabela 4 - Receitas arrecadadas por código de recolhimento - 2018

Tabela 5 - Execução das despesas com folha de pessoal

Tabela 6 - Despesas por modalidade de contratação

Tabela 7 - Principais investimentos de Capital

Tabela 8 - Execução de despesas com locação de imóveis - 2018

Tabela 9 - Ativos

Tabela 10 - Obrigações Contratuais – Por contratado

Tabela 11 - Bens Imóveis – Composição

Tabela 12 - Bens Móveis – Composição

Tabela 13 - Intangíveis

Tabela 14 - Balanço Financeiro

Tabela 15 - Ingressos financeiros

Tabela 16 - Dispêndios financeiros

Tabela 17 - Balanço Orçamentário

Tabela 18 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados

Tabela 19 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e não Processados
Liquidados

Tabela 20 - Restos não Processados Inscritos e Reinscritos

Tabela 21 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Tabela 22 - Nota Explicativa da Demonstração das Variações Patrimoniais

Tabela 23 - Demonstrações do Fluxo de Caixa

Tabela 24 - Nota Explicativa da Demonstração do Fluxo de Caixa

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Instituições de Ensino Superior no Amapá, por Categoria Administrativa.
- Quadro 2 - Monitoramento das recomendações emitidas pela CGU – 2018
- Quadro 3 - Perspectivas da Universidade Federal do Amapá
- Quadro 4 - Principais processos de sanções administrativas
- Quadro 5 - Licitações mais relevantes no exercício de 2018 na modalidade pregão eletrônico
- Quadro 6 - Contratações diretas (dispensas e inexigibilidades) realizadas no exercício de 2018
- Quadro 7 - Contratos celebrados no exercício de 2018
- Quadro 8 - Regularização Imobiliária - SPIUNET
- Quadro 9 - Contratações mais relevantes de recursos de TI
- Quadro 10 - Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor
- Quadro 11 - Compensações
- Quadro 12 - Empenhos mais relevantes de obras
- Quadro 13 - Tratamento das Determinações / Recomendações do TCU
- Quadro 14 - Tratamento das Recomendações da CGU

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Organograma da Universidade Federal do Amapá
- Figura 2 - Mapa Estratégico da Universidade Federal do Amapá 2015-2019
- Figura 3 - Demonstrativo do quantitativo de demandas da Audint, exercício 2018
- Figura 4 - Recomendação emitidas pela Unidade de Auditoria -2018
- Figura 5 - Atendimentos Realizados na Ouvidoria de 2015 a 2018.
- Figura 6 - Procedimentos instaurados pela CORREG - 2018
- Figura 7 - Processo de Autorização/Reconhecimento ou Renovação de Reconhecimento de Curso
- Figura 8 - Planejamento Integrado
- Figura 9 - Fluxo de monitoramento dos objetivos estratégicos
- Figura 10 - Série histórica das patentes registradas na Unifap - anos de 2015 a 2018
- Figura 11 - Alunos Formados na Graduação na Unifap - anos de 2015 a 2018
- Figura 12 - Alunos Formados na Pós-Graduação na Unifap - anos de 2016 a 2018
- Figura 13 - Pessoas da Comunidade Atendidas nos Projetos de Extensão na Unifap - 2016 a 2018
- Figura 14 - Alunos atendidos por modalidade de assistência nos Campi da Unifap - Ano 2018
- Figura 15 - Auxílio concedido a alunos por campus - Ano 2018
- Figura 16 - Série histórica do indicador - Número de Pessoas da Comunidade Acadêmica em Intercâmbio na Unifap
- Figura 17 - Série histórica do indicador - Processos Divulgados na Unifap
- Figura 18 - Série histórica do indicador - Atendimento realizado na Ouvidoria da Unifap
- Figura 19 - Série histórica do indicador - Demanda atendida da Unifap
- Figura 20 - Série histórica do indicador - Atendimento realizado na Ouvidoria da Unifap
- Figura 21 - Série histórica do indicador - Qualificação do Corpo Técnico Administrativo da Unifap
- Figura 22 - Série histórica do indicador - Qualificação do Corpo Docente da Unifap
- Figura 23 - Distribuição da força de trabalho da Unifap
- Figura 24 - Regularização Imobiliária 2015 -2018
- Figura 25 - Despesas fixas da Unifap no período de 2017 a 2018.
- Figura 26 - Restos à Pagar por Categoria Econômica
- Figura 27 - Restos à Pagar por Grupo de Despesas
- Figura 28 - Restos à Pagar por Grupo de Despesas

Figura 29 - Restos à Pagar por Grupo de Despesas

Figura 30 - Execução da despesa no exercício 2018

LISTA DE ANEXOS

Declaração de Integridade do Relato Integrado

SUMÁRIO

MENSAGEM DO REITOR

- O objetivo da mensagem do Reitor é fornecer uma visão geral sobre o desempenho de sua gestão no exercício de 2018.

| | |
|--------------------|----|
| MENSAGEM DO REITOR | 16 |
|--------------------|----|

CAPÍTULO 1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

- O objetivo do capítulo é demonstrar a finalidade e a forma de atuação da Unifap, quem é as lideranças e a influência do cenário externo e interno no seu desempenho.

| | |
|---|----|
| VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO | 18 |
|---|----|

CAPÍTULO 2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

- O objetivo do capítulo é demonstrar a direção estratégica, as estruturas que contribuem para a boa governança da Unifap e o alinhamento desta com as partes interessadas.

| | |
|--|----|
| PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA | 22 |
| Descrição das estruturas de Governança | 24 |
| Atuação a Unidade de Auditoria Interna | 27 |
| Atuação da Ouvidoria | 32 |
| Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos | 36 |

CAPÍTULO 3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

- O objetivo do capítulo é demonstrar quais são os mecanismos de controle estabelecidos para alcançar os objetivos institucionais.

| | |
|---------------------------------------|----|
| GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS | 38 |
|---------------------------------------|----|

CAPÍTULO 4 RESULTADOS DA GESTÃO

- O objetivo do capítulo é demonstrar quais foram as metas e as realizações em relação à missão institucional e aos objetivos estratégicos finalísticos.

| | |
|----------------------------------|----|
| RESULTADOS DA GESTÃO | 42 |
| Análise de indicadores de gestão | 43 |

CAPÍTULO 5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

- O objetivo do capítulo é demonstrar como foram gerenciados os recursos orçamentários, humanos, tecnológicos e outros, sob o ponto de vista da eficiência e da conformidade.

| | |
|--|----|
| ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO | 58 |
| Declaração dos Titulares PROPLAN e PROAD | 58 |
| Gestão Orçamentária E Financeira | 59 |
| Gestão de pessoas | 64 |
| Gestão de Licitações e Contratos | 72 |

| | |
|-------------------------------------|----|
| Gestão Patrimonial e Infraestrutura | 78 |
| Gestão da Tecnologia da Informação | 82 |
| Gestão de Custos | 86 |
| Sustentabilidade Ambiental | 88 |

CAPÍTULO 6 **DEMONSTRAÇÕES** **CONTÁBEIS**

- O objetivo do capítulo é demonstrar a situação e o desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial da gestão no exercício.

| | |
|---|-----|
| DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | 90 |
| Declaração do Contador - Com Ressalva | 90 |
| 6 - Demonstrações contábeis e Notas explicativas | 92 |
| 6.1 - Balanço patrimonial | 92 |
| 6.2 - Balanço patrimonial | 93 |
| 6.2.1 - Nota explicativa do Balanço patrimonial | 95 |
| 6.2.1.1 - Fornecedores e contas a pagar – Por Fornecedor | 95 |
| 6.2.1.2 - Obrigações Contratuais – Por contratado | 96 |
| 6.2.1.3 – Imobilizado | 98 |
| 6.2.1.4 – Intangível | 100 |
| 6.3 - Balanço Financeiro | 101 |
| 6.3.1 - Nota Explicativa do Balanço Financeiro | 102 |
| 6.3.1.1 - Ingressos Financeiros | 102 |
| 6.3.1.2 - Dispêndios Financeiros | 103 |
| 6.4 - Balanço Orçamentário | 104 |
| 6.4.1 - Nota Explicativa do Balanço Orçamentário | 108 |
| 6.4.1.1 - Restos a pagar | 108 |
| 6.4.1.2 - Execução da despesa no exercício 2018 | 113 |
| 6.5 - Demonstração das Variações Patrimoniais | 115 |
| 6.5.1 - Nota Explicativa da Demonstração das Variações Patrimoniais | 117 |
| 6.5.1.1 - Variação Patrimonial Aumentativa | 117 |
| 6.5.1.2 - Variação Patrimonial Diminutiva | 117 |
| 6.6 - Demonstração do Fluxo de Caixa | 118 |
| 6.6.1 - Nota Explicativa da Demonstração do Fluxo de Caixa | 119 |
| 6.6.1.1 - Atividades Operacionais | 119 |
| 6.6.1.2 - Atividades de Investimentos | 120 |
| 6.6.1.3 - Atividades de Financiamento | 120 |

OUTRAS **INFORMAÇÕES** **RELEVANTES**

- Visão geral do tratamento de determinações e recomendação dos Órgão de Controle Interno e Externo.

| | |
|---|-----|
| Tratamento de determinações e recomendação do TCU | 121 |
| Tratamento de recomendação da CGU | 124 |

ANEXOS E **APÊNDICES**

- A declaração de integridade do relato integrado

| | |
|---|-----|
| Declaração de integridade do Relato Integrado | 128 |
|---|-----|

Boa Leitura!

O Relatório de Gestão 2018 da Universidade Federal do Amapá (Unifap) foi elaborado com o objetivo de prestação de contas aos órgãos de controle e à sociedade, reafirmando o compromisso com a transparência e a credibilidade de sua atuação acadêmica e de seus serviços.

O documento sintetiza os resultados alcançados e as principais atividades desenvolvidas por esta instituição de ensino superior além de ser um importante instrumento de monitoramento, controle e avaliação das ações internas, pois possibilita o acompanhamento da aplicação de seus recursos e estabelece uma correlação entre os objetivos e as metas estabelecidas e os resultados alcançados no exercício de 2018.



A Unifap tem como missão institucional promover de forma indissociável ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e para o desenvolvimento social, econômico, ambiental, tecnológico e cultural da região amazônica.

Buscando o cumprimento da sua missão foram traçados objetivos estratégicos descritos no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2015-2019 disponível para consulta a sociedade no endereço eletrônico <http://www2.unifap.br/pdi/>.

Para alcançar êxito na conquista de seus objetivos e metas de 2018 a Unifap dispôs:

Estrutura física de 4 (quatro) *campi*, (Marco Zero, Mazagão, Santana e Oiapoque,) e 3(três) polos de apoio para os cursos de educação à distância (EAD), localizados em Macapá, Santana e Vitória do Jarí.

Recursos Humanos: 1.162 (um mil cento e sessenta e dois) servidores, sendo 498 (quatrocentos e noventa e oito) técnico-administrativos e 664 (seiscentos e sessenta e quatro) docentes.

Orçamento de R\$ 266.758.664,00 (duzentos e sessenta e seis milhões setecentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e sessenta e quatro reais).

A crise financeira que assolou a economia brasileira nos últimos anos foi o nosso principal desafio no cumprimento da missão desta IFES, pois os contingenciamentos orçamentários afetaram sobremaneira as universidades federais.

Com esses recursos conseguimos resultados expressivos no ensino, na pesquisa e na extensão com foco na educação superior os quais serão detalhados ao longo deste relatório.

Cabe destaque também ao contexto de transição de gestão vivenciado por esta IFES ocorrido após escolha democrática por parte da comunidade acadêmica que culminou com a sucessão de novos gestores, a partir do mês setembro/2018.

Principais resultados:

No ensino ofertamos 72 (setenta e dois) cursos de graduação e 22 (vinte e dois) cursos de pós-graduação.

Foram executadas 224 (duzentas e vinte e quatro) ações de extensão que atenderam a 87.966 (oitenta e sete mil, novecentos e sessenta e seis) pessoas da comunidade acadêmica e sociedade.

Evidencia-se também a conclusão, inauguração e andamento de obras, com destaque para o avanço na construção do Hospital Universitário que será um hospital de média e alta complexidades que contará com 300 leitos, sendo 60 para Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 240 para internação.

A gestão venceu desafios e manteve, como objetivos, avançar nos processos de formação, qualificação, pesquisa/ inovação tecnológica, extensão e de gestão acadêmica e administrativa, o que pode ser verificado nos resultados apresentados neste relatório.

Desta forma a Unifap em 2018 contribuiu de forma relevante para a formação de cidadãos e para o desenvolvimento social, econômico, ambiental, tecnológico e cultural do Estado do Amapá, destacando-se como instituição fomentadora de ações de ensino, pesquisa e extensão no contexto regional.

Vale ressaltar que a forma e o conteúdo de apresentação deste Relatório de Gestão foi construído de acordo as determinações legais do Tribunal de Contas da União (TCU), Decisões Normativas-TCU nº 170 e 172, de 2018, as Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e 72/2013 e as orientações do sistema e-Contas, que adota um novo formato de elaboração do relatório de gestão denominado de Estrutura Internacional de Relato Integrado, a proposta desse novo modelo é tornar a informação mais acessível à compreensão da sociedade, por essa razão as informações são apresentadas em uma linguagem amigável e que permitirá ao cidadão compreender os resultados alcançados pela Unifap em 2018.

Júlio César Sá de Oliveira
Reitor da Universidade Federal do Amapá
Decreto s/n de 19 de setembro de 2018

CAPÍTULO 1 VISÃO
GERAL ORGANIZACIONAL E
AMBIENTE EXTERNO

•O objetivo do capítulo é demonstrar a finalidade e a forma de atuação da Unifap, quem é as lideranças e a influência do cenário externo e interno no seu desempenho.

A Unifap é uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), criada pela Lei n.º 7.530, de 29 de agosto de 1986, e instituída pelo Decreto nº 98.977, de 02 de março de 1990, vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Tem como missão, conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 (PDI), “promover de forma indissociável ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e para o desenvolvimento social, econômico, ambiental, tecnológico e cultural da região amazônica”.

No mesmo documento encontra-se descrita a visão institucional que é “ser norteadora da construção de conhecimentos, gestão e competências, fomentando o desenvolvimento regional.”

De acordo com o Regimento Geral, disponível no endereço eletrônico <http://www2.unifap.br/derca/files/2015/01/arg4065.pdf>, a estrutura da Unifap é composta pelos seguintes órgãos:

I - Órgãos Colegiados Superiores:

- a) Conselho Diretor (CONDIR);
- b) Conselho Universitário (CONSU).

II - Órgãos Executivos Superiores:

- a) Reitoria;
- b) Pró-Reitorias.

III - Órgãos de Assessoramento;

IV - Órgãos da Administração Geral;

V - Órgãos Executivos de Administração Específica.

como uma das 03 de caráter público, ocorrendo a predominância da categoria administrativa privada, conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1 - Instituições de Ensino Superior no Amapá, por Categoria Administrativa

| Instituição(IES) | Categoria Administrativa |
|--|-----------------------------|
| Universidade Federal do Amapá (Unifap) | Pública Federal |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá | Pública Federal |
| Universidade do Estado do Amapá | Pública Estadual |
| Centro de Ensino Superior do Amapá | Privada com fins lucrativos |
| Faculdade Apoena | Privada com fins lucrativos |
| Faculdade Brasil Norte | Privada com fins lucrativos |
| Faculdade de Ensino Superior da Amazônia | Privada com fins lucrativos |
| Faculdade de Macapá | Privada com fins lucrativos |
| Faculdade de Tecnologia do Amapá | Privada com fins lucrativos |
| Faculdade de Teologia e Ciências Humanas | Privada sem fins lucrativos |
| Faculdade Estácio do Amapá - Estácio Amapá | Privada com fins lucrativos |
| Faculdade Estácio Macapá - Estácio Macapá | Privada sem fins lucrativos |
| Faculdade Madre Tereza | Privada com fins lucrativos |
| Instituto de Ensino Superior do Amapá | Privada com fins lucrativos |
| Instituto Macapaense de Ensino Superior | Privada com fins lucrativos |
| Unama Faculdade da Amazônia de Macapá | Privada com fins lucrativos |

Fonte: E-mec

Neste contexto, e mesmo diante da crise financeira que assolou a economia brasileira nos últimos e que afetou as universidades federais, a Unifap como instituição federal e incumbida estatutariamente do ensino, pesquisa e extensão e com vistas ao cumprimento de sua responsabilidade social, não se eximiu em atuar como promotora da educação pública. Para isto, vem atuando na implementação de projetos e ações relativos ao aprimoramento da tríade ensino-pesquisa-extensão, conforme a seguir:

1) Promover Políticas de Inclusão: Realização do Processo Seletivo Extraordinário para ingresso de Indígenas e Quilombolas (PSEIQ) nos cursos de Graduação do Campus Binacional, no município de Oiapoque-AP;

2) Fortalecer o ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e a extensão:

- Submissão de proposta em 02 editais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para implementação de projetos inovadores que estimulem articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica. Sendo contemplada com 3 núcleos para o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), com bolsas para estudantes das Licenciaturas envolvidas, e 6 núcleos para a Residência Pedagógica, também com bolsas para os estudantes das licenciaturas envolvidas.

- Submissão e aprovação de 05 propostas vinculadas a editais da (CAPES), referentes a programas que tem por objetivo o fortalecimento e consolidação da Pós-graduação na Região Norte, a fim de reduzir as assimetrias regionais. Os editais publicados foram o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD Amazônia) e Programa de Professor Visitante Nacional Sênior (PVNS).

3) Intensificar a internacionalização: Publicação de editais de mobilidade e celebração de convênios com instituições internacionais.

Diante das dificuldades vivenciadas, a gestão atual entende que para fazer frente ao atual cenário econômico-financeiro, urge a utilização de ferramentas de Planejamento Estratégico, monitoramento e avaliação dos resultados, com vistas a cumprir da melhor forma sua missão e seus compromissos com a sociedade.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

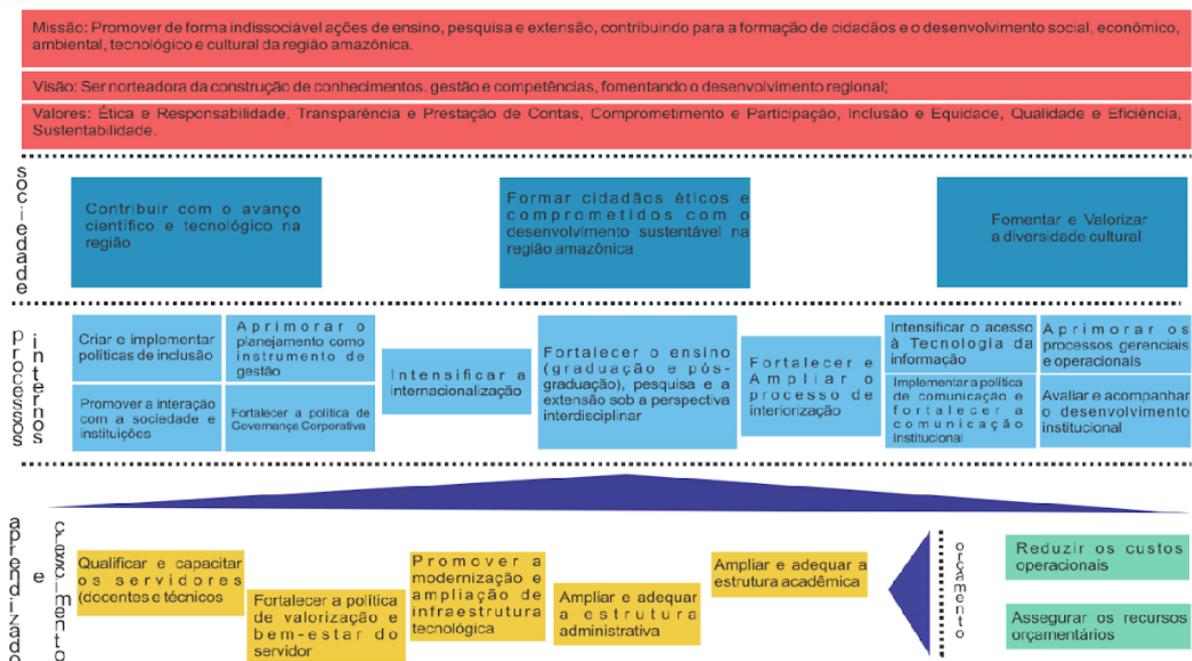
Neste tópico será abordada a direção estratégica da universidade, as estruturas que contribuem para a sua governança, e quais são suas competências. Além do mais, será explicitado sobre os mecanismos de controles internos adotados para assegurar a conformidade da gestão e garantir o alcance dos objetivos planejados, as atividades de correção.

Conforme consta do PDI 2015-2019 instrumento estratégico para o planejamento e o acompanhamento da gestão da Unifap, a metodologia utilizada foi o *Balanced Scorecard* (BSC) para a construção de seu Plano de Desenvolvimento Institucional, que se coaduna com a necessidade de um planejamento integrado, de modo que se interliguem missão, visão e valores institucionais. No exercício de 2018 foram estabelecidas diretrizes. O PDI traz o que a Universidade pretende realizar no período de 2015 a 2019, como apresentado no Mapa Estratégico - Figura 2, e como fará a implantação e a avaliação das ações e projetos estratégicos para a excelência na atuação institucional, conforme elencados a seguir:

- Contribuir com o avanço científico e tecnológico na região;
- Formar cidadãos éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da região amazônica;
- Fortalecer o ensino, pesquisa e a extensão, sob a perspectiva interdisciplinar; criar e implementar políticas de inclusão;
- Aprimorar o planejamento como instrumento de gestão;
- Promover a interação com a sociedade e instituições;
- Fortalecer a política de governança corporativa;
- Intensificar a internacionalização;
- Qualificar e capacitar os servidores (docentes e técnico-administrativos);
- Fortalecer a política de valorização e bem - estar do servidor;

- Promover a modernização e ampliação de infraestrutura tecnológica e;
- Assegurar os recursos orçamentários e reduzir os custos operacionais.

Figura 2 – Mapa Estratégico da Universidade Federal do Amapá 2015-2019



Fonte: PDI UNIFAP- 2015-2019

Além disso, em conjunto com a comunidade acadêmica e o Conselho Estatuinte, o Estatuto foi revisado, trazendo a voz e o anseio de todos e será encaminhado ao Conselho Nacional de Educação (CNE) apresentando as revisões do Estatuto da Unifap, as estruturas de governança sofrerão alterações consideráveis, ampliando-se, de modo a abarcar a expansão por qual a IFES passou e vem passando. Essas estruturas serão posteriormente descritas em suas minúcias no Regimento Geral que também deverá ser atualizado tão logo seja aprovado o estatuto.

Descrição das estruturas de Governança

Em consonância com o Estatuto e o Regimento Geral, a Administração da Unifap é responsável pelos órgãos deliberativos, executivos complementares e de apoio aos Conselhos Superiores, como órgãos normativos, deliberativos e consultivos. Toma-se necessário explicar que a estrutura da Unifap tem sua reformulação contemplada no novo Estatuto em processo de revisão, como dito antes, de tal modo que há um grupo de trabalho cujo eixo temático trata especificamente da “Organização Administrativa”. Assim sendo, a Administração Universitária estrutura-se, ainda, da seguinte forma, segundo o art. 6º do seu Regimento Geral:

I – Órgãos Colegiados Superiores:

a) Conselho Diretor.

b) Conselho Universitário;

II – Órgãos Executivos Superiores:

a) Reitoria;

b) Pró-Reitorias.

III - Órgãos de Assessoramento;

IV - Órgãos da Administração Geral;

V - Órgãos Executivos de Administração Específica.

Conselho Diretor (CONDIR) é órgão de deliberação superior em matéria de controle e fiscalização econômico-financeira, bem como, estabelecer normas, aprovar, acompanhar e fiscalizar as ações pertinentes à execução do regime financeiro, orçamentário e contábil da Universidade, e ainda, autorizar a aquisição, alienação, cessão, locação e transferências de bens imóveis da Universidade, como também, homologar convênios, contratos e acordos firmados com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

Conselho Superior (CONSU) é órgão máximo de deliberação da Unifap; colegiado integrante da Administração Superior, de caráter deliberativo e normativo em matéria de administração universitária e instância de recursos. Tem a competência de formular a política da Universidade e traçar diretrizes e normas em matéria administrativa, didático-científica e disciplinar, bem como elaborar, reformular e aprovar o regimento geral da universidade, e ainda, aprovar as modificações do estatuto da Universidade e planos de trabalho.

A Reitoria é órgão executivo superior que coordena e superintende todas as atividades universitárias.

A Vice-reitoria tem a função de substituir o Reitor em suas faltas, seus impedimentos ou vacância, bem como auxiliá-lo em caráter permanente.

A Chefia de Gabinete tem a função de prestar assistência ao Reitor e ao Vice-Reitor em suas representações políticas e sociais, bem como, manter em ordem a agenda de compromisso e despachos do Reitor e Vice-reitor, ainda, transmitir ordens, despachos e recomendações do Reitor aos órgãos subordinados.

A Procuradoria Jurídica (PROJUR) tem a competência de prestar assessoramento à Reitoria em assuntos de natureza jurídica; manter atualizados os arquivos de legislação de interesse da Unifap, em especial jurisprudências, decisões, acórdãos e pareceres jurídicos; redigir peças e solicitar documentação destinada a instruir processos judiciais; emitir pareceres que envolvam matéria de natureza jurídica, por solicitação do Reitor; representar a Unifap em juízo, mediante autorização do Reitor.

A Assessoria Especial tem a competência de organizar os eventos e promover os respectivos cerimoniais, bem como planejar, coordenar e executar programas e projetos de divulgação e promover a cobertura jornalística de eventos e solenidades referentes à Unifap; e, ainda, organizar entrevistas e credenciar jornalistas e representantes da imprensa para acesso a solenidades oficiais da Universidade.

A Auditoria Interna tem a competência de acompanhar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual da Unifap, bem como, atuar de forma preventiva, acompanhando a execução dos programas e do orçamento e ainda acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do sistema de controle interno do poder executivo federal e do Tribunal de Contas da União (TCU).

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é um órgão de atuação autônomo em relação aos Conselhos e demais Órgãos Colegiados existentes na Instituição. A ela compete, dentre outras atribuições, elaborar e executar o processo de avaliação interna da Universidade Federal do Amapá; constituir subcomissões ou grupos de trabalho para desenvolvimento do processo de avaliação; planejar e organizar as atividades da Comissão, sensibilizando a Comunidade Acadêmica e fornecendo assessoramento aos diversos setores da Unifap; elaborar relatórios e pareceres, e sugerir providências às instâncias competentes para tomada de decisões.

A Ouvidoria é um órgão que foi instituído para garantir o direito de manifestação do cidadão-usuário acerca dos serviços ofertados pela Unifap, através de atendimento de forma presencial e virtual (on-line), à comunidade.

A Corregedoria é um órgão encarregado das atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades no âmbito desta Universidade, devendo exercê-las com base na Lei, com autonomia e independência, observando a atuação dos servidores integrantes de seu quadro por padrões éticos de imparcialidade, isenção, integridade moral e honestidade.

A Unidade de Controle Interno, embora já existisse como unidade da IFES, não tinha tido até então um papel de protagonista como hoje se coloca gerenciando todos os processos de acompanhamento de controle interno, sobretudo do cumprimento de auditorias e recomendações advindas da Controladoria Geral da União (CGU), Auditoria Interna da Unifap (Audint) e Tribunal de Contas da União. Isso vem sendo efetivo desde o ano de 2016. Em outros termos, é uma unidade vinculada à Reitoria e tem se apresentado fundamental para mitigar os atrasos nos atendimentos das demandas com prazos, otimizando o controle e a efetividade nas respostas apresentadas.

As pró-reitorias são órgãos de assessoramento da reitoria e está congregada em 7(sete) abaixo especificadas:

1 Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD) - Define a política de ensino de graduação da Universidade; coordena os processos para a melhoria da qualidade do ensino; acompanha e avalia permanentemente o ensino de graduação na Unifap.

2 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESPG) - Define a política de pesquisa e pós-graduação da Unifap; estimula atividades de pesquisa, com vistas à melhoria da qualidade do ensino e do desenvolvimento regional; busca convênios de captação de recursos com entidades nacionais e estrangeiras de fomento à pesquisa; propõe planos de qualificação, capacitação e aperfeiçoamento docente e de atividades de investigação científica, com respectivo orçamento de custos; possibilita condições para a implantação de cursos de pós-graduação.

3 Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC) - Define e coordena a política de extensão e ações comunitárias da Universidade; faz executar e acompanhar as atividades relacionadas com a extensão e as ações comunitárias; regulamenta a utilização do anfiteatro da Unifap.

4 Pró-Reitoria de Relações Interinstitucionais (PROCRI) - Viabiliza a cooperação técnico-científica nacional e internacional; realizar a interação entre esta Universidade e as instituições de ensino, pesquisa e extensão; estimular a troca de experiências entre professores e alunos da Unifap com outros pares das universidades nacionais e internacionais; promover a integração internacional das ofertas de graduação, de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, em todas as áreas do conhecimento; apoiar todos os professores e alunos provenientes de

outros países que estejam estudando ou trabalhando na Unifap; estabelecer o diálogo com instituições de natureza acadêmica.

5 Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) - Planeja, coordena, orienta e promove a execução, acompanhar políticas de Gestão de Pessoas; gerir o sistema de gestão de pessoas no âmbito da Unifap; promover as ações estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Plano de Gestão; assessorar o Reitor nos assuntos de gestão de pessoas no âmbito da Unifap.

6 Pró-Reitoria de Administração (PROAD) - Define a política de administração universidade; supervisionar, coordenar, gerenciar e avaliar as atividades e informações dos níveis decisório, intermediário e operacional; cumprir e fazer cumprir, na sua área de atuação, as disposições do estatuto e do regimento da instituição; elaborar planos, programas e projetos, estudos e propostas que visem a atender às necessidades e ao desenvolvimento da instituição; avaliar a efetividade dos planos, programas, projetos e atividades da Unifap.

Atuação a Unidade de Auditoria Interna

Os trabalhos de auditoria interna neste ano foram concentrados nas ações contidas no Plano Anual de Auditoria Interna- PAINT/2018, abordando também, acerca do acompanhamento das determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) e recomendações desta Unidade e da Controladoria Geral da União (CGU) e resultados alcançados.

As competências e deveres da Unidade da Audint estão solidificados no compromisso de agregar valor à gestão das diversas áreas da instituição, atendendo aos princípios que regem a atuação da administração pública. Nessa perspectiva, a sua atuação tem como instrumento basilar o seu Regimento Interno, reformulado pela unidade e aprovado pelo CONDIR, ao qual está vinculada regimentalmente. Esta aprovação está ratificada na Resolução nº 02, de 19 de fevereiro de 2019, publicada no endereço eletrônico da Audint <http://www2.unifap.br/audint/>.

Todas as ações de auditorias são iniciadas com a Ordem de Serviço (OS) expedida pelo Chefe de Auditoria, designando a equipe e definindo objetivo, escopo, atribuições e prazos dos trabalhos a serem executados. Posteriormente há comunicação à área auditada sobre a abertura dos trabalhos por meio da Solicitação de Auditoria (SA). Ressalta-se que todas as comunicações entre a AUDINT e a Unidade Auditada ocorrem exclusivamente via processo eletrônico. Na finalização destes, a Unidade de Controle Interno, a área auditada bem como os gestores da área recebem cópia do relatório final e um modelo de plano de

providências que deverá ser preenchido pelos auditados acerca das ações que serão realizadas para sanar o que foi apontado pela AUDINT.

É importante frisar que, os trabalhos realizados tiveram caráter orientativo, preventivo e corretivo, com foco na melhoria dos processos administrativos como forma de fortalecer a gestão e se manter alinhado às diretrizes delineada no PDI/Unifap vigente. Em dezembro do mesmo exercício apresentou-se a execução com os resultados por Pró-reitoria.

Quanto às ações de fortalecimento da gestão, a Audint em cumprimento a Instrução Normativa nº 09/2018 da SFC/CGU e Instrução Normativa nº 08/2017 da SFC/CGU, promoveu reuniões sobre temas relacionados a normativos e resultados de auditorias realizadas, prestou ainda assessoramento da alta administração a gestores participantes de processos em implementação e/ou sob alterações significativas, contribuindo de forma positiva com a Instituição.

Quanto à estratégia de atuação a Audint apresentou ao Conselho Diretor, à alta gestão e aos Pró-reitores o planejamento das auditorias a serem realizadas no decorrer do ano de 2018. Nesse aspecto, o Controle Interno (UCI), vinculado à Reitoria foi interlocutora junto às unidades administrativas da Unifap e no que se refere ao cumprimento das demandas da CGU e do TCU. Dessa forma, fica evidente a segregação de funções entre atividades de competência da Unidade de Auditoria Interna e do Controle Interno.

No que tange à IN-Conjunta nº 01/2016, com o assessoramento da Audint, esta realizou a auditoria sobre a governança que teve como escopo verificar a existência de avaliação/mensuração dos indicadores de desempenho elaborados no PDI no ano de 2016 e 2017 e avaliar a Governança quanto ao cumprimento dos indicadores de gestão e aderência da política de gestão de risco da Unifap com a IN Conjunta MP/CGU Nº 01/2016, no exercício de 2017.

No exercício de 2018 as ações de auditoria foram planejadas e executadas em conformidade com a IN CGU 24/2015. Elaborado o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT do ano de 2018, foram contempladas 15 atividades/ações, sendo realizadas 14 atividades/ações, cumprindo o planejamento em quase sua totalidade.

Destas ações, destaca-se a execução do relatório de análise da Universidade Aberta Brasil (UAB), remanescente dos trabalhos de auditoria do ano de 2017, portanto, sem previsão no Paint do ano de 2018. Na Figura 3 é demonstrado o quantitativo de trabalhos de auditoria interna, realizados, não concluídos, não realizados e realizados sem previsão no Paint do ano de 2018:

Figura 3 - Demonstrativo do quantitativo de demandas da Audint, exercício 2018

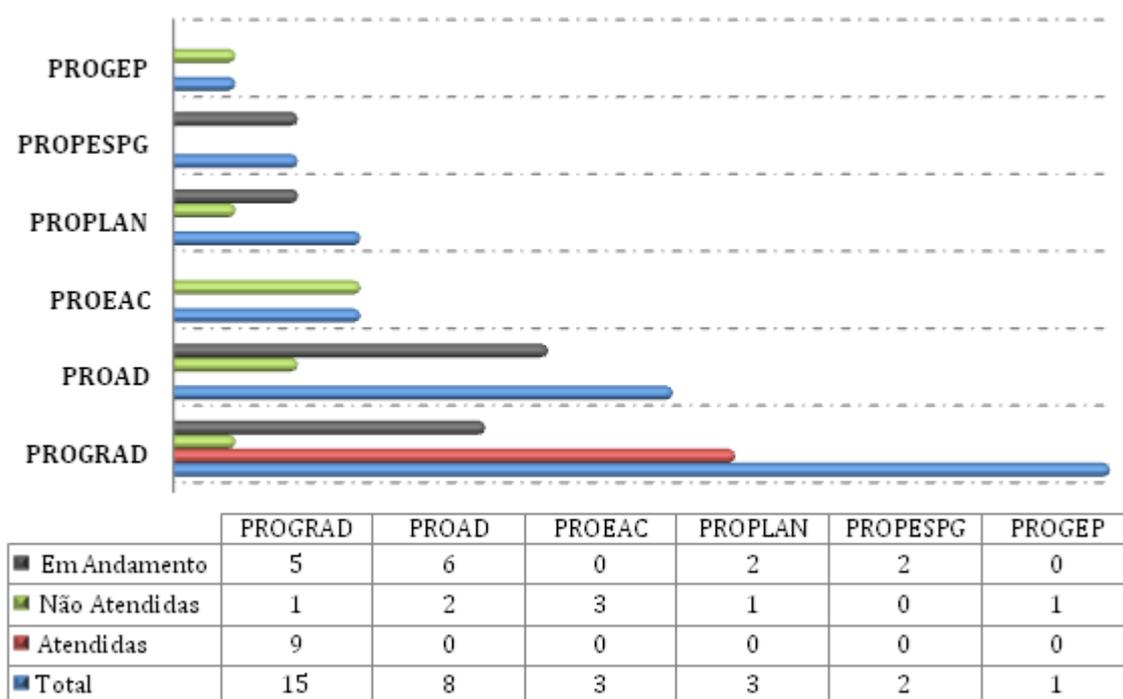


Fonte: Audint (2019).

Em de 2018, foram executados 8 Relatórios de Auditoria, 1 Relatório Anual de Auditoria (referente ao ano de 2018), 1 Relatório/Parecer do relatório de gestão, 1 Plano Anual de Auditoria (referente ao ano de 2019), 3 ações de fortalecimento da Audint e gestão e 1 ação correspondente ao monitoramento das recomendações Unidade de auditoria e CGU, e determinações do TCU.

Dentre as ações planejadas para o exercício de 2018 algumas estão previstas em normativos, a exemplo do Paint, Raint, monitoramento e do parecer no Relatório de Gestão. Foram realizadas 8(oito) auditorias com 34 (trinta e quatro) recomendações.

Figura 4 – Recomendação emitidas pela Unidade de Auditoria



Fonte: Audint (2019)

As recomendações preponderaram sobre os controles internos administrativos que, de acordo com os relatórios da Audint, ainda permanecem fragilizados, embora alguns avanços tenham sido observados, com relação à reformulação de editais e formalização de Procedimento Operacional Padrão (POP). Nos relatórios produzidos pela Audint há frequentes recomendações para o equacionamento dessa fragilidade. Em resposta a esse aspecto, a Unidade de Controle Interno está incumbida de fazer gestão junto às unidades auditadas, colaborando na elaboração de controles internos para que, no ano de 2018, essa pendência seja sanada.

Ressalte-se que a alta gerência toma conhecimento de todas as recomendações expedidas pela Audint, por meio do recebimento dos relatórios de cada auditoria realizada, os quais também são enviados às unidades auditadas, à Controladoria Geral da União via e-mail, além de serem postados na homepage da unidade para consulta pública.

É importante salientar que, no ano de 2018, os monitoramentos das recomendações da Audint e as determinações do TCU foram realizados de forma eletrônica, por meio de Planos de Providências Permanente (PPP) formulados pela Audint, em planilha excel, vez que esta função não está automatizada no Sistema de Gestão Integrado.

Está previsto para o ano de 2019 a implementação do módulo “Auditoria e Controle Interno”, hospedado no Sistema Integrado de Gestão em funcionamento na Unifap. De acordo

com a descrição do fornecedor este módulo permitirá registrar demandas da Audint e o cadastramento das notificações, constatações e recomendações do TCU e da CGU, além da verificação do status das providências tomadas. Há expectativa de que esse sistema contribua para que o monitoramento do atendimento das recomendações internas e as emanadas dos órgãos de controle sejam 100% realizadas de forma automatizada e que disponha de recursos práticos que facilitem a visualização das providências tomadas e da situação de atendimento.

Com relação às determinações e recomendações dos Órgãos de controle, o TCU expediu 22 determinações entre 1 de janeiro a 31 de Dezembro de 2018, destas foram atendidas 2 determinações e 19 determinações estão em andamento. No caso das demandas da CGU, o monitoramento foi realizado através do Sistema Monitor daquele órgão, cujo resultado entre 1 de janeiro a 31 de Dezembro de 2018, como pode ser visualizado no quadro com base na pesquisa realizada no mesmo sistema.

Quadro 2 – Monitoramento das recomendações emitidas pela CGU - 2018

| Recomendações | | | |
|---------------|---------------|------------------|------------------|
| Atendimentos | Cancelamentos | Em monitoramento | Outras situações |
| 11 | 1 | 49 | - |

Fonte: Audint

Desde 2015, a equipe da Audint tem realizado o monitoramento das recomendações de forma contínua, atenta aos prazos e com obtenção de resultados positivos, como revelam os dados.

No aspecto da implantação de alteração estruturais, foi reformulado o Regimento Interno da Auditoria, de acordo com a Instrução Normativa nº 03/2017 da SFC/CGU. Destaca-se também a constante atualização da homepage da unidade, na qual têm sido postados todos os relatórios de auditoria, o Paint, o Raint, dentre outros, para fins de consulta pública.

É importante frisar que, os trabalhos realizados, em 2018, tiveram caráter orientativo, preventivo e corretivo, com foco na melhoria dos processos administrativos como forma de fortalecer a gestão e se manter alinhado às diretrizes delineada no PDI vigente para que se trilhasse essa linha de atuação, primando pela autonomia e imparcialidade.

Atuação da Ouvidoria

A Ouvidoria da Universidade Federal do Amapá, foi instituída através da resolução nº 10 de 25 de junho de 2010, do Conselho Superior. É responsável pelo gerenciamento institucional do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), cuja demanda pelos referidos serviços na UNIFAP tem aumentado bastante em relação aos anos anteriores. Agora, graças à Lei de Acesso à Informação-LAI (LEI Nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011), o cidadão pode ter acesso a todas as informações desejadas, desde que não sejam sigilosas. Cabe evidenciar que o cidadão (ã) pode utilizar diferentes canais de comunicação com a Ouvidoria, no entanto, os registros são centralizados no sistema e-OUV, como forma de organização e melhor gerenciamento das demandas e resposta ao cidadão.

O Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, conhecido como e-OUV, oferece aos usuários 5 (cinco) tipos de manifestações, que são: elogio, sugestão, solicitação, reclamação, denúncia. O manifestante escolhe a (s) opção(ões) de acordo com a situação que se enquadre, e o envia para a Ouvidoria. O sistema permite enviar anexos, bem como o cidadão pode optar pela identificação ou não, podendo inclusive realizar denúncias anônimas. Todas as demandas recebidas passam por um processo de triagem e são encaminhadas para os setores competentes da UNIFAP, e quando devolvidas as informações, o usuário recebe suas respostas, conforme estabelece a legislação e normas específicas.

A partir dos indicadores dessas manifestações a Ouvidoria apresenta à Gestão Superior da Universidade as recomendações de ações com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados a Sociedade. Portanto, as atividades dessa Ouvidoria não se restringem a receber e encaminhar as falas do cidadão, mas também sugerir as ações preventivas quanto as manifestações de reclamação, solicitação e/ou denúncia. A Ouvidoria da UNIFAP também incentiva campanhas educativas no âmbito da Universidade a fim de discutir com a comunidade temas que afetam a todos, tais como: respeito às normas, assédios, etc.

Ouvidoria tem como objetivo humanizar, Mediar os Conflitos e estreitar as relações institucionais e pessoais estabelecidas no âmbito da UNIFAP. Um canal democrático efetivo, disponibilizado para o encaminhamento de soluções aos problemas identificados como ameaças ao bom funcionamento institucional. Serve como canal de interação e mediação entre a sociedade em geral e a gestão da UNIFAP e de resolução dos conflitos internos.

Através da Ouvidoria se estabelece um diálogo e uma comunicação ágil e direta, visando canalizar a uma solução, os interesses dos usuários, manifestos na forma de denúncias,

reclamações, sugestões e, também, elogios, referentes aos serviços prestados pela instituição. Os cidadãos, sejam internos ou externos a UNIFAP podem recorrer à Ouvidoria quando não obtiverem resposta ou solução satisfatória das instâncias competentes para resolver uma determinada demanda, sentir-se mal atendido ou deixar de ter seus direitos garantidos. Sob a perspectiva cidadã, a Ouvidoria se configura como espaço para a prática efetiva da democracia participativa.

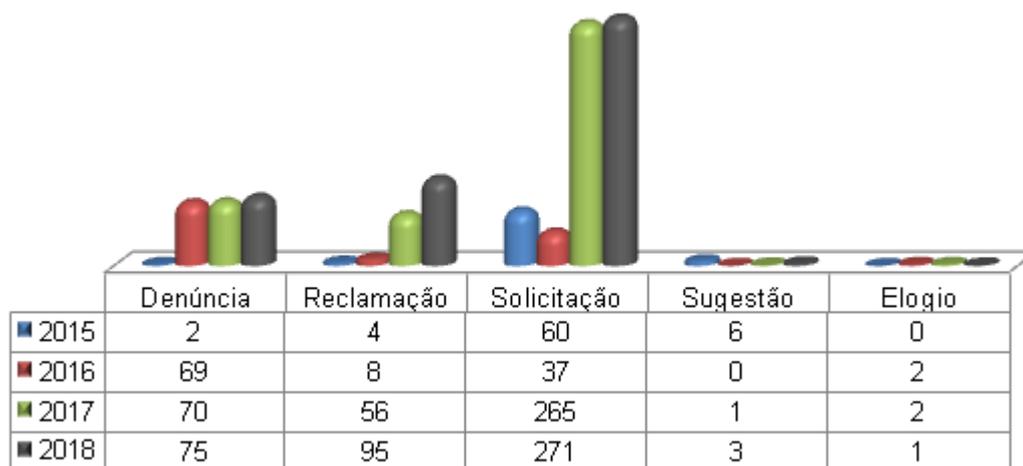
Além do mais o papel da Ouvidoria é essencial para garantir a interlocução do cidadão com a instituição, reconhecendo os usuários, sem qualquer distinção, como sujeitos de direitos, promovendo sua participação na gestão pública, contribuindo com as melhorias dos processos e serviços prestados a comunidade. É oportuno esclarecer ainda que, por meio das ouvidorias públicas, também é possível a realização do controle interno.

Ao receber e analisar denúncias e reclamações dos cidadãos sobre irregularidades ou serviços mal prestados, são recolhidos elementos que servirão de insumo para ações de fiscalização e de correição. Ao mesmo tempo, as ouvidorias públicas possibilitam que cada cidadão seja um agente de controle social, ao complementar a atuação dos órgãos de controle, legitimando o cidadão no seu papel de vigilância e fiscalização das políticas, serviços e servidores públicos.

A perspectiva é que Ouvidoria estabelecerá nova política interna de tratamento na Resolução dos Conflitos dentro da Unifap, através da implantação do Núcleo de Mediação Universitária (NUMED) e do atendimento “ Fale Conosco” via sistema na página da Unifap e/ou de forma presencial, onde inicialmente será estabelecido a prática de Mediação de Conflitos como ponto inicial no tratamento das demandas, sendo encaminhadas aos setores competentes, conforme o caso requeira. Informamos ainda, que conforme novo modelo de gestão, em breve, será realizado capacitação e formação de servidores na prática e uso da técnica de Mediação e Negociação de conflitos.

A Ouvidoria da Unifap recebeu em 2018 o total de 445 registros de usuários, por meio do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, conhecido como “e- OUV”, e pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, o “e-SIC”, os quais foram recebidos, analisados, encaminhados para os setores competentes e por fim tratados para o fornecimento de informações conclusivas aos usuários. O quadro abaixo demonstra, detalhadamente os atendimentos realizados pela Ouvidoria por espécie de manifestação e por ano, desde 2015 até 2018.

Figura 5 - Atendimentos Realizados na Ouvidoria de 2015 a 2018



Fonte:Ouvidoria/UNIFAP-2018

Obs: Ressalta-se que não consta neste relatório 2018 os atendimentos de Mediação, orientação e aconselhamentos realizados nesta Ouvidoria.

Ressaltamos também que a Ouvidoria participará da chamada “Divulgação Itinerante” no âmbito da UNIFAP, em parceria com a Corregedoria, Comissão de Ética e Auditoria Interna para mostrar a Comunidade Acadêmica quais os canais democráticos de participação popular as mesmas possuem, e que podem acessar para exercer seus direitos enquanto cidadãos, e contribuir para a melhoria dos serviços públicos oferecidos por esta IFES, Além de promover cursos de formação de Mediação de Conflitos à toda comunidade acadêmica, através do NUMED. E esse reconhecimento das unidades de controle parecem cada vez mais evidente, na medida em que os usuários dos serviços públicos tem procurado cada vez mais se apropriar dos seus direitos e participar mais da gestão pública.

Os números das manifestações constantes no presente quadro de indicadores comprovam essa alegação, principalmente no que se refere ao aumento de reclamações (95) e solicitações (271).

Por outro lado, há muito a se trabalhar na seara preventiva quanto a conduta dos servidores públicos envolvidos em denúncias de práticas antiéticas e/ou ilícitudes, de forma que a punição seja apenas a última opção decorrente do princípio do devido processo legal administrativo. A sugestão e os elogios ainda são inexpressivos, com apenas 03 de sugestão e 01 registros de elogios em 2018, o que demonstra que os serviços prestados pela Unifap ainda carecem de aperfeiçoamentos e do comprometimento de todos.

Esclarecemos que o papel da Ouvidoria é essencial para garantir a interlocução do cidadão com a instituição, reconhecendo os usuários, sem qualquer distinção, como sujeitos de direitos, promovendo sua participação na gestão pública, contribuindo com as melhorias dos processos e serviços prestados a comunidade. É oportuno esclarecer ainda que, por meio das ouvidorias públicas, também é possível a realização do controle interno. Ao receber e analisar denúncias e reclamações dos cidadãos sobre irregularidades ou serviços mal prestados, são recolhidos elementos que servirão de insumo para ações de fiscalização e de correição. Ao mesmo tempo, as ouvidorias públicas possibilitam que cada cidadão seja um agente de controle social, ao complementar a atuação dos órgãos de controle, legitimando o cidadão no seu papel de vigilância e fiscalização das políticas, serviços e servidores públicos.

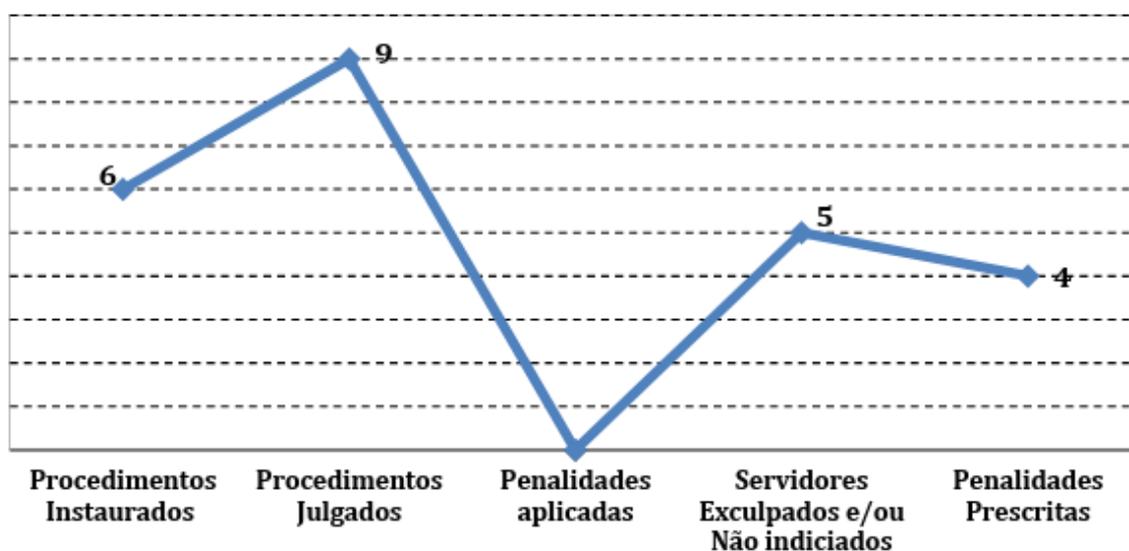
Assim, a Ouvidoria da Unifap é uma instância de participação e controle social, responsável por interagir com os cidadãos, com o objetivo de aprimorar a gestão pública e os serviços oferecidos, e tem atuado de forma alinhada ao atendimento da missão, visão e valores estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI (2015-2019). Em que pese essa unidade ainda seja incipiente no âmbito da Unifap, percebe-se que muito se tem evoluído no atendimento aos usuários, revelando que esta Ouvidoria vem sendo reconhecida pela comunidade acadêmica como um canal de participação democrática, que visa oferecer qualidade no atendimento ao público, bem como tem se esmerado para auxiliar a Administração Superior na mediação dos conflitos e por meio de recomendações como as já mencionadas, com a finalidade de aperfeiçoar ainda mais a qualidade dos serviços oferecidos.

Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A Corregedoria da Universidade Federal do Amapá (CORREG) foi criada com base no Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SISCOR) em 2015, através da Resolução nº 016/2015, alterada pela Resolução nº 020/2016/CONSU, tratando-se portanto, de uma jovem unidade Correccional.

Quanto à atividade correccional, todos os procedimentos contraditórios realizados pela Corregedoria da UNIFAP, por força da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, devem ser cadastrados e atualizados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD e, portanto, com base neste Sistema podem ser extraídas informações sobre os resultados da atividade-fim da CORREG no ano de 2018 que, para resumo, foram dispostas conforme dados a seguir:

Figura 6 – Procedimentos instaurados pela CORREG - 2018



Fonte: CORREG

Cumpra ainda citar, no âmbito da atividade correccional, a celebração, no decorrer do ano de 2018, de 2 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). Os TACs foram instituídos pela Instrução Normativa nº 02, de 30 de maio de 2017 da CGU e são “um instrumento alternativo à instauração de procedimentos disciplinares e tem por base os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, art. 14 do Decreto-Lei nº 200/67 bem como do art. 2º da Lei nº 9.784/99” (Manual de PAD da CGU, versão dezembro de 2018, p. 69).

Ainda em 2018, foi também regulamentada internamente a Política de uso de Sistema CGU-PJ na UNIFAP através da Ordem de Serviço nº 02/2018-Reitoria-Unifap. Assim como o já citado Sistema CGU-PAD consolida dados acerca da seara disciplinar, o Sistema CGU-PJ foi criado para consolidar dados acerca da responsabilização de entes privados, completando assim a gerência de dados correccional do SISCOR.

Assim, temos que o ano de 2018 foi um ano de consolidação da atividade Correccional da UNIFAP, que apesar de nova, luta para equilibrar a grande demanda atual de trabalho e, concomitantemente, investir em prevenção correccional.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Considerando o disposto na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU N° 01/2016, em 2017, a gestão superior da Unifap, à época, publicou as Portarias n°s 01, 02 e 03 - Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC), que tratam, respectivamente, da Política de Gestão de Riscos da Universidade Federal do Amapá; definição de normas e procedimentos para atuação do CGRC no âmbito da Unifap; e aprovação do Regimento do CGRC. As normativas encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico <http://www2.unifap.br/deplan/cgrc/>

O CGRC apresenta a seguinte composição:

Reitor(a) - Presidente

Pró-Reitor(a) de Gestão de Pessoas - Membro

Pró-Reitor(a) de Graduação e Ensino - Membro

Pró-Reitor(a) de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação - Membro

Pró-Reitor(a) de Extensão Ações Comunitárias - Membro

Pró-Reitor(a) de Administração- Membro

Pró-Reitor(a) de Planejamento - Membro

No que se refere ao gerenciamento de riscos e ao aperfeiçoamento da governança e gestão de contratações, em 28 de março de 2018, foi homologada Portaria que instituiu o Comitê Gestor de Contratações (CGC), constituído por representantes das Pró-Reitorias, Departamentos Acadêmicos e *Campi* de interior.

Objetivando atender ao estabelecido nas Instruções Normativas n°s 1 e 9/ 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), atualmente encontra-se em discussão no âmbito da PROPLAN e PROAD a vinculação administrativa e composição do CGC.

Apesar destas iniciativas pontuais, para que se tenha completude na política de gestão de riscos e que esta se integre às práticas organizacionais da Universidade, faz-se necessário

que seja estabelecida a periodicidade em que serão identificados, avaliados, tratados e monitorados os riscos, com vistas a alcançar os objetivos institucionais.

A atual gestão da Unifap entende que ações voltadas à gestão de riscos no setor público proporcionam melhorias contínuas nos resultados institucionais, visto que possibilitam atuar preventivamente em fatores externos e internos. Com este intuito, a PROPLAN iniciou projeto-piloto no Departamento de Avaliação Institucional (DEAVI), que consiste em uma prévia para a elaboração do próximo PDI alinhando-o com os demais níveis de Planos (Tático e Operacional), com a Gestão de Riscos e de Processos, buscando identificar, mensurar e gerenciar os riscos vinculados a atuação do Departamento com o propósito de melhorar os procedimentos administrativos de forma a contribuir para a otimização do desempenho na realização dos objetivos estratégicos. Optou-se pela aplicação inicial em um Departamento vinculado à PROPLAN, como forma de observar de perto as dificuldades vivenciadas no preenchimento das planilhas, para aperfeiçoar o modelo e replicar as demais unidades da IFES.

Para ilustrar, tomamos como exemplo o fluxo da ação sob a responsabilidade do DEAVI, conforme figura 7, denominada Processo de Autorização/Reconhecimento de Curso (RC) ou renovação de reconhecimento de curso (RR) com o conceito de pelo menos 3, vinculada ao objetivo estratégico do PDI vigente, que consiste em “Fortalecer o ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e a perspectiva interdisciplinar”. Para isso a equipe do DEAVI realiza o acompanhamento no sistema e-MEC do trâmite dos processos regulatórios abertos de RC e RR de cursos de graduação na SERES/MEC, obedecendo ao calendário de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC, estabelecido anualmente através de publicação de Portaria pelo MEC.

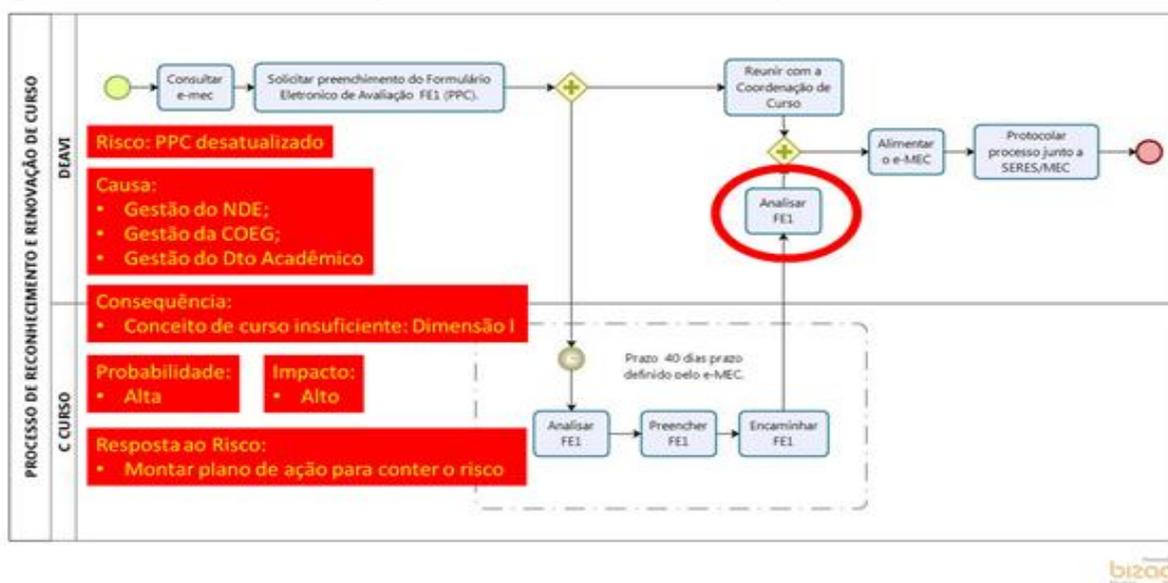
Tal procedimento tem por objetivo identificar a abertura de processos no sistema para o atendimento das recomendações pertinentes aos trâmites, neste caso é solicitado à Coordenação de Curso o preenchimento do Formulário Eletrônico I (FE I) do qual consta síntese do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e da matriz curricular, bibliografias básica e complementar. Posteriormente são realizadas reuniões com os gestores do curso com a finalidade de orientar sobre os procedimentos relativos ao processo de RC e RR. De posse do formulário preenchido, o DEAVI realiza análise do mesmo, e caso o conteúdo esteja em conformidade com as normativas, insere as informações no e-MEC e protocola o processo junto a Secretaria de Regulação da Educação Superior (SERES/MEC).

Após análise e avaliação realizada pelo DEAVI, foram identificados alguns riscos, dentre eles a possibilidade do PPC estar desatualizado, sendo que este pode ter sido ocasionado pelas seguintes situações: não atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE); falta de controle de gestão da COEG; falta de controle de gestão do Departamento Acadêmico ao qual o curso esteja vinculado.

A ocorrência do risco “PPC desatualizado” poderá levar a abertura de diligências por parte do MEC; atribuição de conceito de curso insuficiente nas seguintes dimensões: Organização Didático-Pedagógica (Dimensão 1), Corpo Docente (Dimensão 2), Infraestrutura (Dimensão 3), impactando de forma negativa no processo de autorização/reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso.

Como resposta ao risco, o DEAVI verificou a necessidade em adotar medidas de sensibilização junto a COEG; NDE's; Departamentos Acadêmicos para reduzir sua probabilidade, no sentido de proceder monitoramento e revisões regulares dos PPC's da Unifap.

Figura 7 Processo de Autorização/Reconhecimento ou Renovação de Reconhecimento de Curso



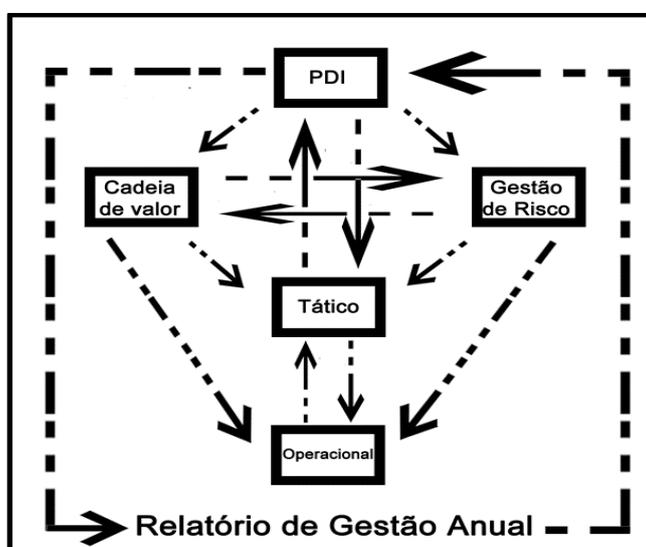
Fonte: DIESPO

Esta proposta visa atender o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que trata da Governança Pública como um “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em práticas para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e a prestação de serviços de interesses da sociedade”.

No que tange ao mapeamento de processos, iniciado com o projeto Procedimentos Operacionais Padrão (POP), que envolveu a confecção dos fluxogramas para que a sociedade em geral conheça, com clareza, os processos internos da Unifap, com o objetivo de adequar os procedimentos administrativos de forma a simplificar, bem como eliminar etapas burocráticas desnecessárias que travam o andamento das atividades administrativas.

No período 2018 foram mapeados 116 processos, dos quais 110 foram homologados. Vale destacar, que o setor responsável pelo acompanhamento e avaliação desses processos encontra-se em fase de reestruturação no que tange ao número de servidores, haja vista, que atualmente, essa atividade vem sendo executado por um único servidor. Com a reestruturação do setor responsável será possível uma maior efetivação dos processos mapeados, modelados e homologados.

Com a finalidade de atender o Decreto nº 9.203/2017, que trata da Governança Pública como um “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em práticas para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e a prestação de serviços de interesses da sociedade”, a construção do projeto para elaboração do PDI para o período 2020-2024, buscará a definição da cadeia de valores e arquitetura de processos, de forma a alcançar os objetivos institucionais. Com isso o processo de prestação de contas será aprimorado, proporcionando a sociedade em geral melhor entendimento do desempenho da execução dos recursos aplicados, bem como a informação das principais atividades desenvolvidas pela Universidade. **Figura 8 – Planejamento Integrado**



Fonte: DIESPO

CAPÍTULO 4 RESULTADOS DA GESTÃO

•O objetivo do capítulo é demonstrar quais foram as metas e as realizações em relação à missão institucional e aos objetivos estratégicos finalísticos.

RESULTADOS DA GESTÃO

Principais resultados:

No ensino Ofertamos de 94(noventa e quatro) cursos superiores assim distribuídos: 72(setenta e dois) cursos de graduação: 59(cinquenta e nove) presencial e 13(treze) em EAD; 22(vinte e dois) curso de pós-graduação assim distribuídos: 11(onze) especializações *lato-sensu*, 8(oito) mestrados e 3(três) doutorados.

Na graduação iniciou-se o funcionamento de 3(três) novos curso, todos na modalidade EAD (Letras/Inglês, Sociologia e Letras/Português)

No âmbito da pós-graduação destaca-se a aprovação de dois 2 (dois) novos cursos de mestrado acadêmico, sendo um terceiro em fase de avaliação para aprovação.

Com isso conseguimos a marca de 7.951 (sete mil novecentos e cinquenta e um) alunos matriculados em 2018.

Foram executadas 224 (duzentas e vinte e quatro) ações de extensão que atenderam a 87.966(oitenta e sete mil, novecentos e sessenta e seis) pessoas da comunidade acadêmica e sociedade.

Evidencia-se também a conclusão, inauguração e andamento de obras: inauguração de 02(duas) obras: a pista de atletismo com dimensões e características recomendadas pela Confederação Brasileira de Atletismo e do campo de futebol; e a conclusão de 03 (três) obras: Bloco de Salas da Saúde; Ambulatório e Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP).

Dentre as obras em andamento destaque para o avanço na construção do Hospital Universitário que será um hospital de média e alta complexidades que após concluída contará com 300 leitos, sendo 60 para Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 240 para internação.

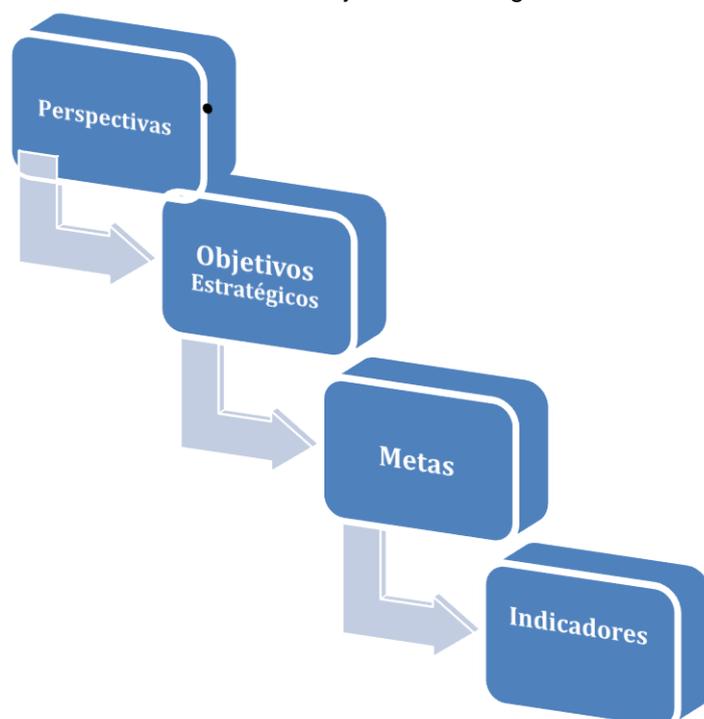
Análise de indicadores de gestão

O monitoramento dos resultados da gestão tem por objetivo acompanhar o atingimento das metas declaradas no PDI, subsidiar na tomada de decisão, identificar necessidades de ajustes e revisão dos planos e possibilitar a prestação de contas aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

O resultado de desempenho é monitorado pela Unifap por meio de seus indicadores de gestão descritos no PDI-2015-2019, a partir de metas preestabelecidas nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e gestão, tais indicadores são apurados anualmente e apresentados no Relatório de Gestão, conforme determinação dos órgãos de controle externo.

A Unifap estabeleceu 51 (cinquenta e um) indicadores no PDI 2015–2019 para medir o desempenho de objetivos estratégicos desta universidade. Os indicadores medem as metas definidas no PDI para o alcance dos seus objetivo estratégico, esses objetivos estão estruturados em 4 (quatro) perspectivas: Sociedade, Processo Internos, Aprendizado e Crescimento, Orçamento.

Figura 9 - Fluxo de monitoramento dos objetivos estratégicos



No Mapa Estratégico da Universidade Federal do Amapá, Figura 2, demonstra distribuição dos objetivos estratégicos nas 4 (quatro) perspectivas.

O Quadro 3 descreve as perspectivas adotadas no PDI.

Quadro 3 – Perspectivas da Universidade Federal do Amapá

| PERSPECTIVA | DESCRIÇÃO |
|---------------------------|---|
| SOCIEDADE | Agrupa os desafios ligados diretamente às entregas da Instituição para a sociedade. Nessa perspectiva, encontram-se os macro-objetivos que visam ao alcance da missão e da visão da Unifap. São os resultados gerados pela Instituição a partir de seus esforços. |
| PROCESSOS INTERNOS | Elenca os processos-chave nos quais a Unifap precisa alcançar a excelência para viabilizar os resultados institucionais. Os objetivos elencados nessa perspectiva apontam quais atividades finalísticas da Universidade devem ser realizadas com excelência e quais atividades-meio devem ser desenvolvidas para contribuir com as atividades finalísticas. |
| APRENDIZADO E CRESCIMENTO | Nessa perspectiva estão os desafios pertinentes ao desenvolvimento de pessoas, suas competências, de crescimento, expansão física (administrativa e acadêmica) e tecnológica que a Unifap deverá superar para ter excelência em suas atividades internas. |
| ORÇAMENTO | Reúne os objetivos que buscam garantir os recursos financeiros para que a organização cumpra adequadamente suas atividades. |

Fonte: PDI Unifap - 2015-2019

Para demonstrar quais foram as metas e as realizações em relação à missão institucional e aos objetivos estratégicos dentro de cada perspectiva no ano de 2018 apresentamos os resultados alcançados dos principais objetivos estratégicos e sua comparação com anos anteriores, orientados pelas diretrizes para elaboração do relatório de gestão de 2018 no formato de Estrutura Internacional de Relato Integrado, em especial as diretrizes: Abordagem estratégica - determina uma abordagem estratégica da capacidade da UPC em alcançar seus objetivos no curto, médio e longo prazos; Materialidade - divulgar informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade da UPC de alcançar seu objetivo; Concisão - o texto não deve ser mais extenso do que o necessário para transmitir a mensagem e fundamentar as conclusões.

Importante ressaltar que o PDI vigente na Unifap traz o que a universidade pretende realizar no período de 2015 à 2019 e como fará a implantação e a avaliação das ações e projetos estratégicos para a excelência na atuação institucional. Em 2018 o PDI está no seu quarto ano de execução e alguns dos objetivos estratégicos e respectivas metas decorrentes desses objetivos não foram devidamente apurados pois os indicadores, em sua maioria, não

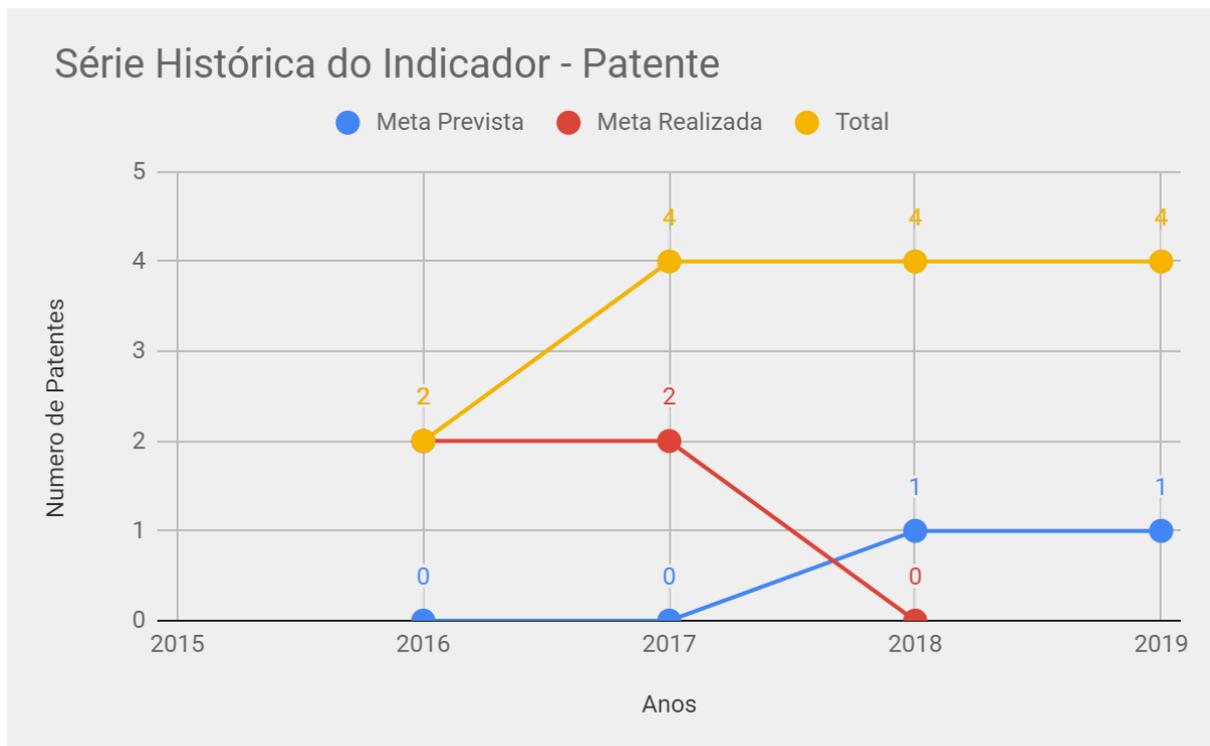
retratavam a realidade da instituição, o que impossibilitava o monitoramento com efetividade por motivos como: desajustes, dificuldades de interpretação, intempestividade, insignificância e inoperância, conforme justificado no Relatório de Gestão 2017, disponível em <http://www2.unifap.br/deplan/files/2011/08/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2017.pdf> em que os indicadores, em sua maioria, não retratavam a realidade da instituição, o que impossibilita o monitoramento com efetividade.

Perspectiva: Sociedade

Objetivo Estratégico: Contribuir com o avanço científico e tecnológico na região.

Este objetivo tem como propósito o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e inovações criativas e tecnológicas que contribuam com o desenvolvimento sustentável da região. Os indicadores que medem esse objetivo mostram que o investimento em pesquisas está causando o efeito esperado. O indicador “Registros de Patentes” por exemplo representou um avanço sem precedentes nesta Universidade conforme demonstrado no Figura 10 - Série histórica das patente registrada na Unifap - anos de 2015 a 2018.

Figura 10 - Série histórica das patente registrada na Unifap - anos de 2015 a 2018



A Figura 10 demonstra o número de patentes vigentes de propriedade da Universidade Federal do Amapá. Na constituição do PDI 2015/2019, foi estabelecido como meta até 2019 o registro de 1(uma) patente, porém no ano de 2016 houve o registro de 2(duas) patentes na Unifap, em 2017 este número dobrou chegando a 4(quatro) patentes vigentes, em 2018 nenhuma patente foi registrada, porém 3(três) produtos estão aguardando o registro para serem patenteados. Esta superação deu-se devido aos esforços de pesquisas desenvolvidas nesta IES há anos, o que resulta em benefício para a sociedade em geral.

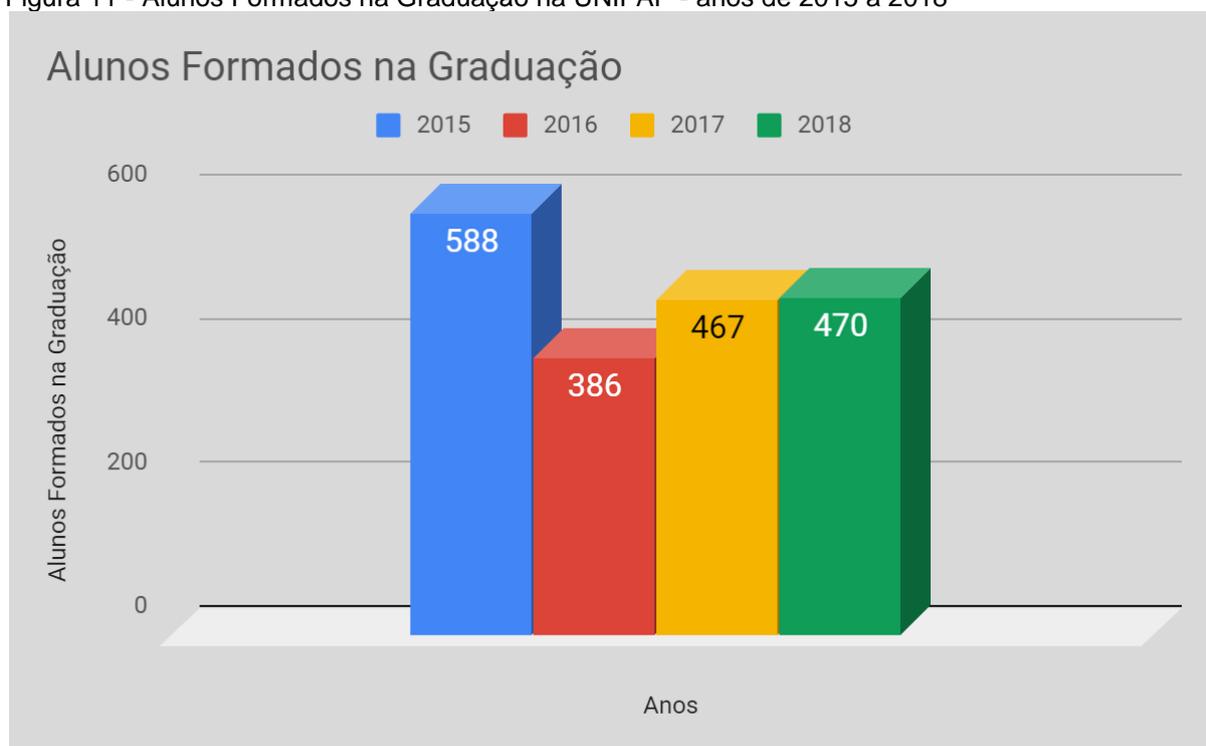
Perspectiva: Sociedade

Objetivo Estratégico: Formar cidadãos éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

Este objetivo tem como propósito formar cidadãos e profissionais éticos e conscientes da realidade regional, engajados em produzir e transferir conhecimentos, técnicas e habilidades que promovam o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

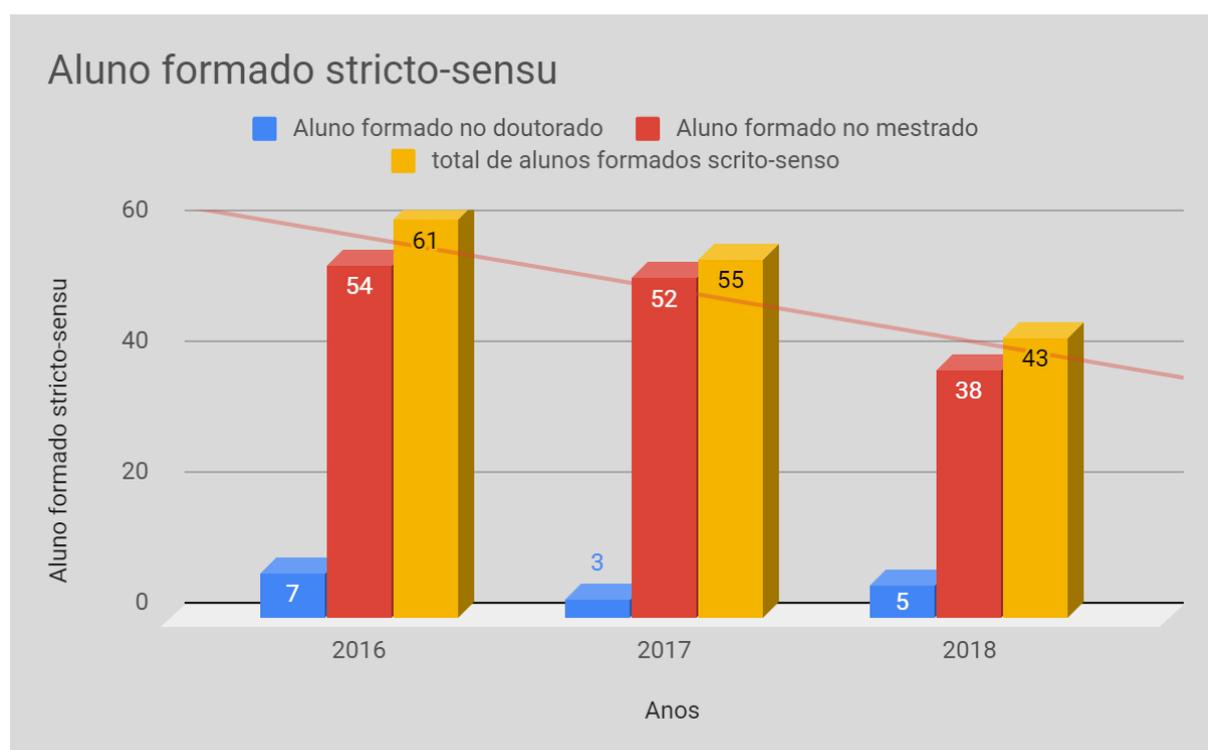
O indicado “Alunos Formados na Graduação” demonstra o número de títulos de graduação concedidos pela Unifap no período de vigência do PDI. A abordagem inicial do indicador insere os títulos de graduação em geral – tanto presencial, quanto do Ensino a Distância (EaD). Podemos perceber que em 2018 houve manutenção no número de títulos em relação a 2016 e 2017 conforme demonstrado na figura 11

Figura 11 - Alunos Formados na Graduação na UNIFAP - anos de 2015 a 2018



A Figura 12 apresenta número de títulos conferidos pela Unifap nos cursos de Pós - graduação *stricto-sensu* entre 2016 é 2018. No ano de 2018, foram titulados 5(cinco) doutores e 38(trinta e oito) mestres por esta IES, em comparação com anos anteriores houve uma manutenção no número de doutores titulados por esta Universidade e um queda no número e mestres titulado. Para corrigir essa distorção a Unifap recebeu a aprovação pela CAPES de dois 2(dois) novos cursos de mestrado acadêmico e um terceiro que está em fase de avaliação pelo órgão para aprovação, aguardando parecer final. os resultados dessa ações serão poderão ser sentido decorridos 2(dois) anos, tempo de duração de um mestrado.

Figura 12 - Alunos Formados na Pós-Graduação na UNIFAP - anos de 2016 a 2018



Perspectiva: Sociedade

Objetivo Estratégico: Criar e implementar políticas de inclusão

Este objetivo visa implementar e consolidar projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão que promovam a inclusão social da comunidade acadêmica e dos agentes sociais.

O Indicador "Pessoas da Comunidade Atendidas" mede a quantidade de pessoas da sociedade atendidas nas ações de extensão. Os dados de 2018, assim como os de 2017 foram extraídos de relatórios do SIGAA-extensão e dizem respeito ao público alcançado apenas com

programas, projetos, eventos, cursos e produtos que encontram-se na situação concluídos no sistema, dessa forma, deduzimos que a diferença entre os 2(dois) últimos anos da série histórica e os anos de 2015 e 2016, deva-se a diferenças na metodologia de coleta dos dados, conforme observado Figura 13.

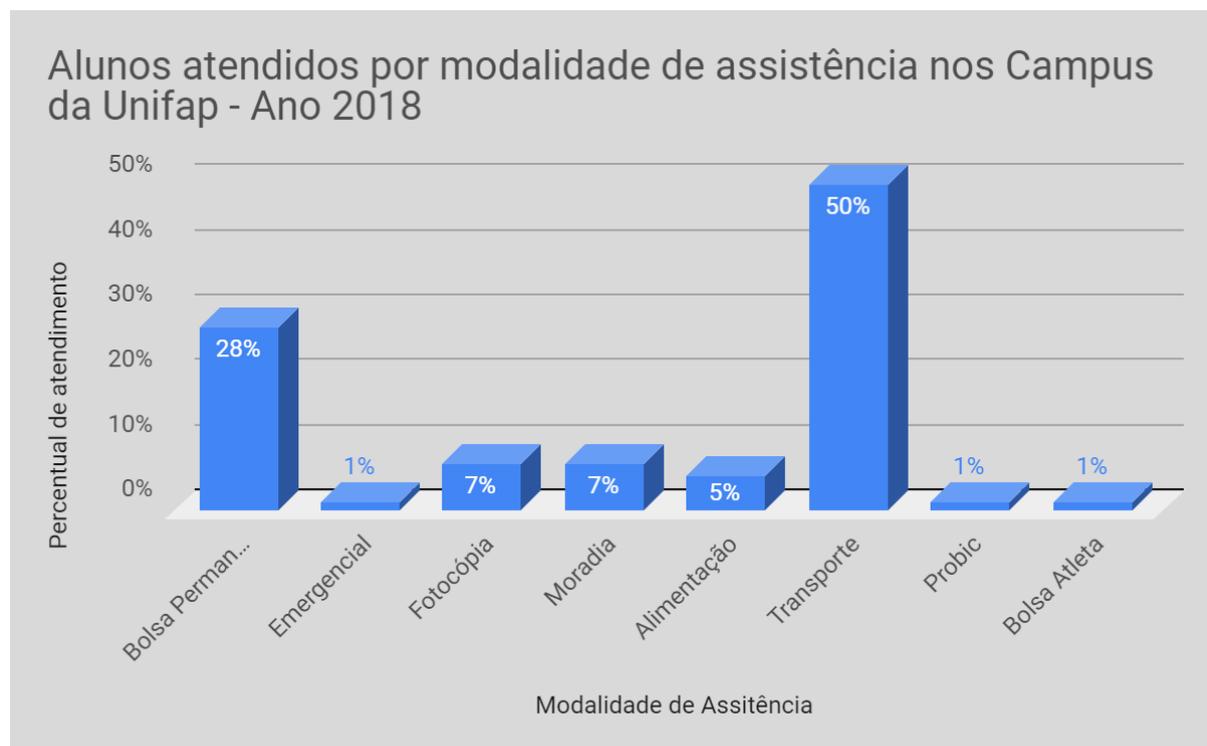
Figura 13 - Pessoas da Comunidade Atendidas nos Projetos de Extensão na UNIFAP - 2016 a 2018



Para o ano de 2019 planejamos fomentar 57 projetos de extensão com 1080 (mil e oitenta) bolsas de extensão, o que totalizará um investimento de R\$ 432.000,00 (quatrocentos e trinta dois mil reais). Destes 57 projetos, pretendemos conceder R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em auxílio financeiro à pesquisador a 30 (trinta) projetos, que tenham pesquisa vinculada. Assim, ao todo pretende-se-á investir R\$ 582.000,00 (quinhentos e oitenta e dois mil reais) em extensão universitária no ano de 2019.

A Figura 14 mostra o percentual de cada auxílio atendido evidenciando o perfil e carência dos acadêmicos enquadrado em nossos editais, percebe-se que os auxílios permanência e o transporte tem a maiores demandas. A novidade para 2019 será a contemplação com auxílios/bolsas mês de julho para atender os acadêmicos chamados pelo SISU e aqueles matriculados no segundo semestre. Portanto, consideramos que a assistência estudantil neste ano de 2019 não deixará de atender nenhuma demanda.

Figura 14 - Alunos atendidos por modalidade de assistência nos Campus da Unifap - Ano 2018

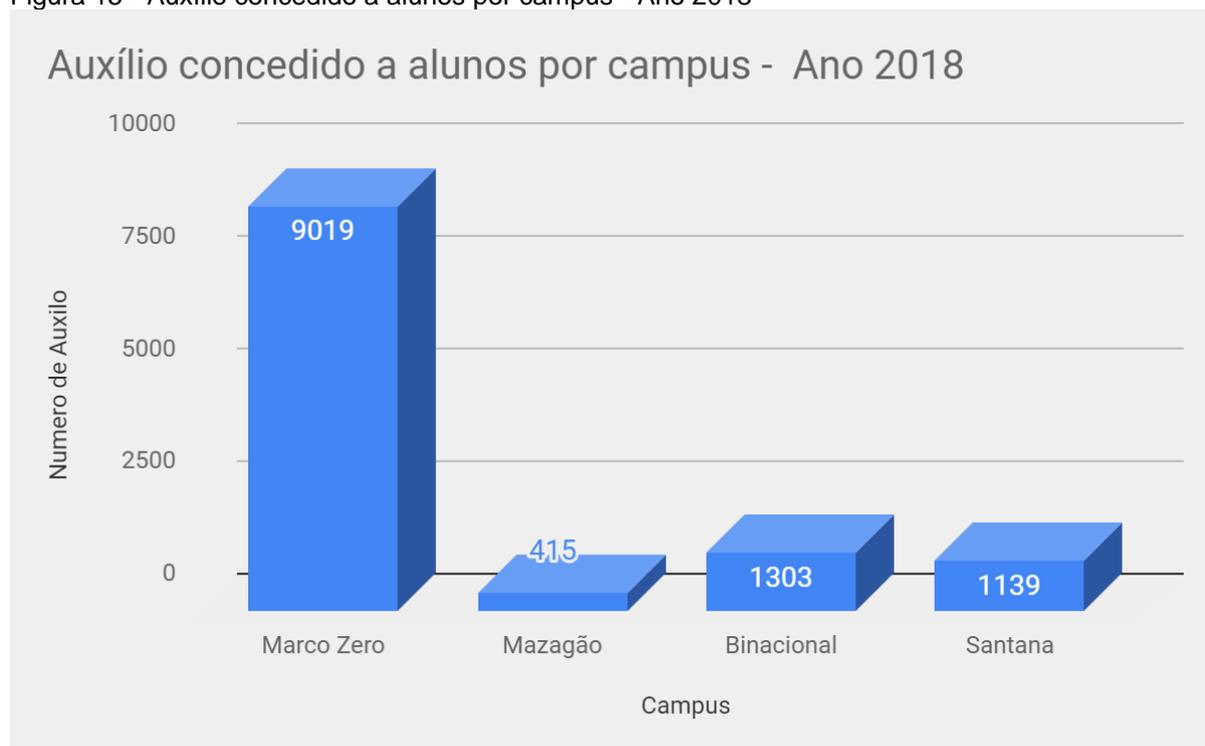


A Figura 15 mostra que no ano de 2018 o atendimento do auxílios/bolsas é maior no campus marco zero devido a demanda da capital Macapá, para 2019 a perspectiva será de mais 520 novos benefícios.

Nos campi Mazagão e Santana serão lançados editais após entrada de novas turmas ; e

No campus Binacional foi lançado edital N° 001/2019 dia 07 de janeiro onde foram ofertados 110 auxílio/bolsa, processo este já finalizado onde foi ofertado mais de 90% superando as vagas já existentes, no qual os acadêmicos contemplados receberão seus auxílios e bolsas no mês de março relativos a fevereiro, sendo assim os trabalhos realizados nos mostra que no ano de 2019 temos grandes perspectivas para o avanços em conquistar novos resultados efetivos.

Figura 15 - Auxílio concedido a alunos por campus - Ano 2018



Perspectiva: Processos Internos

Objetivo Estratégico: Intensificar a internacionalização

A ideia desse objetivo é articular-se com instituições internacionais, promovendo ações e parcerias que visem à cooperação científica, tecnológica e cultural por meio de projetos conjuntos de ensino, pesquisa e extensão e intercâmbio de docentes, pesquisadores, alunos e técnico-administrativos.

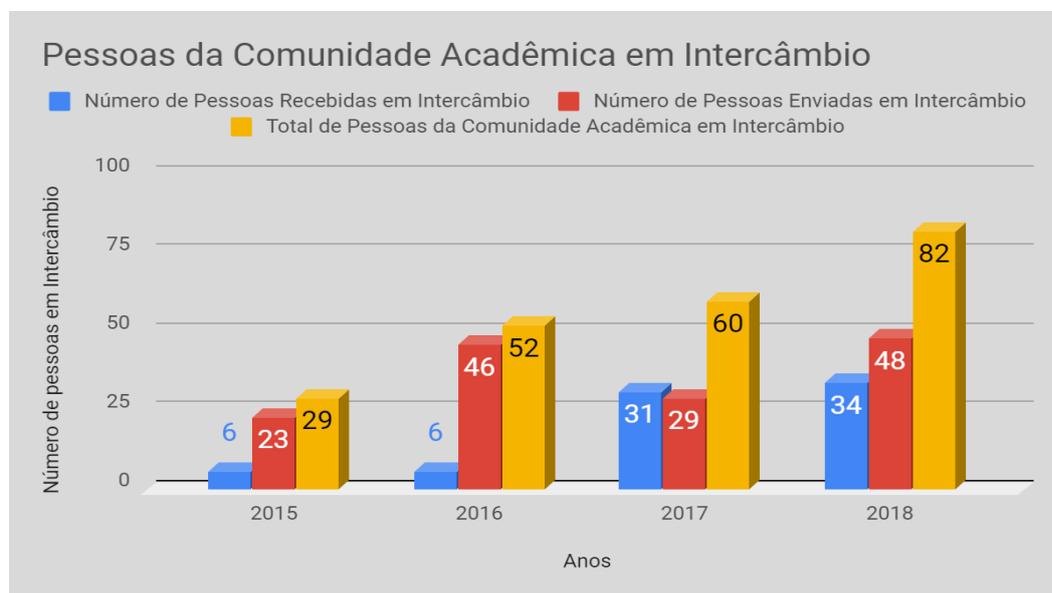
A Internacionalização de uma Instituição de Ensino Superior é o processo de valorização do aspecto internacional, intercultural, interdisciplinar e multilinguístico da IES, permitindo assim a promoção de iniciativas para a interação, a cooperação e o intercâmbio internacionais.

A Unifap articular-se com instituições internacionais, promovendo ações e parcerias que visem à cooperação científica, tecnológica e cultural por meio de projetos conjuntos de ensino, pesquisa e extensão e intercâmbio de docentes, pesquisadores, alunos e técnico-administrativos.

A busca de aproximação com Instituições de pesquisa é uma constante ação da Unifap e os centros de excelência são espaços fundamentais para que nossa comunidade acadêmica possa buscar aperfeiçoamento constante e, portanto, as grandes universidades são alvos de nossas ações de cooperação.

Na Figura 16 percebe-se que em 2015 tínhamos 29 intercambistas, esse número foi crescendo e em 2018 alcançamos o quantitativo de 82 pessoas da comunidade acadêmica em intercâmbio.

Figura 16 - Série histórica do indicador - Número de Pessoas da Comunidade Acadêmica em Intercâmbio na UNIFAP



Perspectiva: Processos Internos

Objetivo Estratégico: Aprimorar os processos gerenciais e operacionais

Objetiva Implantar um modelo de gestão, alinhando as ações de cada área aos objetivos estratégicos institucionais, a fim de criar uma cultura orientada para resultados.

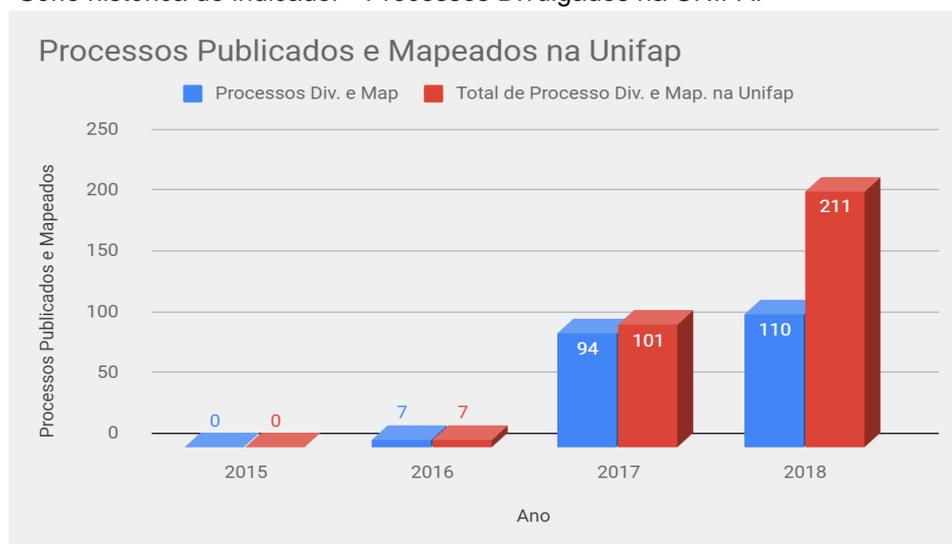
No intuito de melhorar os trâmites administrativos da Unifap, foi desenvolvido um projeto que teve como principal objetivo implementar na universidade um novo modelo de gestão, focado em processos, rompendo com o atual modelo funcional/burocrático. O Projeto POP, sigla que significa Procedimentos Operacionais Padrão, vem sendo desenvolvido pela Universidade Federal do Amapá, desde dezembro de 2014.

Diversas vantagens apresentam-se em um modelo de gestão por processos, como: melhor aproveitamento de tempo, integração entre áreas, rapidez na tomada de decisão, mais qualidade no produto ou serviço e melhoria contínua, integração com a estratégia da organização.

○ Indicador Este indicador envolve o mapeamento de processos na Unifap e demonstra a quantidade de processos desta organização que estão mapeados e publicados. No ano de 2018, a Unifap organizou-se administrativamente para obter melhores resultados no

mapeamento e divulgação de seus processos; como resultado, percebe-se um avanço referentes à gestão dos processos organizacionais - destaca-se o empenho de diversos setores da universidade em mapear seus processos, divulgá-los e publicá-los. Este indicador tende a continuar em evolução para o ano de 2019, pois os esforços estão sendo direcionados para que todos os processos da universidade sejam mapeados, publicados e continuamente atualizados. A Figura 17 abaixo demonstram os números de Processos Organizacionais Publicados e Mapeados

Figura 17 - Série histórica do indicador - Processos Divulgados na UNIFAP



Perspectiva: Processos Internos

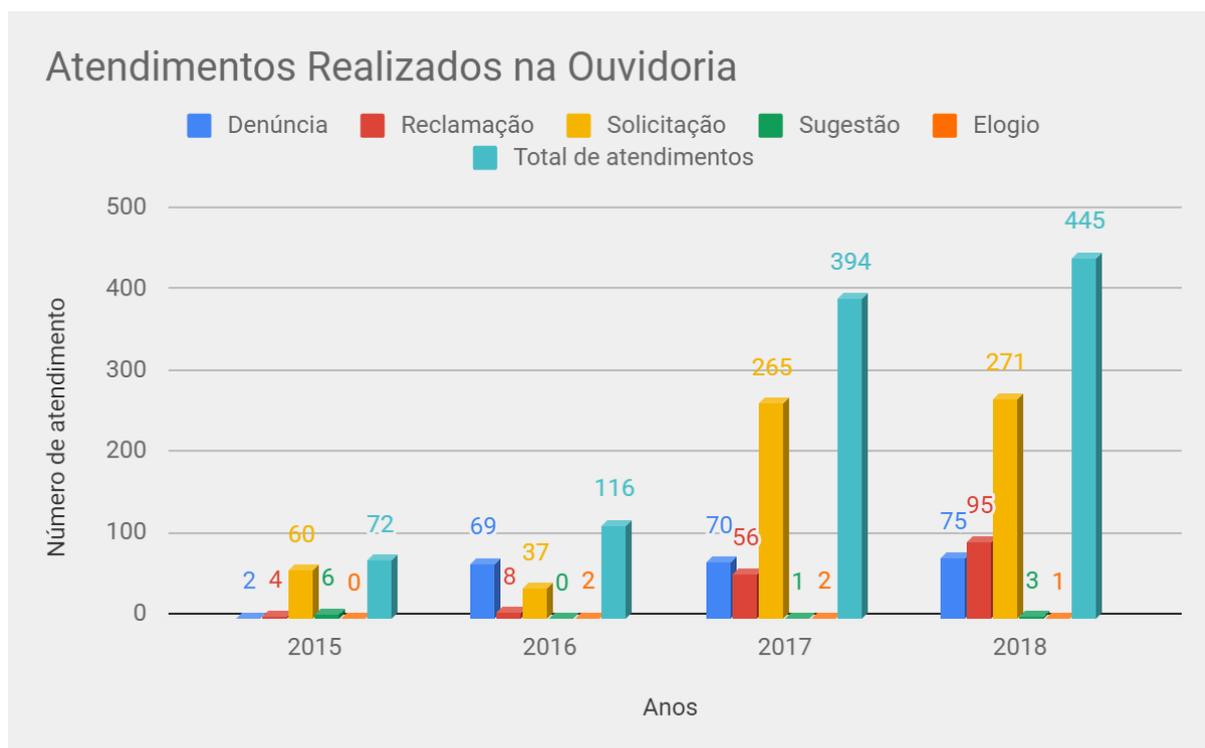
Objetivo Estratégico: Avaliar e acompanhar o desenvolvimento institucional

O Indicador “Respostas às Demandas da Sociedade” é um dos indicadores que faz parte do Objetivo Estratégico: Avaliar e acompanhar o desenvolvimento institucional tal indicador avalia o percentual de respostas às demandas da sociedade em geral, pelo canais de acesso da Unifap destinada a ela.

A Ouvidoria da UNIFAP recebeu em 2018 o total de 445 registros de usuários, por meio do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, conhecido como “e- OUV”, e pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, o “e-SIC”, os quais foram recebidos, analisados, encaminhados para os setores competentes e por fim tratados para o fornecimento de informações conclusivas aos usuários.

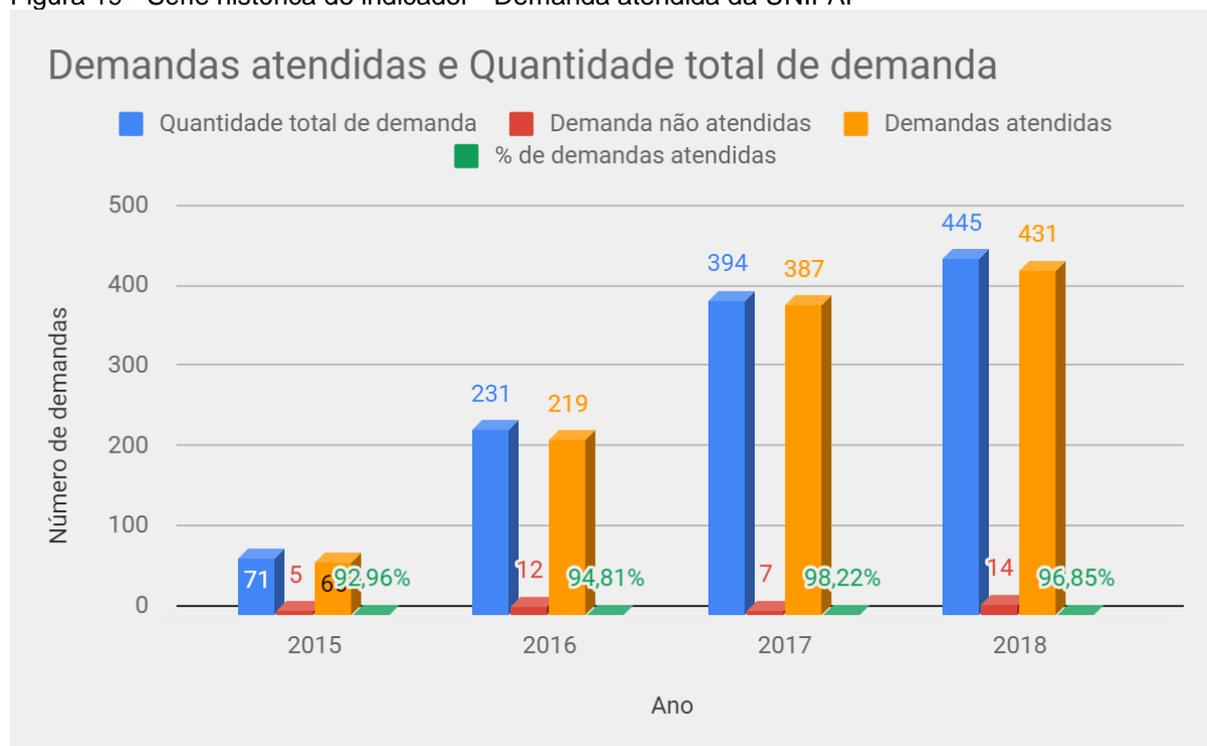
A Figura 18 demonstra o detalhadamente os atendimentos realizados pela Ouvidoria por espécie de manifestação e por ano, desde 2015 até 2018.

Figura 18 - Série histórica do indicador - Atendimento realizado na Ouvidoria da UNIFAP



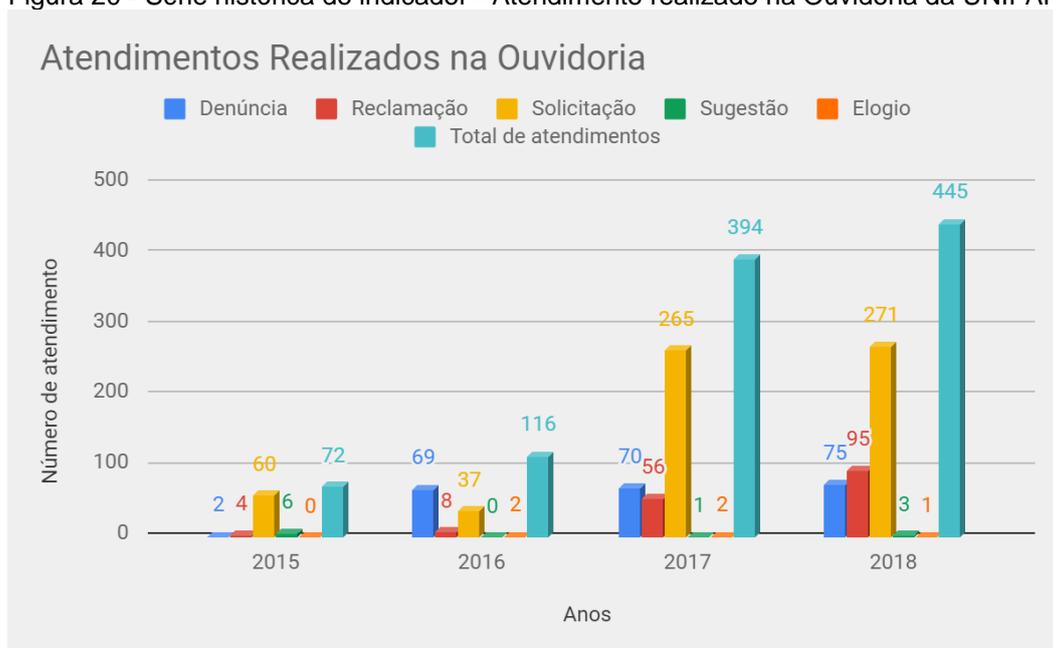
A Figura 19 demonstra o detalhadamente em termos percentuais os atendimentos realizados pela Ouvidoria por espécie de manifestação e por ano, desde 2015 até 2018. Vale destacar que das 14 (quatorze) demandas não atendidas 07 (sete) delas ainda estão no prazo legal para resposta, pois foram registradas no final de dezembro/2018, as quais serão atendidas no mês de janeiro de 2019.

Figura 19 - Série histórica do indicador - Demanda atendida da UNIFAP



A quantidade de manifestações apresentadas refere-se as demandas que foram registradas no âmbito da Ouvidoria por seus diversos canais de atendimentos (telefone, presencial, cartas, registros no Sistema e-OUV e e-Sic), tendo sido computadas no ano de 2018 por categoria de manifestações a seguinte quantidade: 75 denúncias, 95 reclamações, 271 solicitações, 03 sugestão e 01 elogios. É importante destacar que no Sistema e-OUV constam ainda (11) onze demandas registradas em 2018, as quais serão respondidas em janeiro de 2019, tendo em vista que as unidades responsáveis pelas informações pediram dilação de prazo.

Figura 20 - Série histórica do indicador - Atendimento realizado na Ouvidoria da UNIFAP



Perspectiva: Aprendizado e Crescimento

Objetivo Estratégico: Qualificar e capacitar os servidores (docentes e técnicos)

Este objetivo estratégico visa implementar uma política institucional de qualificação e capacitação de servidores visando à melhoria do desempenho profissional

O Plano Anual de Capacitação da Unifap, que faz parte do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento da universidade é um dos instrumentos da Política de Desenvolvimento dos servidores desta IFES, visa desenvolver ações de aprendizagem por meio de cursos de capacitação e qualificação aos servidores da Unifap, objetivando aumentar o nível de competências gerenciais, técnicas e humanas, a elevação no nível de qualidade nos processos de trabalho, com vistas a garantir a oferta de serviços compatíveis à natureza e missão institucional com agregação de valor social ao servidor.

As ações de capacitação em cursos de curta duração e de qualificação (a exemplo de Cursos de Pós-Graduação) são realizadas buscando ampliar e desenvolver as competências técnicas e humanas dos servidores integrantes do PCCTAE, docentes em funções de gestão e demais professores interessados nos temas.

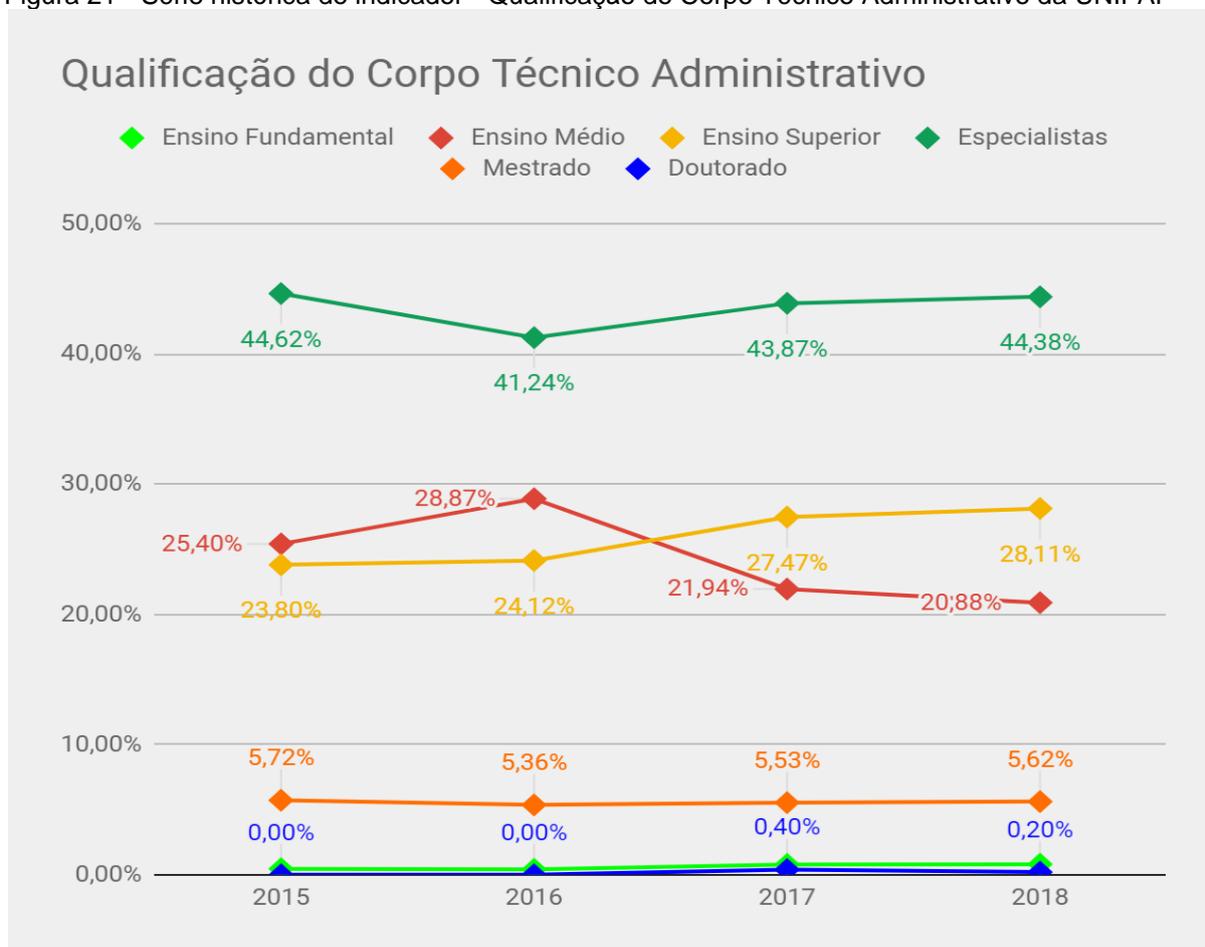
Entre as linhas de desenvolvimento do PAC consta a realização de cursos de qualificação e nesse âmbito, a Unifap firmou o Contrato no 021/2016-UNIFAP/IEPRO/UECE, objetivando realização do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas aos servidores da própria Instituição, foram 40(quarenta) vagas disponibilizadas, destas, foram

aprovados no processo seletivo e participam do curso: 36 servidores do quadro técnico-administrativo e 04 docentes.

Outra estratégia adotada pela UNIFAP visando ampliar a qualificação dos servidores técnico-administrativos diz respeito à regulamentação interna que ampara a destinação de vagas aos servidores do quadro técnico-administrativo nos Programas de Pós-Graduação em Mestrado e Doutorado da UNIFAP (Resolução no 11/2017 – Aprova Regimento Geral da Pós-Graduação *stricto sensu* e do Estágio Pós-Doutoral da UNIFAP).

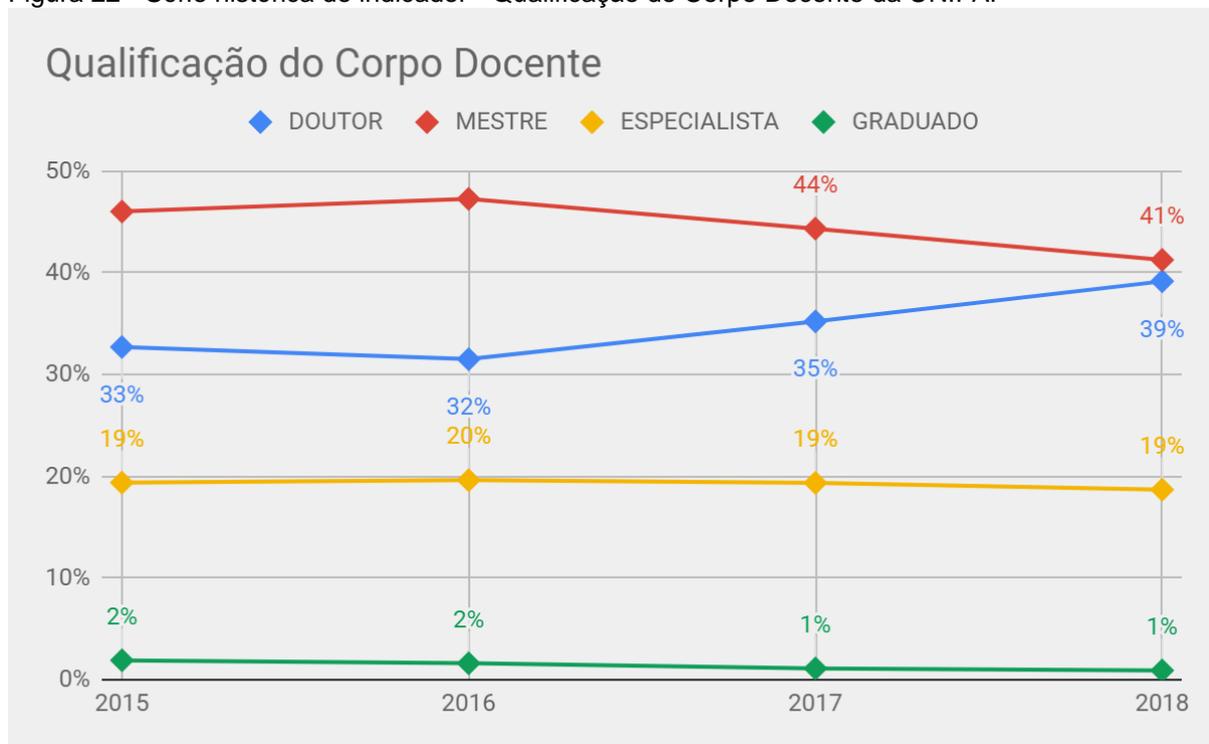
A Figura 21 mostra o perfil de qualificação dos servidores técnico administrativo de 2015 a 2018. Destaca-se que a maioria dos servidores possuem título de especialista *lato sensu* 44,38%, gráfico mostra também que no período comparado houve uma diminuição no número de técnicos com nível médio na mesma proporção que houve um aumento no número de técnicos com nível superior.

Figura 21 - Série histórica do indicador - Qualificação do Corpo Técnico Administrativo da UNIFAP



A Figura 22 mostra o perfil de qualificação dos servidores docentes da Unifap de 2015 a 2018. Destaca-se que a maioria dos servidores possui título de Mestre 41%, a figura mostra também que no período comparado houve uma diminuição no número de docentes com título de mestre na mesma proporção que houve um aumento no número de docente com título de Doutor.

Figura 22 - Série histórica do indicador - Qualificação do Corpo Docente da UNIFAP



CAPÍTULO 5
ALOCAÇÃO DE RECURSOS E
ÁREAS ESPECIAIS DE
GESTÃO

•O objetivo do capítulo é demonstrar como foram gerenciados os recursos orçamentários, humanos, tecnológicos e outros, sob o ponto de vista da eficiência e da conformidade.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

Declaração dos Titulares PROPLAN e PROAD

A PROPLAN e a PROAD são órgãos de assessoramento da Reitoria. As funções desempenhadas por estas Pró-Reitorias dão suporte às atividades finalísticas da IFES, baseadas na tríade ensino, pesquisa e extensão e envolvem rotinas relacionadas às áreas financeiras, contratos, limpeza, segurança; administração e controle da ocupação de espaços físicos da UNIFAP por terceiros, infraestrutura, aquisição de materiais e equipamentos, transporte, protocolo, planejamento, fluxos e melhorias processuais, captação, atualização, análise, organização e disponibilização de dados institucionais, estatísticas e indicadores de desempenho institucional, gestão orçamentária, elaboração e acompanhamento da matriz orçamentária, elaboração de estudos e proposições referentes a estrutura organizacional da IFES; monitoramento das ações concernentes à avaliação institucional e dos Cursos de Graduação.

Com referência aos objetivos estratégicos afins às atividades desempenhadas por essas Pró-Reitorias em 2018, exemplificamos conforme os indicadores abaixo:

- 1) Celebração de 16 (dezesseis) convênios, sendo 06 (seis) Termos de Execução Descentralizada (com repasse de recursos) e 10 (dez) outros ajustes (acordo e/ou termo de cooperação técnica) sem repasse de recursos.
 - 2) Mapeamento de 116 processos, dos quais 110 foram homologados;
 - 3) Elaboração dos Manuais de Orientações e Procedimentos para Transferência e Responsabilidade Sobre Bens Patrimoniais Móveis e Para Comissões Inventariantes.
 - 4) Substituição de 1.906 (mil novecentos e seis) unidades de lâmpadas fluorescentes tubulares por lâmpadas de LED que consomem menos energia, tem vida útil maior que e ainda possuem elementos químicos menos nocivos ao meio ambiente;
 - 5) Substituição de 197 (cento e noventa e sete) unidades de torneiras comuns por torneiras com temporizador, visando diminuir o consumo de água;
 - 6) Realização de manutenções nas instalações hidráulicas para reduzir o desperdício de água por vazamentos;
 - 7) Conclusão de obras relativas a espaços físicos destinados às atividades de ensino e pesquisa;
- e

8) Manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura da Universidade, através de intervenções realizadas nas áreas de construção civil, elétrica, hidráulica, refrigeração, entre outros serviços de engenharia e arquitetura, para o adequado atendimento das demandas acadêmicas.

A conformidade e a confiabilidade de gestão encontram-se fundamentadas em informações extraídas do SIAFI, Tesouro Gerencial, SIOP, SIMEC e foram atestadas nas declarações de conformidade apresentadas pelos gestores responsáveis nos órgãos vinculados à conta deste Relatório de Gestão 2018.

Por fim, declaramos que os padrões de gestão da Unifap atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações constantes neste capítulo.

Luciana Santos Ayres Da Silva
Pró-Reitora de Planejamento,
Portaria nº 1693/2018

Seloniel Barroso Dos Reis
Pró-Reitor de Administração
Portaria nº 1610/2018

Gestão Orçamentária e Financeira

Através da Lei Orçamentária Anual – LOA, instituída através da Lei nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018, o orçamento destinado para esta IFES foi de R\$ 246.835.467,00 (duzentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e sete reais). No decorrer do exercício houve suplementações que somaram o valor de R\$ 21.173.197,00 (vinte e um milhões cento e setenta e três mil, cento e noventa e sete reais), totalizando o valor de R\$ 266.758.664,00 (duzentos e sessenta e seis milhões setecentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e sessenta e quatro reais); sendo R\$ 151.814.885,00 (cento e cinquenta e um milhões oitocentos e quatorze mil, oitocentos e oitenta e cinco reais) para despesas com Pessoal e Encargos Sociais, equivalente a 55%; R\$ 39.364.857,00 (trinta e nove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e sete reais), para Outras Despesas Correntes, incluindo os benefícios legais, correspondendo a 15%; e R\$ 75.578.922,00 (setenta e cinco milhões, quinhentos e setenta e oito mil, novecentos e vinte e dois reais), para Investimentos, representando 30% do orçamento total.

Do montante total destinado a esta unidade, o valor de R\$ 3.650.000,00 (três milhões seiscentos e cinquenta mil reais) foi proveniente de emendas parlamentares individuais.

Tabela 1 – Dotação Geral 2018

| Grupo Despesa | PROJETO INICIAL DA LOA - FIXAÇÃO DESPESA | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO SUPLEMENTAR | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA |
|------------------------------|--|-----------------------|----------------------|-----------------------|--------------------------------|
| 4 INVESTIMENTOS | 7.028.922,00 | 74.328.922,00 | 2.500.000,00 | 75.578.922,00 | (1.250.000,00) |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 36.835.839,00 | 37.685.839,00 | 1.679.018,00 | 39.364.857,00 | 0,00 |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 134.820.706,00 | 134.820.706,00 | 16.994.179,00 | 151.814.885,00 | 0,00 |
| Total | 178.685.467,00 | 246.835.467,00 | 21.173.197,00 | 266.758.664,00 | (1.250.000,00) |

Fonte: Tesouro Gerencial

Vale ressaltar que recebemos através de descentralizações o montante de R\$ 5.911.442,67 (cinco milhões, novecentos e onze mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e sessenta e sete centavos) provenientes de termos de execução descentralizadas, com a finalidade de atender vários programas e/ou projetos como: Programa de Residência em Saúde - Médica e Multiprofissional; PROLIND (formação de professores indígenas); PARFOR (formação de professores da educação básica); PROAP CAPES (programa de apoio a pós graduação); EAD (fomento a oferta de cursos no âmbito de educação a distância); PRODEPS (programa de desenvolvimento da preceptoria em saúde); PROFHISTÓRIA (mestrado profissional em história em rede nacional); PROFMATEMÁTICA (mestrado profissional em matemática em rede nacional); dentre outros.

Do montante total recebido através de descentralizações externas, foi empenhado o valor de R\$ 5.805.897,25 (cinco milhões oitocentos e cinco mil, oitocentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos); sendo liquidado aproximadamente 85% deste valor.

Tabela 2 – Execução Destaques Recebidos 2018

Execução Destaques Recebidos 2018

| PROGRAMA / PROJETO | DESTAQUE RECEBIDO | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS |
|-------------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Saneamento-Cooperação Técnica-AP | R\$ 565.222,50 | R\$ 565.222,50 | R\$ 110.312,35 | R\$ 110.312,35 |
| Reestruturação IFES - REEST DA RFES | R\$ 56.426,00 | R\$ 56.426,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Resid. em Saúde - Multiprofissional | R\$ 1.715.815,96 | R\$ 1.683.842,54 | R\$ 1.683.842,54 | R\$ 1.563.947,06 |
| Residência em Saúde - Médica | R\$ 2.011.558,16 | R\$ 2.011.558,16 | R\$ 2.011.558,16 | R\$ 1.871.680,10 |
| CEPES - Cursos e Concursos | R\$ 1.006,96 | R\$ 1.006,96 | R\$ 1.006,96 | R\$ 1.006,96 |
| BF Superior - PROAP | R\$ 97.352,54 | R\$ 81.368,52 | R\$ 73.373,64 | R\$ 63.091,85 |
| PARFOR | R\$ 145.758,60 | R\$ 135.969,80 | R\$ 127,50 | R\$ 0,00 |
| UAB - UAB Tradicional | R\$ 147.729,50 | R\$ 119.506,24 | R\$ 86.074,64 | R\$ 81.559,18 |
| UAB - UAB PROFHistória | R\$ 27.363,72 | R\$ 25.544,73 | R\$ 13.338,16 | R\$ 13.338,16 |
| Projeto CEDES | R\$ 35.500,00 | R\$ 35.500,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Escola da Terra | R\$ 121.215,00 | R\$ 103.458,07 | R\$ 32.728,07 | R\$ 32.728,07 |
| Diversidades - Formação PROLIND | R\$ 656.493,73 | R\$ 656.493,73 | R\$ 608.173,50 | R\$ 608.173,50 |
| Bolsas para Médicos Preceptores | R\$ 330.000,00 | R\$ 330.000,00 | R\$ 303.600,00 | R\$ 303.600,00 |
| Total | R\$ 5.911.442,67 | R\$ 5.805.897,25 | R\$ 4.924.135,52 | R\$ 4.649.437,23 |

Fonte: Tesouro Gerencial

O crescimento real do orçamento de 2018 em relação ao de 2017 foi de 6,61%, tendo em vista que da dotação para investimentos incluiu a destinação de R\$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões), através de emenda parlamentar de bancada, como complementação para obra do Hospital Universitário, pactuado no exercício de 2016.

As ações orçamentária sob responsabilidade desta Unidade foram executadas conforme destinado na Lei Orçamentária Anual, que atenderam a execução de despesas correntes e investimentos conforme quadro abaixo:

Tabela 3 – Execução orçamentária por ação - 2018

| EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR AÇÃO GOVERNO 2018 | | | | | | |
|---|---------------------------|---------------------------|--------------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| Ação Governo | Dotação Atualizada | Despesa Empenhada | Despesa Liquidada | Despesa Paga | Restos a Pagar Processados | Restos a Pagar Não Processados |
| 20GK - Fomento as ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão | R\$ 2.258.713,00 | R\$ 2.588.713,00 | R\$ 868.806,94 | R\$ 868.806,94 | R\$ - | R\$ 1.719.906,06 |
| 20RK - Funcionamento de Instituições Federais e Ensino Superior | R\$ 28.775.177,00 | R\$ 28.768.112,53 | R\$ 19.438.481,50 | R\$ 18.654.511,48 | R\$ 783.970,02 | R\$ 9.329.631,03 |
| 4002 - Assistência aos Estudantes de Ensino Superior | R\$ 5.539.526,00 | R\$ 5.538.342,80 | R\$ 2.461.872,56 | R\$ 2.461.872,56 | R\$ - | R\$ 3.076.470,24 |
| 4572 - Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação | R\$ 300.000,00 | R\$ 300.000,00 | R\$ 43.350,00 | R\$ 39.190,00 | R\$ 4.160,00 | R\$ 256.650,00 |
| 8282 - Reestruturação e modernização das Instituição Federais de Ensino Superior | R\$ 68.500.000,00 | R\$ 68.492.959,64 | R\$ 90.487,65 | R\$ 90.487,65 | R\$ - | R\$ 68.402.471,99 |
| TOTAL | R\$ 105.373.416,00 | R\$ 105.688.127,97 | R\$ 22.902.998,65 | R\$ 22.114.868,63 | R\$ 788.130,02 | R\$ 82.785.129,32 |

Fonte: Tesouro Gerencial

A execução de despesas de custeio e investimentos totalizou o valor de R\$ 105.688.127,97 (cento e cinco milhões seiscentos e oitenta e oito mil, cento e vinte e sete reais e noventa e sete centavos), sendo empenhado o correspondente a 99,98% da dotação; liquidado R\$ 22.902.998,65 (vinte e dois milhões novecentos e dois mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos); e pago cerca de 96,56% do total liquidado. Foram inscritos em restos a pagar não processados o montante de R\$ 82.785.129,32 (oitenta e dois milhões setecentos e oitenta e cinco mil, cento vinte e nove reais e trinta e dois centavos), correspondendo a 78,53% da dotação empenhada.

Alguns fatores colaboraram para o atraso na execução orçamentária, dentre os quais podemos destacar como principal o contingenciamento dos limites orçamentários. Os limites foram sendo disponibilizados em uma proporção aquém da necessária, nos primeiros meses do ano foram repassados apenas 1/18 anos do previsto na Lei Orçamentária Anual, e somente no final do exercício foram disponibilizados os limites na íntegra; gerando um cenário de incertezas e um volume maior na inscrição de restos a pagar não processados.

Durante o exercício não foi possível manter uma gestão financeira eficiente, principalmente em relação à observância da ordem cronológica de pagamentos; sendo que parte desses recursos já vêm destinados para pagamentos de despesas específicas, como água, luz, telefone, assistência estudantil, algumas obras, restando pouca margem, ou nenhuma, para uma necessária e regular gestão financeira. Vale ressaltar a burocracia para liberação de recursos financeiros para pagamento de despesas oriundas de créditos de emendas parlamentares, já que a autorização de deliberação era feita pelo Ministério da Casa Civil, causando um desgaste na relação entre esta unidade e fornecedores.

Destacamos também como consequência do contingenciamento os atrasos constantes nos pagamentos a fornecedores, gerando a cobrança de multas e juros, contribuindo de maneira negativa com o desempenho financeiro.

O ingresso de recursos financeiros oriundos de arrecadação de receita própria, proveniente de serviços prestados como: Alugueis, Serviços Administrativos, Serviços Educacionais, Taxas Inscrições Concurso Público, Taxa Inscrição de Vestibular, etc., totalizaram o valor de R\$ 1.302.761,48 (um milhão trezentos e dois mil, setecentos e sessenta e um reais e quarenta e oito centavos).

Tabela 4 – Receitas arrecadadas por código de recolhimento - 2018

| RECEITA ARRECADADA POR CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 2018 | | |
|--|---------------------------------------|---------------------|
| Cód. Recolhimento GRU | | Total R\$ |
| 28802 | Alugueis | 170.538,71 |
| 28830 | Serviços Administrativos | 71.617,00 |
| 28832 | Serviços Educacionais | 56.231,50 |
| 28883 | Taxa de Inscrição em Concurso Publico | 386.454,27 |
| 28900 | Taxa de Inscrição em Vestibular | 617.920,00 |
| Total | | 1.302.761,48 |

Fonte: Tesouro Gerencial

Vale ressaltar que conforme LOA o valor estimado de arrecadação de receita própria foi de R\$ 443.004,00 (quatrocentos e quarenta e três mil e quatro reais), limite este que nos foi garantido para execução, sendo empenhado o valor de R\$ 442.545,46 (quatrocentos e quarenta e dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos).

O superávit financeiro liberado em 2018, na fonte 0650 totalizou o valor de R\$ 1.302.850,00 (um milhão trezentos e dois mil oitocentos e cinquenta reais); e fonte 0680 o valor de R\$ 911.366,00 (novecentos e onze mil, trezentos e sessenta e seis reais); cuja liberação do crédito foi vinculado na Ação 0181 atendendo pagamento de Pessoal Inativo. O excesso de arrecadação no valor de R\$ 813.557,00 (oitocentos e treze mil, quinhentos e cinquenta e sete reais) também foi utilizado para pagamento de Pessoal Inativo, praticamente zerando o saldo da conta de receita arrecadada, ferindo totalmente a autonomia desta IFES. Ressaltando que isso foi uma imposição do Ministério do Planejamento.

Como consequência dos problemas acima relatados, podemos observar o saldo dos empenhos inscritos em Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 12.343.502,23 (doze milhões trezentos e quarenta e três mil, quinhentos e dois reais e vinte e três centavos); e Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 83.500.873,02 (oitenta e três milhões quinhentos mil, oitocentos e setenta e três reais e dois centavos).

Principais desafios

- . Manter em bom funcionamento a gestão orçamentária e financeira desta IFES, levando em consideração o cenário de incertezas da economia nacional;
- . Aprimorar a qualidade e a transparência dos gastos públicos;
- . Implantar o processo de descentralização orçamentária interna, dos recursos de custeio, por unidades administrativas; e
- . Implementar o acompanhamento e execução dos termos de execução descentralizadas.

Ações futuras:

- . Implementar as ações que visam a racionalização das despesas correntes;
- . Estimular a procura de boas práticas para redução de custos que possam ser seguidos;
- . Estimular a melhoria nos processos de contratação de bens e serviços;
- . Intensificar a comunicação com vistas à conscientização dos servidores para a importância da racionalização dos gastos;
- . Capacitar às unidades administrativas para executar e acompanhar seu orçamento;
- . Divulgar os resultados alcançados com as medidas de racionalização de despesas implementadas.

Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

Com amparo na Ordem de Serviço nº 001/2018-Reitoria/Unifap, que estabelece procedimentos para aplicação das sanções previstas nos artigos 86 e 87, da Lei Federal nº

8.666/1993 e art. 7º da Lei Federal Nº 10.520/2002, no âmbito da Unifap, foram instruídos processos de penalização com fins de obter respostas às infrações cometidas pelas empresas.

Quadro 4 - Principais processos de sanções administrativas

| Contrato | Contratada | Motivo | Penalidade | Andamento |
|----------|--------------------|--|--|--|
| 10/2017 | CONTRUMAS | Atraso injustificado, aplicação de multa | Advertência c/c com multa no valor R\$42.000,00 | Em instrução |
| 006/2017 | FLEX | Atraso de execução | Penalidade de multa aplicada, convertida em serviços no valor de R\$75.620,00 | Em execução de termo de ajustamento de conduta, OS: 05/2018 |
| 25/2016 | CONSÓRCIO JOTA ELE | Atraso injustificado na apresentação de ARTs | Penalidade de multa aplicada, convertida em serviços no valor de R\$890.000,00 | Finalizado, OS /2018, conversão de multa em serviços através do Termo de Ajuste de Conduta nº01/2018, publicado no DOU |
| 13/2015 | GLOBAL | Inexecução total do objeto | Rescisão do contrato, aplicação de multa no valor de R\$607.950,33 | Em instrução |

No exercício de 2018 recebemos e efetuamos 11 (onze) mandados de bloqueio judicial, que totalizaram o valor de R\$ 44.163,53 (quarenta e quatro mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta e três centavos); todos decorrentes de ações trabalhistas contra a empresa Queiroz & Maciel Segurança e Vigilância Ltda, contratada desta IFES, no exercício de 2015, para prestar serviços de vigilância.

Gestão de Pessoas

A Unifap implantou como política de gestão a conformidade legal como fim de cada unidade administrativa, assim, a governança passou a nortear as decisões e avaliações dos processos de trabalho. A gestão de pessoas no âmbito de pessoal civil da União segue as normativas de pessoal instituídas a nível federal e as orientações quanto a implantação, controle, monitoramento, avaliação são normatizadas pelo órgão central do sistema de pessoal civil (SIPEC), hoje a Secretaria de Gestão de Pessoas, do Ministério da Economia.

Dessa forma, se entende governança de pessoas como o conjunto de diretrizes, estruturas organizacionais, processos e mecanismos de controle que visam a assegurar que as decisões e às ações relativas à gestão de pessoas estejam alinhadas às necessidades da

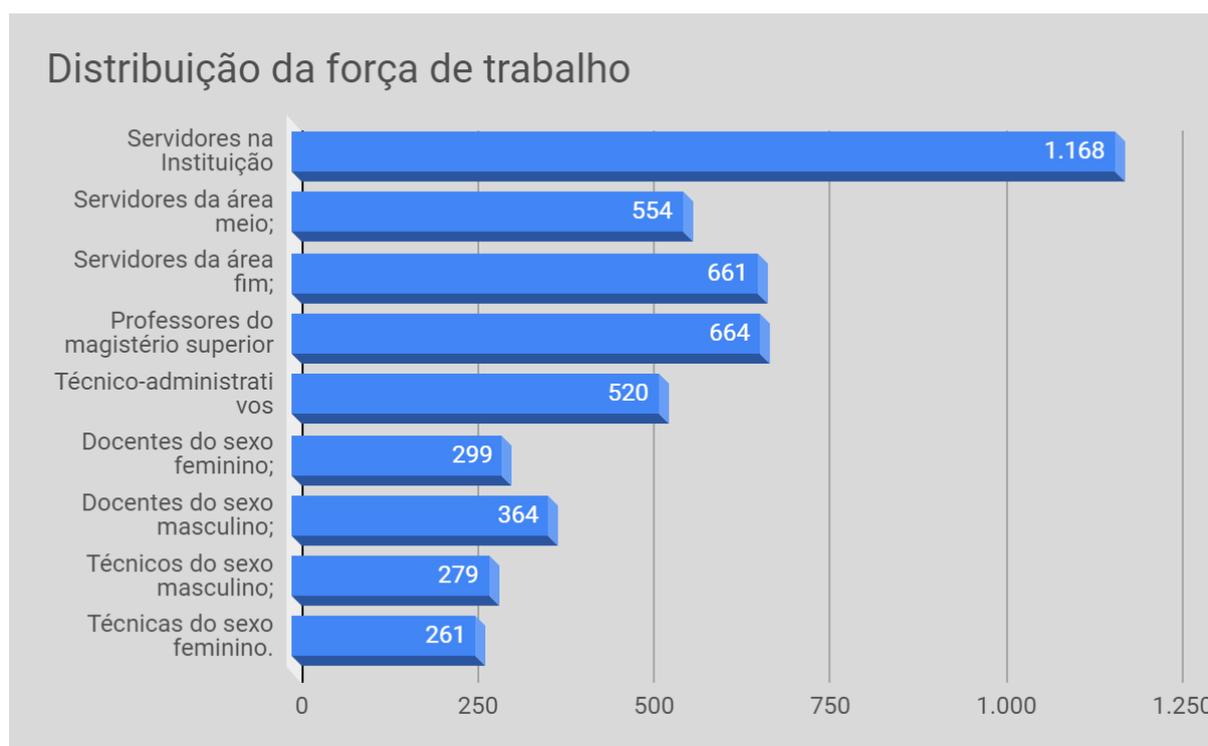
organização, contribuindo para o alcance das suas metas e principalmente seguindo as diretrizes legais que são afeitas a cada processo de trabalho.

Para isso, internamente, a PROGEP constituiu a Unidade de Controle Interno para assessorar a gestão nas tomadas de decisão relativas à conformidade legal e externamente a sua estrutura, a PROGEP recebe controle finalístico da Auditoria Interna da Unifap, do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União. Como órgão setorial do SIPEC, a PROGEP conta com o assessoramento da Divisão de Legislação de Pessoal (DILEP), outra unidade responsável por apurar o fundamento legal das decisões tomadas relativas à vida funcional dos servidores, cabe a DILEP, desse modo, propor normas internas e orientar a aplicação de normas e leis referentes à área de pessoal.

Um adendo necessário, apesar de não haver documento formalizando a escolha de gestores conforme perfis profissionais para toda a instituição, a Unifap conta com algumas unidades administrativas que no âmbito de sua atuação já documentaram os perfis profissionais necessários ao desenvolvimento da gestão. Exemplo disso é o Núcleo de Tecnologia da Informação, que por meio do Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação (PDTI 2015-2020) instituiu parâmetros profissionais que precisam ser seguidos pelos pretendidos gestores da área. No próprio PDTI há uma política de formação continuada da equipe de trabalho, o que possibilita a continuidade da excelência na execução dos serviços.

Outros exemplos são as ocupações dos cargos de pró-reitorias, a título de exemplo, a Pró-reitoria de Ensino de Graduação e ou Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, os perfis que ocupam esses cargos são de professores com doutorado, larga experiência no ensino superior e produção acadêmica qualificada.

Figura 23 – Distribuição da força de trabalho da Unifap



Fonte: Progep

É importante ressaltar que todo ingresso de servidores na IFES se dá por meio de Concurso Público. Para definir os perfis desejados para compor a força de trabalho, verificam-se as demandas nos setores das unidades organizacionais e se sustenta na Lei do PCCTAE e Lei nº 12.772/2012 para descrição dos cargos para atender aos perfis necessários.

O levantamento de vagas é feito em consonância com os perfis demandados pelos setores, e posteriormente se lança o Concurso Público; assim, quando ocorre a contratação já se tem os setores para onde o servidor será distribuído.

A Unifap possui planos orientadores que abarcam as três grandes áreas da gestão de pessoas: qualidade de vida do servidor, sua vida funcional e capacitação/gestão de desempenho humano. Tais planos estão ancorados no PDI 2015-2019, mais especificamente nos objetivos estratégicos “Qualificar e capacitar os servidores (docentes e técnico-administrativos)” e “Fortalecer a política de valorização e bem-estar do servidor”.

Por meio do Plano de Ações de Qualidade de Vida, levado a frente pela Divisão de Qualidade de Vida (DQV/DDP/PROGEP), pretende-se promover a valorização humana e profissional do servidor, a ampliação de serviços de atenção à saúde por meio da realização de ações de promoção à saúde e a concretização e fortalecimento dos programas de saúde voltados para a qualidade de vida de servidores da ativa, aposentados e dependentes.

O Plano Anual de Capacitação, que faz parte do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento da Unifap, e é um dos instrumentos da Política de Desenvolvimento dos Servidores da Unifap, visa desenvolver ações de aprendizagem por meio de cursos de capacitação e qualificação aos servidores da Unifap, objetivando aumentar o nível de competências gerenciais, técnicas e humanas, a elevação no nível de qualidade nos processos de trabalho, com vistas a garantir a oferta de serviços compatíveis à natureza e missão institucional com agregação de valor social ao servidor.

Nessa mesma perspectiva, a gestão do desempenho humano da força de trabalho da Unifap passa pelos processos de Avaliação de Desempenho, que é uma ferramenta de Gestão de Pessoas que possibilita ao gestor e ao servidor planejar, gerenciar, acompanhar e mensurar o resultado do desempenho, e avaliar as possíveis discrepâncias em relação ao desempenho desejado, mirando, de toda forma, o planejamento das unidades administrativas nas perspectivas de alocação de força de trabalho, movimentação da força de trabalho, lacunas de conhecimento em relação às características a serem desenvolvidas.

Detalhamento da despesa de pessoal, evolução dos últimos anos.

Este tópico tem por objetivo fornecer informações dos valores obtidos no resultado da execução de despesas com folha de pessoal, da gestão desta IFES, no ano de 2018, considerando os dados fornecidos pela Divisão de Pagamento de Servidores Ativos, da Divisão de Pagamento de Aposentados e Pensionistas e da Divisão de Cálculo Trabalhista, em despesas pagas, representando um acréscimo no valor de R\$ 8.804.288,04 reais em comparação com o exercício de 2017.

Tabela 5 – Execução das despesas com folha de pessoal

| EXECUÇÃO DE DESPESAS COM FOLHA DE PESSOAL | | | |
|---|--|--------------------|----------------|
| Ação Governo | | DESPESAS PAGAS R\$ | |
| | | 2018 | 2017 |
| 0181 | Aposentadorias e pensões civis da União | 6.417.286,98 | 6.104.817,68 |
| 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | 22.880.049,63 | 21.664.146,74 |
| 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 1.936.176,88 | 2.151.592,30 |
| 20TP | Ativos civis da União | 110.944.347,41 | 110.193.908,73 |
| 212B | Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 6.740.892,59 | 7.074.579,11 |
| Total | | 148.918.753,49 | 140.114.465,45 |

Fonte: Tesouro Gerencial

Analisando o quadro de execução de despesas com folha de pessoal, observa-se que no decorrer do exercício de 2018, foi empenhado o valor de R\$ 148.918.753,49 reais em despesas pagas, representando um acréscimo no valor de R\$ 8.804.288,04 reais em comparação com o exercício de 2017.

Desse acréscimo ressaltamos que houve aumento nas despesas com Aposentadorias e pensões civis da União no valor de R\$ 312.469,30, em virtude dos cargos, situação funcional e salários em que se deu a aposentadoria dos servidores, no total de 59 servidores aposentados, sendo 05 novos aposentados no ano 2018. Se tratando dos beneficiários de pensão civil em decorrência do óbito de servidores, o total é de 25 beneficiários, sendo 01 novo beneficiário no ano de 2018.

Em relação às despesas com Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais registrou-se um discreto aumento no valor de R\$ 1.215.902,89, comparando-se com o exercício de 2017, em virtude dos contratos de professores substitutos no total de 65 servidores, sendo 18 novos contratos efetivados em 2018, de médico residente no total de 42 contratados, sendo 26 novos contratados em 2018 e de residente multiprofissional no total de 36 contratados, sendo 08 novos contratados no ano 2018.

Quanto às despesas com Ativos civis da União verifica-se o aumento no valor 750.438,68 reais, em decorrência do aumento no quadro efetivo de docentes e técnicos administrativos da universidade, correspondente ao quantitativo de 1145 servidores em 2017 para 1185 novos servidores no ano de 2018.

Quanto às despesas com Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes e Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes não houve aumento, verifica-se o decréscimo no valor de R\$ 549.101,94. Tal resultado se deu por conta do aumento nos valores dos planos de saúde, não havendo reajuste no valor da contribuição paga pelo governo federal, bem como adesão de novos servidores a planos de saúde, conseqüentemente ao auxílio saúde.

A Universidade Federal do Amapá continua envidando esforços em aplicar recursos na sua estrutura, procurando atender as normas estabelecidas nas legislações vigentes e seus valores foram programados e executados com eficiência e responsabilidade.

Avaliação de Desempenho

Com implantação em 2017, a nova avaliação de desempenho da Universidade Federal do Amapá para técnicos administrativos e docentes em função administrativa passou a ocorrer anualmente, tendo sua execução por etapas, sendo as principais: Planejamento, Acompanhamento, Registro, Processamento e Validação. O Planejamento refere-se ao preenchimento dos planos individuais de trabalho pelo gestor em conjunto com o servidor, bem como dos planos de ação gerencial das unidades, somente pelos gestores nos diversos níveis hierárquicos. Nessa fase, cabe ao órgão de gestão de pessoas, que é a PROGEP, a elaboração do calendário da avaliação de desempenho, inserindo as devidas datas de cada etapa do processo Gestão de Desempenho Humano (GDH). Os prazos são estimados, flexíveis e adequados aos trabalhos desenvolvidos.

A etapa de acompanhamento ocorre concomitantemente ao planejamento, todavia abrange todo período de vigência do processo, já que a PROGEP acompanha junto aos servidores e gestores a implementação das ações e objetivos cadastrados nos planos individual de trabalho e de ação gerencial. Os gestores e servidores podem alterar ou inserir novos dados com vistas ao aperfeiçoamento dos planos e melhor execução das atividades enquanto a etapa de planejamento estiver vigente.

O registro consiste na etapa de preenchimento dos formulários de avaliação disponibilizados no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH). A referida etapa deve ocorrer de forma simultânea com a etapa de processamento, pois esta permite que o sistema processe as notas da avaliação e as disponibilize por meio do relatório individual de desempenho aos envolvidos no processo, à medida que o preenchimento dos formulários seja concluído.

A etapa de validação consiste no processo de verificação da concordância do servidor quanto à média alcançada na avaliação. Cabe à chefia realizar as entrevistas individuais com os servidores conforme roteiro disponibilizado no sistema, abordando pontos relativos ao seu processo de avaliação, inserindo diretamente no sistema as informações obtidas, sendo esta uma atividade de caráter obrigatório. Quantos aos formulários que compõem o processo de avaliação, o sistema já disponibiliza tipos predefinidos que servirão de base para avaliação de acordo com os objetivos elencados no plano individual de trabalho e no plano de ação gerencial, intercedidos por indicadores e mediadores.

Os mediadores são características da instituição que, notadamente, podem contribuir ou não com o desempenho dos servidores, porém não influenciam na nota, configurando-se como uma espécie de retroalimentação do servidor à instituição sobre aspectos como infraestrutura,

recursos e condições de trabalho. O cadastro desses mediadores é de autonomia da Divisão de Acompanhamento e Avaliação (DAA).

Os indicadores influenciam diretamente na geração das notas da avaliação e se embasam em critérios como assiduidade, responsabilidade, disciplina e produtividade, seu cadastro fica ao critério da DAA, que poderá adequar à realidade da instituição, não sendo recomendado fazer associações a todas as atribuições dos cargos para não ficar redundante, visto que vai reinserir todas as questões elencadas nos planos individuais de trabalho. A apuração desta avaliação consiste em uma escala do tipo *likert* de quatro pontos que são: 1- insuficiente 2 - abaixo do esperado, 3 - dentro do esperado e 4 - acima do esperado.

Com a entrada em vigor da Lei no 11.091/2005, que é o plano de carreira dos servidores técnicos administrativos, estes passaram a possuir o direito à Progressão por Mérito Profissional, que é a “mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 (dezoito) meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação”. A última atualização na tabela os vencimentos em função das progressões ocorreu em janeiro de 2017.

Ressalta-se que o servidor, seja qual for o nível do cargo, entra com o padrão 101, podendo chegar até 416, progredindo 4 vezes por capacitação e 16 vezes por mérito, respectivamente.

O total de técnicos participantes do processo GDH 2018 foi considerado até o mês de setembro de 2018, quando foram processadas as médias dos servidores participantes da etapa registro da avaliação. Até o mês de dezembro do referido ano, o número de técnicos aumentou, todavia, os mesmos não participaram do processo de avaliação anual, portanto a exclusão não influencia no resultado geral para as questões consideradas.

A partir dos dados em evidência é possível inferir que nos dois processos de avaliação, 2017 e 2018, foram avaliados mais de 95% dos servidores. A margem de 5% é um percentual que abrange Servidores que se afastaram da instituição no período avaliativo, para os quais são aplicados formulários específicos, tanto para os que estejam afastados para estudo, quanto para os cedidos para outros órgãos.

Em 2017 foi elaborada uma minuta para regimentar os procedimentos quanto à avaliação de estágio probatório para os técnicos administrativos da Unifap, entretanto ainda está em fase de aprovação pelo Conselho Superior da instituição. Atualmente, a estabilidade acontece de forma automática, quando o servidor completa três anos de efetivo exercício.

Capacitação: estratégias e números

A PROGEP é responsável pela realização dos Programas do Plano de Carreiras dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), que são: Dimensionamento da Força de Trabalho; Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e Avaliação de Desempenho (§ 1º do Art. 24 da Lei nº 11.091/2005).

No que compete ao Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento, realiza anualmente levantamento de necessidades de capacitação nas unidades administrativas e acadêmicas objetivando subsidiar a elaboração do Plano Anual de Capacitação – PAC. O PAC está ancorado no PDI/UNIFAP 2015-2019, na perspectiva *Aprendizado e Crescimento* e Objetivo Estratégico *Qualificar e Capacitar os Servidores docentes e técnicos*, os quais norteiam o desenvolvimento das ações de capacitação e desenvolvimento aos servidores, sobretudo aos que integram o PCCTAE.

As ações de capacitação em cursos de curta duração e de qualificação (a exemplo de Cursos de Pós-Graduação) são realizadas buscando ampliar e desenvolver as competências técnicas e humanas dos servidores integrantes do PCCTAE, docentes em funções de gestão e demais professores interessados nos temas.

Entre as linhas de desenvolvimento do PAC consta a realização de cursos de qualificação e nesse âmbito, a Unifap firmou o Contrato nº 021/2016-UNIFAP/IEPRO/UECE, objetivando realização do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas aos servidores da própria Instituição, foram 40 vagas disponibilizadas, destas, foram aprovados no processo seletivo e participam do curso: 36 servidores do quadro técnico-administrativo e 04 docentes.

Outra estratégia adotada pela Unifap visando ampliar a qualificação dos servidores técnico-administrativos diz respeito à regulamentação interna que ampara a destinação de vagas aos servidores do quadro técnico-administrativo nos Programas de Pós-Graduação em Mestrado e Doutorado da UNIFAP (Resolução no 11/2017 – Aprova Regimento Geral da Pós-Graduação *Stricto Sensu* e do Estágio Pós-Doutoral da Unifap).

Observação: Destaca-se que nesse exercício, assim como em 2017, o recurso orçamentário da Instituição foi contingenciado e, portanto, atingindo a Ação 4572 – Capacitação de Servidores em Processo de Qualificação e Requalificação. O corte orçamentário resultou na suspensão da programação de cursos de capacitação em razão de não haver cobertura orçamentária para pagamento de gratificação de curso e concurso aos servidores/instrutores. Porém, ainda conseguiu-se realizar alguns temas de curso, a partir da prestação de serviço voluntário por instrutores da Unifap (sem despesa de honorários), conforme tabela acima.

Principais desafios e ações futuras.

Para o exercício de 2019, aguarda-se liberação do orçamento geral da Unifap, conforme proposta orçamentária aprovada e nesse âmbito a designação e disponibilização do orçamento da Ação 4572, visando realização das ações previstas no Plano Anual de Capacitação – 2019.

O Plano Anual de Capacitação 2019 prevê a realização de, em média 50 ações de cursos e capacitação de curta duração visando atender as necessidades identificadas no Levantamento de Necessidades de Capacitação; a destinação de 10% do recurso à concessão de Incentivo Educacional de Pós-Graduação aos servidores do Quadro Técnico-administrativo; a descentralização de até 30% do orçamento da referida ação às unidades administrativas e acadêmicas visando capacitação de servidores em cursos específicos da área de atuação em ações ofertadas por outras Instituições dentro e fora do estado. Pretende-se neste exercício de 2019, planejar a realização de outra turma de Curso de Mestrado Profissional aos servidores do quadro técnico-administrativo, assim como de uma turma de Doutorado também a esse público.

A ótica do investimento em capacitação contínua e qualificação dos servidores dá-se na perspectiva de promover a reflexão sobre o papel do servidor público enquanto prestador de serviços à sociedade, a melhoria, eficiência e eficácia dos serviços e resultados compatíveis à natureza e missão institucional.

Gestão de licitação e contratos

A Constituição de 1988 foi fundamental para a criação de novas leis no ordenamento jurídico e administrativo, dentre as quais: a Lei Federal nº 8.666 de 1993, que instituiu o Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos.

A Lei nº 8.666/93 constitui um meio pelo qual o gestor público procederá à administração do erário na contratação de bens e serviços, optando pela melhor forma de aquisição, ou seja, pelo menor preço, prazo e qualidade, observando a necessidade do órgão público licitante quanto à descrição do objeto ou serviço de aquisição. Com tudo, a licitação e os contratos da administração pública destinam-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e escolher a proposta mais vantajosa para o Ente Público, logo será realizada em estrita observância aos princípios basilares da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

As contratações e aquisições realizadas pela Unifap seguiram com embasamento nas legislações vigentes.

O volume de contratações por modalidade de licitação pode ser observado no quadro a seguir:

Tabela 6 - Despesas por modalidade de contratação

| DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO | | | | | |
|--|------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Exercício | | 2018 | | 2017 | |
| Modalidade de Licitação | | Despesa executada | Despesa paga | Despesa executada | Despesa paga |
| 03 | Tomada de Preço | 0,00 | 0,00 | 35.437,36 | 35.437,36 |
| 04 | Concorrência | 0,00 | 0,00 | 517.669,50 | 234.476,39 |
| 06 | Dispensa de Licitação | 11.861.905,53 | 5.829.347,15 | 5.970.410,26 | 3.483.008,78 |
| 07 | Inexigibilidade | 5.012.174,02 | 3.784.429,65 | 1.222.101,85 | 866.073,85 |
| 08 | Não se aplica | 171.751.357,77 | 157.515.841,36 | 157.713.094,23 | 153.789.768,19 |
| 09 | Suprimento de Fundos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10 | Regime Diferenciado de Contratação | 67.487.885,14 | 289.011,01 | 4.486.966,25 | 509.297,87 |
| 12 | Pregão | 15.274.123,21 | 7.984.823,22 | 17.357.049,46 | 9.510.104,76 |
| Total | | 271.387.445,67 | 175.403.452,39 | 187.302.728,91 | 168.428.167,20 |

As modalidades de licitação com maior volume de contratações, no exercício de 2018, foi o Regime Diferenciado de Contratação Pública (RDC), cuja despesa executada foi de R\$ 67.487.885,15 (sessenta e sete milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos); seguida do Pregão Eletrônico, que totalizou o valor de R\$ 15.274.123,21 (quinze milhões duzentos e setenta e quatro mil, cento e vinte e três reais e vinte e um centavos); e Dispensa de Licitação, com valor de R\$ 11.861.905,53 (onze milhões oitocentos e sessenta e um mil, novecentos e cinco reais e cinquenta e três centavos). Vale ressaltar que conforme pode ser observado no quadro acima, para a modalidade Não se Aplica, com volume de despesa de aproximadamente 68,28% da dotação total executada; refere-se, principalmente, às despesas com folha de pessoal e encargos sociais.

Em comparação com o exercício de 2017 observamos um crescimento nas contratações por modalidade de dispensa de licitação. Atribuimos esse aumento tendo em vista que houve dois contratos para conclusão de obra, com saldo remanescente, que totalizaram o valor de R\$ 1.947.621,97 (um milhão novecentos e quarenta e sete mil seiscentos e vinte e um reais e noventa e sete centavos); bem como o credenciamento de um fundação de apoio, gerando contratos que somaram R\$ 2.846.110,50 (dois milhões oitocentos e quarenta e seis mil cento e dez reais e cinquenta centavos).

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo;

Relacionamos no Quadro 5 as contratações e aquisições mais relevantes, no exercício de 2018, na modalidade pregão eletrônico, que totalizaram o valor de R\$ 15.274.123,21 (quinze milhões duzentos e setenta e quatro mil, cento e vinte e três reais e vinte e um centavos).

Quadro 5 - Licitações mais relevantes no exercício de 2018 na modalidade pregão eletrônico.

| Tipo | Nº | Objeto |
|--------|----------|---|
| Pregão | 024/2018 | Contratação de pessoa jurídica para a Prestação de Serviços de Manutenção Predial Preventiva e corretiva, nos Campi da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP |
| Pregão | 022/2018 | Renovação de licença de software firewall. |
| Pregão | 015/2018 | Aquisição de equipamentos para expansão da rede wifi da Universidade Federal do Amapá |
| Pregão | 014/2018 | Aquisições de computadores, outros equipamentos de informática, bens permanentes e bens de consumo. |
| Pregão | 011/2018 | Prestação de Serviços de Manutenção de Equipamentos de Refrigeração tipo Split |
| Pregão | 010/2018 | Aquisição de Material de Consumo de Redes e Infraestrutura. |
| Pregão | 003/2018 | Aquisição de equipamentos de tecnologia da informação para fomentar o projeto de registro de ponto eletrônico da UNIFAP. |

Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização;

No exercício de 2018 às contratações diretas totalizaram o valor de R\$ 16.874.079,55 (dezesseis milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos); abaixo elencamos as principais contratações nesta modalidade.

Quadro 6 - Contratações diretas (dispensas e inexigibilidades) realizadas no exercício de 2018.

| Modalidade de Compra | Objeto | Valor | Justificativa |
|-----------------------|---|------------------|--|
| Dispensa de Licitação | Contratação de empresa especializada para construção de um bloco de salas de aula com dois pavimentos, no campus Marco Zero, Município de Macapá-AP. | R\$ 1.723.649,20 | Remanescente de obra em consequência de rescisão do contrato 34/2013. Art. 24º, Inciso XI da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 |
| Dispensa de Licitação | Contratação da Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino Pesquisa e Extensão Universitária no Acre - Fundape para Apoio ao Projeto de Extensão de Excelência para Concursos Públicos – Peec | R\$ 235.200,00 | Necessidade de contratação de fundação de apoio. Art. 24º, Inciso XIII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 |

| | | | |
|------------------------------|--|------------------|--|
| Inexigibilidade de Licitação | Contratação de empresa para serviço de treinamento de Servidor para o curso GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS, DE ACORDO COM A NOVA IN 05/2017 MPOG - VISÃO SISTÊMICA. | R\$ 2.490,00 | Necessidade de treinamento e aperfeiçoamento pessoal. Art.25, inc.II da Lei 8666/93 |
| Inexigibilidade de Licitação | Serviço de registro e emissão do Digital Object Identifier (DOI) - Marcador Digital Permanente para utilização das revistas e periódicos da UNIFAP | R\$ 800,00 | Inviabilidade de Competição. Art.25, caput da Lei 8666/93. |
| Dispensa de Licitação | Contratação da Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino Pesquisa e Extensão Universitária no Acre - Fundape para Apoio ao Projeto de Extensão (curso de capacitação) Tipo B intitulado Escola da Terra | R\$ 70.730,00 | Necessidade de contratação de fundação de apoio para execução de projeto. Art. 24º, Inciso XIII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 |
| Inexigibilidade de Licitação | Assinatura da Base de Dados The Biomedical And Life Sciences Collection | R\$ 13.892,34 | Inviabilidade de Competição Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 |
| Dispensa de Licitação | Contratação da Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (FUNDAPE) para dar apoio ao projeto de extensão - curso de capacitação denominado Universidade da Mulher-UNIMULHER, ofertado pela Fundação Universidade Federal do Amapá por meio da Pró-Reitoria de Extensão e ações Comunitárias - PROEAC. | R\$ 205.440,00 | Necessidade de contratação de fundação de apoio. Art. 24º, Inciso XIII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 |
| Dispensa de Licitação | Urbanização do Campus Binacional da Universidade Federal do Amapá- UNIFAP, localizado no município de Oiapoque- AP, com material incluso, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no projeto básico, memorial descritivo e demais anexos do Edital RDC nº 003/2017-UNIFAP | R\$ 542.695,41 | Remanescente de obra em consequência de rescisão do contrato 05/2017. Art. 24º, Inciso XI da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 |
| Dispensa de Licitação | Contratação de Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no ACRE (FUNDAPE) para dar apoio ao projeto de Extensão da Universidade da Maturidade Amapá – UMAP – 2018 – REGRESSOS – 6ª Turma, ofertado pela Fundação Universidade Federal do Amapá por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias – PROEAC. | R\$ 182.328,00 | Necessidade de contratação de fundação de apoio para execução de projeto. Art. 24º, Inciso XIII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 |
| Dispensa de Licitação | Contratação de Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino Pesquisa e Extensão Universitária no Acre (FUNDAPE) para dar apoio ao projeto "Capacitação Técnica e Elaboração da Minuta dos Planos Municipais de Saneamento Básico de 06 (seis) municípios no estado do Amapá (Amapá, Cutias do Araguari, Itaubal, Mazagão, Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí)". | R\$ 1.884.075,00 | Necessidade de contratação de fundação de apoio para execução de projeto. Art. 24º, Inciso XIII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 |
| Dispensa de Licitação | Contratação de fundação para dar apoio ao projeto de pesquisa e extensão: "Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas" | R\$ 653.950,00 | Necessidade de contratação de fundação de apoio para execução de projeto. Art. 24º, Inciso XIII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 |
| Dispensa de Licitação | Contratação de fundação para dar apoio ao projeto de pesquisa e extensão: "Estudos de Fronteira em Perspectiva Multidisciplinar e Multidimensional" | R\$ 600.000,00 | Necessidade de contratação de fundação de apoio para execução de projeto. Art. 24º, Inciso XIII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 |
| Dispensa de Licitação | Contratação de fundação para dar apoio ao projeto de pesquisa e extensão: Ações Afirmativas no Campus Binacional Oiapoque/Universidade Federal do Amapá (Unifap) para a permanência de estudantes Indígenas e quilombolas oriundos do Processo Seletivo Extraordinário 2018 (PSEIQ/2018) | R\$ 183.240,00 | Necessidade de contratação de fundação de apoio para execução de projeto. Art. 24º, Inciso XIII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 |
| Inexigibilidade de Licitação | Aquisição da Licença do Software ArcGIS e complementos para as Coordenações dos Cursos de Geografia e de Ciências Ambientais e demais cursos de pós-graduação na área de geoprocessamento da Universidade Federal Do Amapá - Unifap. | R\$ 17.131,07 | Aquisição com fornecedor exclusivo. Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 |
| Dispensa de Licitação | Contratação de fundação para apoiar o projeto acadêmico: Kayka Aramtem: saber e tradição de um sábio | R\$ 150.000,00 | Necessidade de contratação de fundação de apoio para |

| | | | |
|--|------------|--|--|
| | Arukwayene | | execução de projeto. Art. 24º, Inciso XIII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 |
|--|------------|--|--|

Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações;

Relacionamos abaixo as contratações realizadas no exercício 2018.

Quadro 7 - contratos celebrados no exercício de 2018

| CONTRATO | EMPRESA | VALOR | OBJETO |
|----------|--|------------------|--|
| 002/2018 | Edifica Engenharia Ltda | R\$ 1.723.649,20 | Contratação de empresa especializada para conclusão de um bloco de salas de aula com dois pavimentos, remanescente do Contrato nº 034 /2013-UNIFAP, no Campus Marco Zero, Município de Macapá/AP. |
| 004/2018 | Nascimento & Moreira Ltda-EPP | R\$ 1.175.412,90 | Conclusão da construção da ampliação do bloco de letras, artes e comunicação, no campus universitário Marco Zero do Equador da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, localizado no município de Macapá-AP, com material incluso. |
| 006/2018 | Hexa Comércio e Importação de Equipamentos Eireli – EPP | R\$ 50.925,00 | Aquisição de equipamento de tecnologia da informação. |
| 007/2018 | Engenext Balanças Eletrônicas e Informática Ltda | R\$ 9.800,00 | Aquisição de equipamento de tecnologia da informação. |
| 014/2018 | C F X Empreendimentos Ltda | R\$ 542.695,41 | Execução do saldo remanescente do Contrato 005/2017-UNIFAP, que trata da Urbanização do Campus Binacional da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. |
| 015/2018 | Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre - FUNDAPE | R\$ 205.440,00 | Projeto de Extensão Universidade da Mulher – UNIMULHER. |
| 016/2018 | Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre - FUNDAPE | R\$ 182.328,00 | Projeto de Extensão da Universidade da Maturidade do Amapá – UMAP - 2018 - REGRESSOS - 6ª turma. |
| 017/2018 | Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre - FUNDAPE | R\$ 1.884.075,00 | Projeto “Capacitação Técnica e Elaboração da Minuta dos Planos Municipais de Saneamento Básico de 06 (seis) municípios no estado do Amapá (Amapá, Cutias do Araguaari, Itaupal, Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari)”. |

| | | | |
|----------|--|----------------|--|
| 019/2018 | Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre - FUNDAPE | R\$ 235.200,00 | Projeto de Extensão De Excelência Para Concursos Públicos - Peec. |
| 020/2018 | Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre - FUNDAPE | R\$ 653.950,00 | Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas. |
| 021/2018 | Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre - FUNDAPE | R\$ 70.730,00 | Projeto Escola da Terra. |
| 022/2018 | Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre - FUNDAPE | R\$ 600.000,00 | Estudos de Fronteira em Perspectiva Multidisciplinar e Multidimensional. |
| 023/2018 | Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre - FUNDAPE | R\$ 183.240,00 | Projeto Ações Afirmativas no Campus Binacional Oiapoque/Universidade Federal do Amapá (Unifap) para permanência de estudantes indígenas e quilombolas oriundos do Processo Seletivo Extraordinário 2018 (PSEIQ/2018), de acordo com o Projeto nº 109/2018. |
| 024/2018 | Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre - FUNDAPE | R\$ 150.000,00 | Apoiar a execução das atividades estritamente necessárias para atender ao Projeto de Pesquisa Científica - aplicada, intitulado "Kayka Aramtem: Saber e tradição de um sábio Arukwayene", de acordo com o Projeto nº 43/2018. |

Principais Desafios na contratação

- Implementar e aprimorar os procedimentos operacionais padrão;
- Implementar a descentralização dos processos de aquisições para o nível de departamentos acadêmicos;
- Fomentar a capacitação dos servidores envolvidos nos processos de aquisições da IFES;
- Aperfeiçoar a gestão e governança das aquisições na UNIFAP;

Ações futuras para contratação

- Traçar estratégias para disseminar a utilização de forma efetiva dos módulos de requisições, compras, licitação, compras/registro de preços, através do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC;

Gestão patrimonial e infraestrutura:

Conformidade legal;

Os instrumentos legais realizados por esta IFES está em conformidade legal alinhados com os termos dos artigos 37, 70 e 75 da Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, Decreto-lei nº 200/67, Instrução Normativa nº 205/88, Lei Complementar nº 101/200, Lei 8.429/92 e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos;

Tabela 7 - Principais investimentos de Capital

| PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL - EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA | | | | |
|---|---|---------------------------|---------------------------|-----------------|
| Conta Contábil | | 2018 | 2017 | VARIÇÃO % |
| 123000000 | IMOBILIZADO | | | |
| 123110103 | Equipam/Utensílios Médicos,Odonto,Lab e Hosp | R\$ 10.413.302,37 | R\$ 8.912.105,91 | 16,84% |
| 123110109 | Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina | R\$ 3.022,54 | R\$ 2.454,05 | 23,17% |
| 123110121 | Equipamentos Hidráulicos e Elétricos | R\$ 9.118,10 | R\$ 7.281,00 | 25,23% |
| 123110201 | Equip De Tecnolog da Infor e Comunicação/TIC | R\$ 17.323.785,83 | R\$ 14.254.405,45 | 21,53% |
| 123110301 | Aparelhos e Utensílios Domésticos | R\$ 1.595.139,24 | R\$ 1.296.137,38 | 23,07% |
| 123110303 | Mobiliário em Geral | R\$ 10.220.801,53 | R\$ 8.962.995,63 | 14,03% |
| 123110405 | Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto | R\$ 3.854.140,24 | R\$ 3.239.531,54 | 18,97% |
| 123119909 | Pecas Não Incorporáveis a Imóveis | R\$ 356.296,93 | R\$ 122.956,85 | 189,77% |
| 123810100 | Depreciação Acumulada - Bens Móveis | -R\$ 9.881.903,44 | -R\$ 7.378.360,54 | 33,93% |
| SUB-TOTAL | | R\$ 33.893.703,34 | R\$ 29.419.507,27 | R\$ 3,67 |
| 123210601 | Obras em Andamento | R\$ 161.005.298,80 | R\$ 115.351.521,64 | 39,58% |
| 123210605 | Estudos e Projetos | R\$ 7.364.712,12 | R\$ 7.336.944,38 | 0,38% |
| 123210700 | Instalações | R\$ 3.915.108,43 | R\$ 3.304.298,39 | 18,49% |
| 123810200 | Depreciação Acumulada - Bens Imóveis | -R\$ 46.230.121,96 | -R\$ 34.688.276,38 | 33,27% |
| SUB-TOTAL | | R\$ 126.054.997,39 | R\$ 91.304.488,03 | R\$ 0,92 |
| TOTAL | | R\$ 159.948.700,73 | R\$ 120.723.995,30 | R\$ 4,58 |

Os investimentos de capital (equipamentos) estão associados diretamente aos objetivos estratégicos do PDI, a exemplo, citamos: Eficiência nos serviços administrativos prestados; Modernização e adequação da infraestrutura e ambientes laborais; Intensificar o acesso à tecnologia da informação; Fortalecer o ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e a extensão sob a perspectiva interdisciplinar.

Ressaltamos que mensalmente é realizada a depreciação de bens patrimoniais móveis com base na legislação vigente, levando em consideração a vida útil e classificação contábil do bem, sendo realizada a elaboração manual de planilha eletrônica encaminhada a Divisão de Materiais (DIMAT) e Divisão de Contabilidade para atualização das informações de depreciação no SIAFI.

A depreciação está sendo feita a partir dos bens cadastrados do ano de 2010 até o período corrente. A mesma é elaborada de maneira manual, com a utilização de planilha eletrônica, tendo em vista que:

- Os bens anteriores a 2010 ainda estão em processo de cadastro e devido a grande quantidade destes bens e a limitação de servidores e bolsistas para executar tais procedimentos, estimamos a conclusão em Julho/2020.
- Não é possível utilizar integralmente a depreciação de bens gerada pelo SIPAC para fins de relatório mensal, devido ao não cadastro de todos os bens, o que geraria inconsistência com as informações do SIAFI.

Nesse cenário, destacamos os seguintes desafios e ações futuras:

- Finalizar o levantamento cadastral dos bens antigos – anteriores a 2010;
- Realizar a inclusão e ajustes dos bens antigos no SIPAC;
- Equalizar as informações contábeis do SIPAC com o SIAFI;
- Instituir mecanismos para efetivar a reavaliação de bens.
- Utilizar integralmente o Relatório Mensal de Depreciação de bens móveis para fins contábeis, deixando de utilizar planilha eletrônica manual.

Quanto aos bens imóveis, atualmente a Instituição conta com 11 (onze) imóveis próprios distribuídos pelos diversos municípios do Estado, destes, apenas 01 (um) ainda está em processo de regularização e avaliação patrimonial para registro no SPIUnet, localizado no município de Cutias.

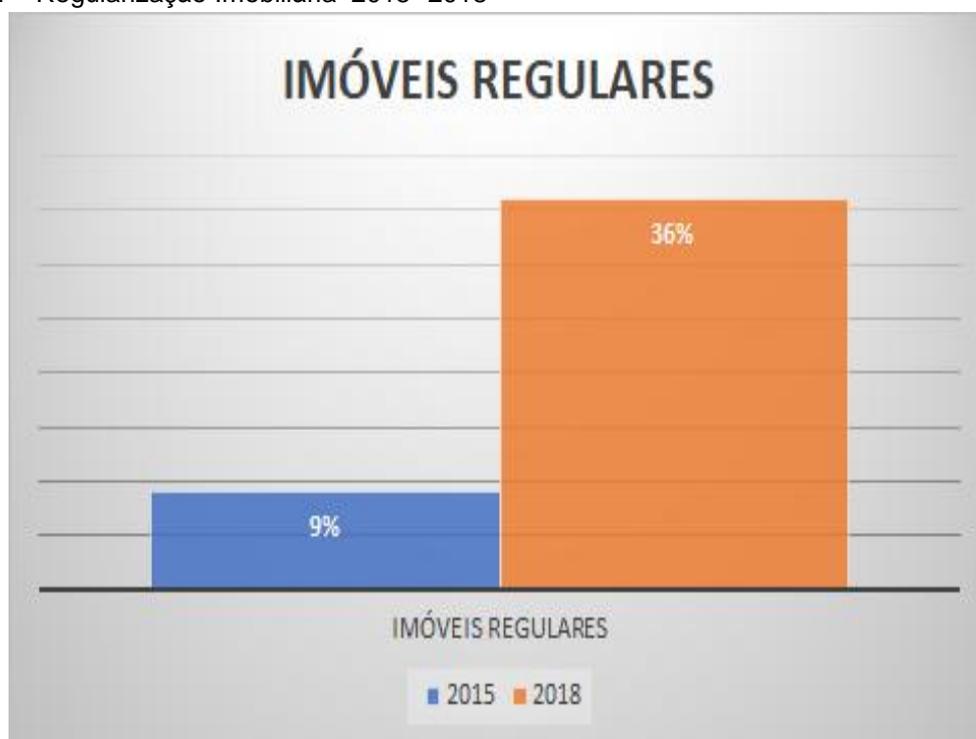
Nos últimos 02 (dois) anos ocorreram grandes melhorias no que se refere a regularização cadastral dos bens imóveis no SPIUNET conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 8 - Regularização Imobiliária - SPIUNET

| Regularização Imobiliária – SPIUNET | | |
|-------------------------------------|------|------|
| Ano | 2015 | 2018 |
| Imóveis regulares | 9% | 36% |
| Imóveis irregulares | 91% | 64% |

A Figura 24 demonstra o avanço na regularização imobiliária no exercício de 2018

Figura 24 – Regularização Imobiliária 2015 -2018



Locações de imóveis e equipamentos

Tabela 8 - Execução de despesas com locação de imóveis - 2018

| EXECUÇÃO DE DESPESAS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEL 2018 | | | | |
|---|------------------------|---------------------|---------------------|----------------|
| NATUREZA DA DESPESA DETALHADA | FAVORECIDO | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS |
| Locação de Imóveis | Dácio de Oliveira Neri | 28.800,00 | 21.600,00 | 21.600,00 |
| Locação de Imóveis | Grupo Capital Eireli | 186.700,80 | 140.025,60 | 140.025,60 |
| TOTAL | | 215.500,80 | 161.625,60 | 161.625,60 |

A despesa acima refere-se a dois contratos de concessão à título oneroso, referente a locação de dois imóveis no *Campus* Binacional, Município de Oiapoque.

Principais desafios e futuras ações na Gestão patrimonial e infraestrutura

- Cadastramento no SIPAC de bens antigos, adquiridos até 2009: A partir de levantamento nos arquivos da Seção de Patrimônio (SEPAT), estima-se cerca de 10.000 itens sem cadastro – maioria de bens no período entre 2003 e 2009.
- Inventário realístico de todos os bens da instituição: Após regularização cadastral dos bens é imprescindível a realização de inventário patrimonial de bens móveis para determinar em quais setores efetivamente estão cada bem da instituição e regularizar o cadastro no SIPAC de cada um, ou seja, realizar inventário patrimonial de forma consistente, por meio interno (comissão de inventário) ou externo (empresa contratada).
- Efetuar a alienação de bens inservíveis, por meio de leilão, doação ou descarte: Existe uma quantidade considerável de bens classificados como inservíveis, ao quais devem ser leiloados – processo de contratação de leiloeiro em fase de finalização, doados ou em último caso descartados através da contratação de empresa que realize o recolhimento e descarte de bens ambientalmente adequados.
- Adequar o quantitativo de recursos humanos para atender as demandas prioritárias;
- Elaborar com celeridade os laudos de avaliação de imóveis, que possibilitam a regularização cadastral dos imóveis no SPIUNET;
- Efetivar a contratação de pessoa jurídica/ física habilitada para elaboração de laudos de avaliação de imóveis.

Gestão da tecnologia da informação:

Conformidade legal;

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TI, a Universidade Federal do Amapá através do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) observa e aplica conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão-MP, padrões para a manutenção dos serviços de TI, além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos. Desse modo, evolui continuamente seus padrões referentes a dados abertos, acessibilidade, aprimoramento da governança digital, segurança da informação, identidade visual, interoperabilidade, licitação e fiscalização de contratos.

Modelo de governança de TI;

A Governança de TI está relacionada ao desenvolvimento de um conjunto estruturado de competências e habilidades estratégicas para profissionais de TI responsáveis pelo planejamento, implantação, controle e monitoramento de programas e projetos de governança.

O Modelo de Governança de TI do NTI, alinhado ao Modelo de Governança Corporativo da UNIFAP, tem como principal instância o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) da Unifap – CGTI/Unifap. O CGTI/Unifap tem a prerrogativa de dirigir o alinhamento das ações e dos investimentos de TI para o alcance dos objetivos estratégicos da organização, bem como priorizá-los, além de avaliar os resultados do desempenho da TI.

A Alta Administração é responsável pela governança de TI (avaliação, direção e monitoramento da Gestão de TI); 2. O CGTI é responsável pelo estabelecimento e alcance dos objetivos e das metas de TI, aprovação dos planos estratégicos, bem como pela orientação das iniciativas e dos investimentos em TI. 3. O NTI é responsável pela gestão de TI (planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das atividades de TI em consonância com a direção definida pela Alta Administração). O NTI deverá assessorar a Alta Administração na Governança de TI.

A Política de Governança de Tecnologia da Informação PGTIC/Unifap descreve os arranjos institucionais de TI na IFES com estruturas organizacionais, suas responsabilidades e papéis, os objetivos, os princípios e as diretrizes, com destaque para os planos de TI da Unifap. No período de 2016-2020, está vigente o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI. Este plano está alinhado ao plano estratégico, à estrutura hierárquica, à estrutura normativa da

Unifap e a outros normativos e diretrizes do governo federal, como a Estratégia de Governança Digital (EGD). Saiba mais: (<http://www2.unifap.br/nti/documentos/pdti/>).

Quadro 9 - Contratações mais relevantes de recursos de TI;

| Empresa | Nº do Contrato | Valor Contratual |
|---|-----------------------|-------------------------|
| Sig Software & Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda | 004/2014 | R\$ 3.761.730,72 |
| Jose M. Barroso de Almeida Junior Eireli - Epp | 003/2015 | R\$ 4.209.050,00 |
| New Solutions Comercio e Serviços Ltda - Me | 002/2017 | R\$ 794.604,00 |

1. O Contrato nº 004/2014 entre a Unifap e a empresa SIG Software Consultoria EM Tecnologia da Informação, para licenciamento e prestação de serviços técnicos de tecnologia da informação para atender as demandas referentes à implantação e sustentação dos sistemas SIG.

2. Contratação de empresa prestadora de serviços de conectividade para ampliação da infraestrutura de rede de telecomunicações, necessário para o atendimento das necessidades dos diversos campi da contratante, conforme edital, seus anexos e proposta da contratada, que passam integrar este instrumento como se nele transcritos estivessem.

3. Contratação de empresa especializada para ampliação da rede lógica e execução de serviços com fornecimento de material, exceto os itens 04; 08 e 09, conforme especificação técnica constantes no lote i do anexo ii do edital do pregão nº 043/2016. os materiais referente aos itens 04, 08 e 09 serão entregues pela contratante à contratada.

Quadro 10 - Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor;

| Cadeia de Valor | Principais iniciativas (Sistemas e projetos) na área de TI | Principais resultados (Benefícios e impactos) |
|----------------------|--|--|
| Contratação de TI | Contrato com empresa especializada em Sustentação e Manutenção Evolutiva dos Sistemas Integrados de Gestão (SIPAC/SIGADMIN/SIGRH/SIGAA) | Maior agilidade nos processos acadêmicos e administrativos. Segurança na salvaguarda dos dados e centralização de informações. |
| Contratação de TI | Apoiar a administração com registro de preços para aquisição, que respeite a padronização, de computadores, impressoras e demais equipamentos de informática desta lfes. Homologar Registro de Preços para aquisição de produtos e serviços que englobem demandas comuns para toda instituição minimizando quantidade de processos e tempo de aquisição com maior economicidade. | Agilidade e facilidade nos processos de aquisição de Materiais e serviços de TI . Economizar tempo nos processos de aquisição. |
| Informação de TI | Aferição de desempenho dos colaboradores do NTI | Subsidiar a avaliação de desempenho dos servidores. |
| Infraestrutura de TI | Projeto Reestruturar Rede Wireless Unifap | Mobilidade acadêmica, unificação de acesso através do Eduroam. |
| Suporte de TI | Implantar melhorias no atendimento ao público | Cultura de usuário e coleta de indicadores de satisfação referente aos serviços prestados. |
| Infraestrutura de TI | Promover a ampliação da rede cabeada e sem fio na Unifap | Maior integração dos sistemas de informação nas diversas unidades da Unifap. |
| Infraestrutura de TI | Implantação de Firewall | Segurança digital e bloqueio de incidentes envolvendo segurança da informação. |
| Contratação de TI | Auxílio à Prefeitura do Campus na Contratação de Sistema de Monitoramento Eletrônico | Segurança física de ativos dos <i>campi</i> e dos usuários consumidores dos serviços da Unifap. |

Segurança da informação

- A Unifap, por meio da Portaria nº 0764/2015, instituiu o Comitê de Segurança da Informação (CSI).
- A Unifap, também desenvolveu a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC/Unifap) relativo à tecnologia da informação para compor o Modelo de Governança, aguardando aprovação do CONSU e do CGTI da Unifap. Saiba mais: (<http://www2.unifap.br/nti/documentos/politicas-de-servicos/>).
- A Unifap implantou ações de conscientização dos seus servidores sobre a Segurança de Informação, criando norma de segurança para UNIFAPnet. O objetivo é fornecer um conjunto de Regras e Recomendações aos administradores de rede e usuários, visando

a proteção e segurança dos equipamentos, dados, pessoas e instalações da Universidade.

- Foram adquiridos equipamentos de biometria a serem utilizados pelos Agentes de Registro para captura, processamento automático e identificação biométrica dos servidores da Unifap.

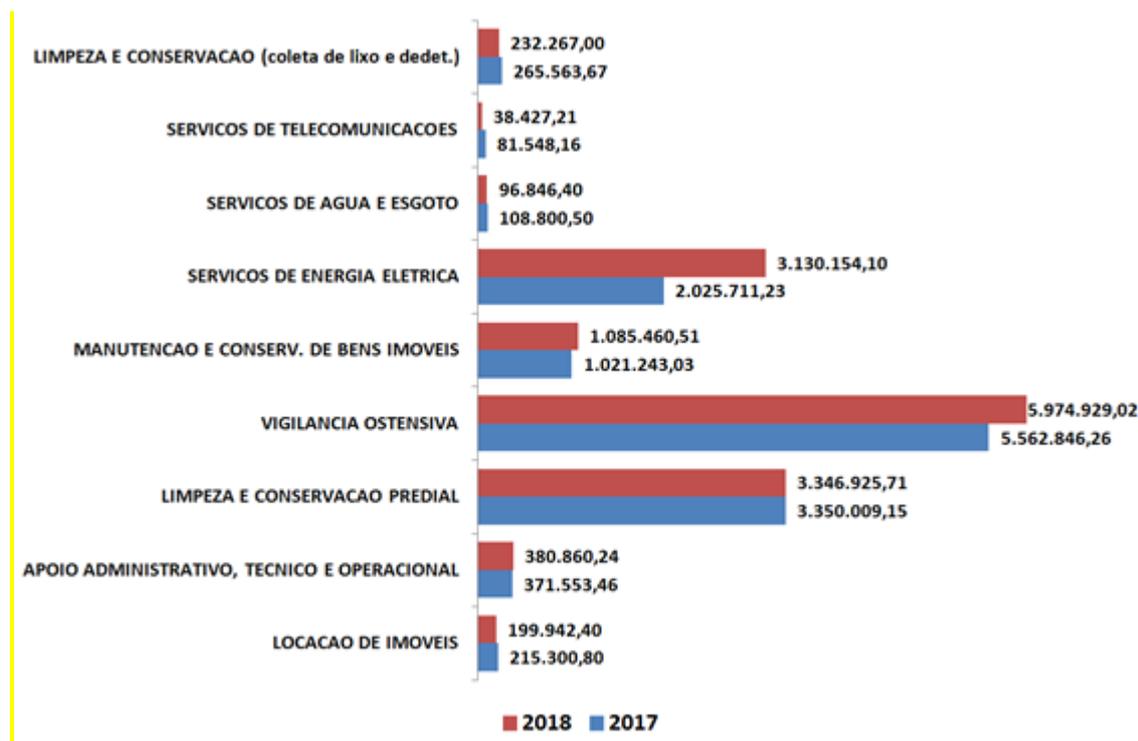
Principais desafios e ações futuras para gestão da tecnologia da informação

Número insuficiente de servidores na área de TI expondo a Unifap a uma série de riscos, tais como:

1. Alongamento do prazo na execução de projetos;
2. Limitação na possibilidade de automatização de processos internos;
3. Prejuízo financeiro para o erário, em decorrência de informações e dados extraídos de sistemas ineficientes e inadequados;
4. Sobrecarga às chefias na área de TI, trazendo- lhes, ainda, óbices em exercer mais eficazmente as funções de planejamento, direção, coordenação e avaliação dos respectivos trabalhos, assim como exercer a liderança administrativa eficaz e eficiente perante suas equipes. Isso compromete não somente a gestão, mas, também, a governança de TI.

O cenário de cortes orçamentários no decorrer do exercício de 2018 gerou uma sobrecarga considerável nas equipes de gestão de contratos e de recursos de TI.

Figura 25 - Despesas fixas da Unifap no período de 2017 a 2018.



A Unifap nos últimos anos teve uma considerável ampliação em sua estrutura física, fato este ocasionado pelo esforço do planejamento institucional da gestão superior em alocar recursos para atender as demandas relacionadas à necessidade dos *Campi* e Departamentos acadêmicos.

Dentre as novas estruturas podemos destacar: a pista de atletismo, Bloco de salas da saúde; ambulatório e CEPAP e a construção do Hospital Universitário (em fase de conclusão). Por conseguinte, algumas das despesas fixas da universidade tiveram elevação, conforme apresentado Figura 25, como energia elétrica, que em 2017 foi de R\$ 2.025.711,23 e no ano de 2018, foi de R\$ 3.130.154,10. Ou seja, um aumento 35,12 %. Outro elemento de despesa que seguiu essa lógica de elevação foi o serviço de manutenção e conservação de bens imóveis, que em 2017 teve um gasto de R\$ 1.021.243,03, e no ano seguinte, 2018, de 1.085.460,51, um aumento aproximado de 6%. Além do mais, o serviço de vigilância ostensiva é o elemento de despesa que apresenta o maior investimento por parte da instituição, esse item obteve uma pequena elevação devido as pactuações, sendo que em 2017 o valor pago foi de R\$ 5.562.846,26, passando em 2018 para R\$ 5.974.929,02.

Por outro lado, mesmo com a ampliação de sua estrutura física, a administração superior está sensível a questões relacionadas a alternativas para racionalizar e otimizar o gasto público. Nesse sentido, algumas despesas fixas de nossa instituição já apresentaram redução, como o serviço de água e esgoto, que em 2017 teve um gasto de R\$ 108.800,50 e no ano seguinte, 2018, reduziu para R\$ 96.846,40, um decréscimo de 12,34%.

Mas o maior destaque refere-se ao serviço de telecomunicações, pois com objetivo de reduzir os custos à instituição passou a utilizar ligações via rede VoIP (Voz sobre IP) da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), bem como a restrição para ligações externas de alguns ramais, ações que apresentaram resultados significativos, pois em 2017 o valor pago foi R\$ 81.548,16, e no ano seguinte, 2018, passou a pagar R\$ 38.427,21. Ou seja, apresentou uma redução acima de 100%. Outras despesas da instituição apresentaram também redução de 2017 para 2018 como a locação de imóveis, bem como o serviço de limpeza e conservação (coleta de lixo biológica e dedetização), conforme dados apresentados na Figura 25.

Atualmente o Governo Federal conta com o Sistema de Informações de Custos, institucionalizado através da Portaria STN nº 157, de 09 de março de 2011. As fontes de dados são os sistemas estruturantes SIAFI, SIOP, SIAPE, SIORG, SIADS. Com base nessas informações, o Portal de Custos foi desenvolvido com o propósito de fomentar a gestão de custos e a avaliação da qualidade do gasto público, sendo importante mecanismo de apoio à tomada de decisão dos gestores públicos do Governo Federal.

Esta IFES ainda está em processo de estruturação interna, inclusive de ordem metodológica, para a implantação desse sistema. Atualmente, eventuais necessidades de avaliação de custos são realizadas com base em levantamentos e planilhas de tipo Excel.

Hoje uma das principais responsabilidades dos gestores é o gerenciamento dos custos, visando, no desenvolvimento de suas ações, a fim de implantar uma política de custos que racionalize os gastos da unidade, portanto, o portal de custos do Governo Federal se apresenta como grande aliado dos gestores.

Os desafios e riscos, principalmente em relação a qualidade das informações contábeis e de custos, quanto a não implantação integral dos procedimentos, em virtude de limitações de recursos humanos, tecnológicos e financeiros. Em relação à temática de custos, muitos gestores se limitam ao conhecimento empírico acumulado ao longo do tempo como insumo para a tomada de decisão.

Sustentabilidade ambiental:

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições:

A Unifap observa em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, bem como a apresentação de documentos físicos, copiados ou impressos, através de papel reciclado ou eletrônico.

A Unifap, sem prejuízos de outros, cumpre os critérios elencados na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a exemplo: - Requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; - Bens, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; - Bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs); - Declaração, com a firma reconhecida em cartório de registro público, onde a licitante afirma possuir o compromisso e responsabilidade com a sustentabilidade ambiental, nos termos das exigências impostas pela IN 01/2010.

As ações para redução do consumo de recursos naturais com vistas a contribuir com o uso racional dos recursos naturais, a Unifap investiu em ações na área de energia elétrica com a utilização de iluminação de LED que consomem menos energia e tem vida útil maior que as lâmpadas fluorescente. Evidenciamos que estão sendo trocadas todas as lâmpadas fluorescentes tubulares por lâmpadas de LED, pois as fluorescentes possuem elementos químicos que podem agredir o meio ambiente no momento do descarte, já as lâmpadas de LED são menos nocivas ao meio ambiente.

Foram substituídas 1.906,00 (mil novecentos e seis) unidades de lâmpadas fluorescentes tubulares por lâmpadas de LED tubulares. Ainda no intuito de promover a redução no consumo dos recursos naturais, foram feitas as substituições de grande parte das torneiras convencionais por torneiras com temporizador, visando diminuir o consumo de água. Foram substituídas 197 (cento e noventa e sete) unidades de torneiras comuns por torneiras

com temporizador. Também foram feitas manutenções nas instalações hidráulicas visando reduzir o desperdício de água por vazamentos.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR - COM RESSALVA

Declaração do Contador com ressalvas sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis.

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes no SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta o Relatório de Gestão, Exceto no tocante a:

a) Restrição 302 – Falta e/ou atraso de remessa do RMA e RMB: O setor responsável pela remessa do Relatório Mensal de Bens – RMB não o encaminhou no exercício financeiro de 2018.

b) Restrição 674 - Saldos Alongados/indevidos em Contas Transitórias no Passivo Circulantes: Esta restrição ocorre em virtude de devolução de despesa referente ao pessoal cedido a outros Entes. Contudo, tal restrição tem sido regularizada, em cada ocorrência, por meio da geração de Documentos Hábeis na modalidade “DD – Devolução de Despesa”, a qual permite a baixa dos créditos com pessoal cedido em conta de ativo circulante. Vale ressaltar que quando essa restrição ocorre no início do exercício financeiro não há possibilidade de emissão de DD, sendo necessário da regularização por meio de Nota de Lançamento.

c) Restrição 315 – Falta de conformidade de Registro de Gestão: Não houve, no tempo hábil, registro da conformidade de gestão no dia 20/07/2018. Contudo, houve a análise pelo setor competente dos atos e fatos da gestão referente ao período respectivo, informado não haver restrição.

Ressaltamos que no final do encerramento do exercício de 2018 apareceram algumas restrições contábeis. Abaixo estão descritas as Equações de restrição e a Justificativa de sua ocorrência:

a) Equações de restrições contábeis:

- 0292 – DDR em liquidação x Passivo em liquidação

- 0299 – Passivo Orçamentário x Execução Orçamentária

- 0691 - Controle DDR x Controle Orçamentário Liquidado

- 0692 – Controle DDR x Controle Orçamentário Pago

b) Justificativa:

- As Restrições acima ocorreram em virtude do novo sistema de pagamento de ordens bancárias, segundo os Comunicas 2018/1527783, 2018/1347451 e 2018/1419174 amos da STN.

Macapá-AP, 29 de março de 2019

OSMAR ALMEIDA DA SILVA
Contador Responsável da Universidade Federal do Amapá
CRC nº 2.293/0-6
PORTARIA Nº 1794/2018

Item 6 - Demonstrações contábeis e Notas explicativas

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

6.1 - Balanço patrimonial

As Demonstrações Contábeis da Universidade Federal do Amapá são elaboradas em consonância às disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no Manual SIAFI, na Lei Nº 4.320/1964, na Lei Complementar Nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Decreto Nº 93.872/1986 (Unificação dos Recursos de Caixa do Tesouro Nacional) e demais Normativos pertinentes à matéria.

O objetivo principal das Demonstrações Contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o exercício. Nas Demonstrações Contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio público da UNIFAP, o desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que subsidiem a instrumentação e controle social.

As Demonstrações Contábeis fornecidas pela Universidade Federal do Amapá e que são objetos das Notas Explicativas são:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

6.2 - Balanço patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

As planilhas abaixo, em seu conjunto, ilustra o Balanço patrimonial da Universidade Federal do Amapá no exercício financeiro de 2018.

Tabela 9 – Balanço Patrimonial

| ATIVO | | 2018 | 2017 |
|--|--|-----------------------|-----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | | | |
| ATIVO CIRCULANTE | | 48.131.637,61 | 75,104.154,29 |
| Caixa e Equivalentes de caixa | | 39.293.148,89 | 72.947.566,72 |
| Demais créditos e valores a curto prazo | | 8.663.708,85 | 1.901.830,25 |
| Estoque | | 174.779,87 | 254.757,32 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 444.663.212,32 | 405.203.432,08 |
| Ativo realizável a longo prazo | | 28.543,27 | 28.543,27 |
| Demais créditos e valores a longo prazo | | 28.543,27 | 28.543,27 |
| Investimentos | | 4.901,69 | 4.901,69 |
| Demais investimentos permanentes | | 4.901,69 | 4.901,69 |
| Demais investimentos permanentes | | 4.901,69 | 4.901,69 |
| (-) Redução ao valor recuperável de Demais Invest. Perm. | | - | - |
| Imobilizado | | 443.192.432,53 | 403.759.892,29 |
| Bens móveis | | 47.710.816,41 | 43.028.785,53 |
| Bens móveis | | 57.592.719,85 | 50.407.146,07 |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis | | -9.881.903,44 | -7.378.360,54 |
| Bens Imóveis | | 395.481.616,12 | 360.731.106,76 |
| Bens Imóveis | | 441.711.738,08 | 395.419.383,14 |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis | | -46.230.121,96 | -34.688.276,38 |
| Intangível | | 1.437.334,83 | 1.410.094,83 |
| Softwares | | 1.437.334,83 | 1.410.094,83 |
| Softwares | | 1.437.334,83 | 1.410.094,83 |
| (-) Amortização acumulada de Softwares | | - | - |
| TOTAL DO ATIVO | | 492.794.849,93 | 480.307.586,37 |
| PASSIVO | | 2018 | 2017 |
| ESPECIFICAÇÃO | | | |
| PASSIVO CIRCULANTE | | 13.500.796,36 | 1.117.210,28 |

| | | |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Obrigações trab., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo | 10.358.326,68 | 780.662,50 |
| Fornecedores e contas a pagar a curto prazo | 960.556,23 | 336.547,78 |
| Demais obrigações a curto prazo | 2.181.913,45 | - |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | |
| TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL | 13.500.796,36 | 1.117.210,28 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| ESPECIFICAÇÃO | 2018 | 2017 |
| Patrimônio Social e capital social | | |
| Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) | | |
| Reservas de capital | | |
| Ajustes de avaliação Patrimonial | | |
| Reservas de Lucros | | |
| Demais reservas | | |
| Resultados Acumulados | 479.294.053,57 | 479.190.376,09 |
| Resultado do Exercício | 327.223,48 | 101.604.087,28 |
| Resultados de Exercícios Anteriores | 479.190.376,09 | 378.675.239,10 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | -223.456,00 | -1.088.950,29 |
| (-) Ações/Cotas em Tesouraria | - | - |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 479.294.053,57 | 479.190.376,09 |

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|------------------|----------------|----------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2018 | 2017 | ESPECIFICAÇÃO | 2018 | 2017 |
| ATIVO FINANCEIRO | 39.293.148,89 | 72.947.566,72 | PASSIVO FINANCEIRO | 141.174.592,34 | 109.490.400,56 |
| ATIVO PERMANENTE | 453.501.701,04 | 407.360.019,65 | PASSIVO PERMANENTE | 750.483,22 | 277.412,80 |
| | | | SALDO PATRIMONIAL | 350.869.774,37 | 370.539.773,01 |

Quadro II - Compensações

| ATIVO | | PASSIVO | |
|---|------|---|------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2017 | ESPECIFICAÇÃO | 2017 |
| ESPECIFICAÇÃO/ Saldo dos Atos Potenciais Ativos | | ESPECIFICAÇÃO/ Saldo dos Atos Potenciais Passivos | |

| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | | 21.518.820,47 | SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | | 171.376.233,93 |
|---|--|----------------------------|---|--|-----------------------|
| Execução dos Atos Potenciais Ativos | | 21.518.820,47 | Execução dos Atos Potenciais Passivos | | 171.376.233,93 |
| Garantias e Contragarantias Recebidas a executar | | 12.751.070,78 | Garantias e Contragarantias concedidas a executar | | - |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres | | 8.767.749,69 | Obrigações Conveniadas e Outros Instrum. Congêneres a Liberar | | - |
| Direitos Contratuais a executar | | - | Obrigações Contratuais a Executar | | 171.376.233,93 |
| Outros atos potenciais ativos a executar | | - | Outros Atos Potenciais Passivos a Executar | | - |
| TOTAL | | 21.518.820,47 | TOTAL | | 171.376.233,93 |
| MÊS LANÇAMENTO | | 01/4/2018 | | | |
| Conta Contábil | | Curto Prazo | Total | | |
| Fornecedor | | Saldo R\$ (Conta Contábil) | Saldo R\$ (Conta Contábil) | | AV (%) |
| 08030124000121 | AGENCIA AEROTUR LTDA | 43.603,68 | 43.603,68 | | 4,54 |
| 22901747000153 | BLINGEL VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA | 139.618,03 | 139.618,03 | | 14,54 |
| 04124573000188 | C F X EMPREENDIMENTOS L T D A | 59.406,27 | 59.406,27 | | 6,18 |
| 14533285000130 | CONAMA CONSTRUÇÕES AMAPAENSE EIRELI | 61.240,40 | 61.240,40 | | 6,38 |
| 00865761000106 | ELITE SERVICOS DE SEGURANÇA LTDA | 329.863,99 | 329.863,99 | | 34,34 |
| 154215 | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ | 2.492,00 | 2.492,00 | | 0,26 |
| 06900721000134 | GLOBAL SERVICOS LTDA | 255.070,87 | 255.070,87 | | 26,55 |
| 09582086000182 | NASCIMENTO & MOREIRA LTDA | 68.751,49 | 68.751,49 | | 7,16 |
| 09064362000110 | WM CONSTRUÇÕES LTDA | 509,50 | 509,50 | | 0,05 |
| TOTAL | | 960.556,23 | 960.556,23 | | 100 |

6.2.1 - Nota explicativa do Balanço patrimonial

6.2.1.1 - Fornecedores e contas a pagar – Por Fornecedor

Os fornecedores a pagar no final do exercício de 2018 com maior relevância referem-se às empresas ELITE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA e GLOBAL SERVIÇOS LTDA, apresentando 34,34% e 26,55% respectivamente em relação ao total de fornecedores a pagar.

A empresa ELITE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA tem como objeto contratual a contratação de serviços de vigilância armada nos diversos campi da UNIFAP.

Já a empresa GLOBAL SERVIÇOS LTDA foi contratada para construção de Blocos e Prédio da UNIFAP.

6.2.1.2 - Obrigações Contratuais – Por contratado

Tabela 10 - Obrigações Contratuais – Por contratado

| CNPJ | CONTRATOS EXECUTADOS DE 2018 | Valor | AV (%) |
|----------------|--|--------------|--------|
| 08030124000121 | AGENCIA AEROTUR LTDA | 214.335,56 | 0,34 |
| 05836297000143 | ARENA DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVICOS | 2.398.772,01 | 3,78 |
| 22901747000153 | BLINGEL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA | 3.317.514,68 | 5,23 |
| 03817702000150 | BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA | 287.158,39 | 0,45 |
| 04124573000188 | C F X EMPREENDIMENTOS LTDA | 66.636,31 | 0,11 |
| 84417377000130 | C. M. DE OLIVEIRA & CIA LTDA | 174.532,35 | 0,28 |
| 11236695000121 | CARDIOMED EIRELI | 45.919,33 | 0,07 |
| 40432544000147 | CLARO S.A. | 38.427,21 | 0,06 |
| 92751213000173 | COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDENCIA SUL | 52.052,34 | 0,08 |
| 14533285000130 | CONAMA CONSTRUÇOES AMAPAENSE EIRELI | 874.862,88 | 1,38 |
| 26740788000166 | CONSORCIO CONSTRULABS | 571.513,86 | 0,90 |
| 16715233000100 | CONSTRUTORA 3A LTDA | 40.929,63 | 0,06 |
| 84726520253 | DACIO DE OLIVEIRA NERI | 26.400,00 | 0,04 |
| 01678508000106 | DESAFIO ASSESSORIA E SERVICOS LTDA | 51.600,60 | 0,08 |
| 03369991000253 | E.R. LISBOA | 32.747,00 | 0,05 |
| 32959900000157 | ECO SERVICE LTDA | 356.284,48 | 0,56 |
| 23074719000172 | EDIFICA ENGENHARIA LTDA | 73.917,93 | 0,12 |
| 00865761000106 | ELITE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA | 2.167.807,48 | 3,42 |
| 34028316762461 | EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFO | 3.911,14 | 0,01 |
| 13139562000162 | ENGENEXT BALANCAS ELETRONICAS E INFORMATICA LTDA | 9.800,00 | 0,02 |
| 04753848000142 | EPIFANIO & MONTEIRO CIA LTDA | 380.860,24 | 0,60 |
| 20466806000187 | EQUINOCIO LTDA | 180.862,23 | 0,29 |
| 18611601000104 | FLEX CONSTRUÇOES & COMERCIO LTDA | 2.508.331,55 | 3,95 |
| 05463366000110 | FUNDAÇÃO AJURI DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE | 43.185,00 | 0,07 |
| 02646829000191 | FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO AO ENSINO/PESQUISA | 1.009.053,85 | 1,59 |
| 06900721000134 | GLOBAL SERVICOS LTDA | 350.243,51 | 0,55 |
| 01549402000102 | GRUPO CAPITAL EIRELI | 171.142,40 | 0,27 |
| 00977419000106 | INSTITUTO DE ESTUDOS PESQUISAS E PROJETOS DA UECE IEPRO | 435.000,00 | 0,69 |

| | | | |
|----------------|--|----------------------|---------------|
| 34868323000113 | J B AVELVAR -ME | 19.442,65 | 0,03 |
| 16909810000103 | JOSE M. BARROSO DE ALEMIDA JUNIOR EIRELI | 392.248,12 | 0,62 |
| 26573330000160 | JOTA ELE / SH / CDG / EXXA | 41.686.541,18 | 65,71 |
| 07045038000120 | JUNIOR ELETRICIDADE LTDA - EPP | 297.896,36 | 0,47 |
| 97548482000150 | KLIMA REFRIGERAÇÃO LTDA | 220.999,00 | 0,35 |
| 19827650000133 | LEITE & LIMA LTDA | 197.363,92 | 0,31 |
| 12039966000111 | LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI | 56.071,98 | 0,09 |
| 08610363000231 | LOCOPIA COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA | 9.087,60 | 0,01 |
| 09722746000183 | MONTE VERDE EMPREENDIMENTOS LTDA | 27.767,74 | 0,04 |
| 09582086000182 | NASCIMENTO & MOREIRA LTDA | 72.826,11 | 0,11 |
| 01832691000152 | NEW SOLUTIONS COMERCIO E SERVICOS LTDA | 197.560,92 | 0,31 |
| 07797967000195 | NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA | 15.980,00 | 0,03 |
| 06880484000197 | OPTECNICA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRO ELETRONICOS | 13.500,00 | 0,02 |
| 12321441000174 | POLO FRIO LTDA | 20.387,00 | 0,03 |
| 13820361000126 | QUEIROZ SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI | 551.453,00 | 0,87 |
| 09193807000162 | R B F EMPREENDIMENTOS E SERVICOS EIRELI | 10.120,00 | 0,02 |
| 05857540000100 | RURALWEB TELECOMUNICACOES LTDA. | 69.238,58 | 0,11 |
| 806030 | SERPRO - SEDE - BRASILIA | 8.778,00 | 0,01 |
| 13406686000167 | SIG SOFTWARE & CONSTRUTORA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 797.132,75 | 1,26 |
| 00723187000151 | SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSP. DE PASSAGEIROS DO ESTA | 17.967,26 | 0,03 |
| 21223838000114 | SOLARIZE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA | 233.340,08 | 0,37 |
| 10747923000165 | TRATALYX SERVICOS AMBIENTAIS DO BRASIL LTDA | 254.475,00 | 0,40 |
| 08968820000183 | VALLE SERVICOS EIRELI | 2.352.441,00 | 3,71 |
| 01017250000105 | VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA | 38.112,29 | 0,06 |
| Total | | 63.444.532,50 | 100,00 |

Os contratos executados que tiveram maior relevância no exercício de 2018 foram das empresas JOTA ELE/SH/CDG/EXXA, BRINGEL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA e ELITE SERVIÇOS DE SEGURANÇA, com os seguintes percentuais em relação ao total dos contratos executados, respectivamente: 65,71%, 5,23% e 3,42%.

Vale ressaltar o objeto contratual da empresa com maior relevância:

A empresa JOTA ELE/SH/CDG/EXXA é responsável pela Construção do Hospital Universitário (HU) no do Campus Marco Zero do Equador, na Cidade de Macapá/AP, com material incluso, conforme especificações e quantidades descritas na proposta da CONTRATADA e especificações técnicas descritas no Edital do RDC ELETRÔNICO N° 003/2016, Contrato N° 25/2016.

6.2.1.3 - IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Na Fundação Universidade Federal do Amapá, são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição e construção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição e construção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Bens Imóveis – Composição

Tabela 11 - Bens Imóveis – Composição

| Mês Lançamento | 01/4/2018 | 01/4/2017 | |
|---|----------------------------|----------------------------|-------------|
| Conta Contábil | Saldo R\$ (Conta Contábil) | Saldo R\$ (Conta Contábil) | AH (%) |
| Bens de Uso Especial | 269.426.618,73 | 269.426.618,73 | 0,00 |
| Bens Imóveis em Andamento | 168.370.010,92 | 122.688.466,02 | 37,23 |
| Instalações | 3.915.108,43 | 3.304.298,39 | 18,49 |
| Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis | (46.230.121,96) | (34.688.276,38) | (33,27) |
| TOTAL | 365.481.616,12 | 360.731.106,76 | 9,63 |

Com base na análise vertical podemos verificar que os Bens Imóveis em Andamentos teve maior representatividade em relação ao conjunto dos Bens Imóveis com 37,23%. Tal fato se deve principalmente por conta da Construção do Hospital Universitário mencionado no item 5.2.

Bens Móveis – Composição

Tabela 12 - Bens Móveis – Composição

| Mês Lançamento | 014/2018 | 014/2017 | |
|---|----------------------------|----------------------------|--------------|
| Conta Contábil | Saldo R\$ (Conta Contábil) | Saldo R\$ (Conta Contábil) | AH (%) |
| Maquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas | 14.529.908,18 | 12.923.718,76 | 12,43 |
| Bens de Informática | 17.323.785,83 | 14.254.405,05 | 21,53 |
| Móveis e Utensílios | 11.843.270,24 | 10.286.462,48 | 15,13 |
| Material Cultural, Educacional e de Comunicação | 8.363.813,38 | 7.643.957,24 | 9,42 |
| Veículos | 4.313.476,62 | 4.313.476,62 | 0,00 |
| Demais Bens Móveis | 1.218.465,60 | 985.125,52 | 23,69 |
| Depreciação/Amortização Acumulada | (9.881.903,44) | (7.378.360,54) | 33,93 |
| TOTAL | 47.710.816,41 | 43.028.785,53 | 10,88 |

Os bens móveis que julgamos com maior relevância em relação ao exercício de 2017 são os Bens de Informática, com 21,53%. Com um aumento bastante significativo de R\$ 3.069.380,38. As aquisições de equipamentos de informática de maiores relevâncias são as que se referem aos seguintes fornecedores:

- TELESUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA: R\$ 408.600,00.
- PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA: R\$ 492.600,00.

- APPROACH TECNOLOGIA LTDA: R\$ 981.699,00.
- K2 IT LTDA: R\$ 928.877,60.

Ambos somam juntos R\$ 2.811.776,60, representando 91,6% do total de aquisições realizados no exercício financeiro de 2018.

6.2.1.4 – INTANGÍVEL

Tabela 13 - Intangíveis

| UG Executora | | Mês Lançamento | 01/4/2018 | 01/4/2017 | AH (%) |
|--------------|--|-----------------------------------|----------------------------|----------------------------|-------------|
| | | Conta Contábil | Saldo R\$ (Conta Contábil) | Saldo R\$ (Conta Contábil) | |
| 154215 | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ | Software com vida útil definida | | 0,00 | |
| | | Software com vida útil indefinida | 1.437.334,83 | 1.410.094,83 | 1,93 |
| Total | | | 1.437.334,83 | 1.410.094,83 | 1,93 |

Com base a Análise Horizontal os software com vida útil indefinida aumentaram em 1,93% desde o final do exercício de 2017. A Fundação Universidade Federal do Amapá não possui até o presente momento nenhum ativo intangível gerado internamente. Em 31/12/2018, não houve registros de ativos intangíveis obtidos a título gratuito pela Fundação Universidade Federal do Amapá.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ressaltamos que, em 31/12/2018, todos os ativos intangíveis da UNIFAP estavam registrados como Software de Vida Útil Indefinida.

6.3 - Balanço Financeiro

| INGRESSOS | | | DISPÊNDIOS | | |
|--|-----------------------|-----------------------|---|-----------------------|-----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2018 | 2017 | ESPECIFICAÇÃO | 2018 | 2017 |
| Receitas Orçamentárias | | | Despesas Orçamentárias | 271.387.445,67 | 187.302.728,91 |
| Ordinárias | 1.811.972,65 | 1.745.366,32 | Ordinárias | 251.985.435,69 | 39.393.961,39 |
| Vinculadas | - | 69.234,17 | Vinculadas | 19.402.009,98 | 147.908.767,52 |
| Educação | 1.812.993,27 | 1.676.132,15 | Educação | 538.153,08 | 139.468.718,21 |
| Previdência Social (RPPS) | 271.845,28 | 879.465,80 | Seguridade Social (Exceto Previdência) | 1.564.331,87 | 5.004.136,37 |
| Recursos de Receitas Financeiras | - | - | Previdência Social (RPPS) | 2.722.227,00 | - |
| Outros Recursos Vinculados a Órgãos | - | - | Recursos de Receitas Financeiras | 3.650.000,00 | - |
| (-) Deduções da Receita Orçamentária | 1.541.147,99 | 796.666,35 | Operação de Crédito | - | 2.696.092,00 |
| | -1.020,62 | - | Outros Recursos Vinculados a Órgãos | 5.706.592,07 | 739.820,94 |
| | | | Outros Recursos Vinculados a Fundos | 5.220.705,96 | - |
| Transferências Financeiras Recebidas | 203.639.428,80 | 296.936.118,19 | Transferências Financeiras Concedidas | 1.802.633,13 | 948.699,97 |
| Resultantes da Execução Orçamentária | 186.287.428,80 | 167.260.530,26 | Resultantes da Execução Orçamentária | - | - |
| Repasso Recebido | 186.287.428,80 | 167.260.530,26 | Independentes da Execução Orçamentária | 1.802.633,13 | 948.699,97 |
| Independentes da Execução Orçamentária | 17.351.624,61 | 129.675.587,93 | Transferências Concedidas para pagamentos de RP | 236.855,01 | - |
| Transferência Recebidas para pagamento de RP | 16.544.617,53 | 127.643.116,05 | Demais Transferências Concedidas | 1.217.838,14 | - |
| Movimentação de Saldos Patrimoniais | 807.007,08 | 2.032.471,88 | Movimento de Saldos Patrimoniais | 347.939,98 | 948.699,97 |
| Aporte ao RPPS | - | - | Aporte ao RPPS | - | - |
| Aporte ao RGPS | - | - | Aporte ao RGPS | - | - |
| Recebimentos Extraorçamentários | 96.007.154,12 | 18.930.281,88 | Despesas Extraorçamentárias | 61.992.894,60 | 61.148.757,34 |
| Inscrição dos restos a pagar processados | 12.343.502,23 | 804.670,91 | Pagamentos dos restos a pagar processados | 839.797,48 | 3.313.732,29 |
| Inscrição dos restos a pagar não processados | 83.640.491,05 | 18.069.890,80 | Pagamentos dos restos a pagar não processados | 59.436.671,21 | 57.772.161,38 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 18.086,14 | 55.720,17 | Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 18.086,14 | 55.720,17 |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | 75.074,70 | - | Outros Pagamentos Extraorçamentários | 1.698.339,77 | 7.143,50 |
| Arrecadação de Outra Unidade | 75.074,70 | - | Ordens Bancárias Sacadas - Cartão | - | 7.143,50 |
| | | | Demais Pagamentos | 1.698.339,77 | - |
| Saldo do Exercício Anterior | 72.947.566,72 | 4.735.986,55 | Saldo para o Exercício Seguinte | 39.293.148,98 | 72.947.566,72 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 72.947.566,72 | 4.735.986,55 | Caixa e Equivalentes de Caixa | 39.293.148,98 | 72.947.566,72 |

6.3.1 - Nota Explicativa do Balanço Financeiro

6.3.1.1 - Ingressos Financeiros

A Tabela 15 retrata o espelho das totalizações das receitas orçamentárias, extraorçamentária, saldo do exercício anterior, bem como os itens de maior relevância no Balanço Financeiro de 2018.

Tabela 15 – Ingressos financeiros

| INGRESSOS ESPECIFICAÇÃO | PERÍODO | | ANÁLISE | |
|--|-----------------------|-----------------------|--------------|-----------------|
| | 2018 | 2017 | AV (%) | AH (%) |
| Receitas Orçamentárias | 1.811.972,65 | 1.745.366,32 | 0,48 | 3,82 |
| Repasse Recebido | 186.287.804,19 | 167.260.530,26 | 49,75 | 11,38 |
| Recebimentos Extraorçamentários | 96.077.154,12 | 18.930.281,88 | 25,66 | 407,53 |
| Inscrição dos Restos a pagar Processados | 12.343.502,23 | 804.670,91 | 3,30 | 1.433,98 |
| Inscrição dos Restos a pagar não Processados | 83.640.491,05 | 18.069.890,80 | 22,34 | 362,87 |
| Saldo do Exercício Anterior | 72.947.566,72 | 4.735.986,55 | 19,48 | 1.440,28 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 72.947.566,72 | 4.735.986,55 | 19,48 | 1.440,28 |
| TOTAL | 374.476.122,29 | 322.347.752,94 | - | 16,17 |

Na Análise Horizontal verifica-se um aumento significativo de **R\$ 19.027.273,93** de **Repasse Recebido** que corresponde **11,38%** de acréscimo do final de 2017 para o final do exercício de 2018. Tendo em maior destaque os valores referente à fonte de recursos ordinários no valor de **R\$ 172.238.753,63**.

Os ingressos classificados como **Recebimentos Extra-Orçamentários** também possuem uma participação considerável, com **25,66%** do total, em função principalmente de **Inscrição de Restos a Pagar**. Esses valores são os saldos de créditos empenhados a liquidar e liquidados do exercício anterior conforme o Art. 103 da Lei 4.320/1964, que dispõe que “Os Restos a Pagar do Exercício serão computados na Receita Extraorçamentária para compensar sua inclusão na Despesa Orçamentária”.

6.3.1.2 - Dispêndios Financeiros

A Tabela 16 retrata o espelho das totalizações das despesas orçamentárias, extraorçamentária, saldo para o exercício seguinte, bem como os itens de maior relevância no Balanço Financeiro de 2018.

Tabela 16 – Dispêndios financeiros

| DISPÊNDIO ESPECIFICAÇÃO | PERÍODO | | ANÁLISE | |
|---------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------|--------------|
| | 2018 | 2017 | AV (%) | AH(%) |
| Despesas Orçamentárias | 271.387.445,67 | 187.302.728,91 | 72,47 | 44,89 |
| Ordinárias | 251.985.435,69 | 39.393.961,39 | 67,29 | 539,65 |
| Despesas Extraorçamentárias | 61.992.894,60 | 61.148.757,34 | 16,55 | 1,38 |
| Saldo para o Exercício Seguinte | 39.293.148,89 | 72.947.566,72 | 10,49 | (46,14) |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 39.293.148,89 | 72.947.566,72 | 10,49 | (46,14) |
| TOTAL | 374.476.122,29 | 322.347.752,94 | - | 16,17 |

Com relação aos dispêndios, o item mais relevante consiste nas Despesas Orçamentárias, as quais representam 72,47% do total. Desde percentual 67,29% referem a Despesas Orçamentárias Ordinárias, as quais tiveram um aumento signficante de 539,65% em relação o período de 2017.

6.4 - Balanço Orçamentário

Tabela 17 – Balanço Orçamentário

| RECEITA | | | | |
|--|-------------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | SALDO |
| RECEITAS CORRENTES | 593.476,00 | 593.476,00 | 1.811.972,65 | 1.218.496,65 |
| Receitas Tributárias | - | - | - | - |
| Receitas de Contribuições | - | - | - | - |
| Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profissional | - | - | - | - |
| Receita Patrimonial | 281.002,00 | 281.002,00 | 407.905,22 | 126.883,22 |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | 130.550,00 | 130.550,00 | 170.538,71 | 39.988,71 |
| Valores Mobiliários | 150.472,00 | 150.472,00 | 237.366,51 | 86.894,51 |
| Receita Agropecuária | - | - | - | - |
| Receita Industrial | - | - | - | - |
| Receitas de Serviços | 312.454,00 | 312.454,00 | 1.132.222,15 | 819.768,15 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 312.454,00 | 312.454,00 | 1.132.222,15 | 819.768,15 |
| Outras Receitas Correntes | - | - | 271.845,28 | 271.845,28 |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | - | - | 271.845,28 | 271.845,28 |
| RECEITAS DE CAPITAL | - | - | - | - |
| SUBTOTAL DE RECEITAS | 593.476,00 | 593.476,00 | 1.811.972,65 | 1.218.496,65 |
| SOBTOTAL COM REFINAMENTO | 593.476,00 | 593.476,00 | 1.811.972,65 | 1.218.496,65 |
| DEFICIT | - | - | 269.575.473,02 | 269.575.473,02 |
| TOTAL | 593.476,00 | 593.476,00 | 271.387.445,67 | 270.793.969,67 |

| DESPEAS | | | | | | |
|---------------------------------------|-----------------|--------------------|--------------------|------------------|----------------|------------------|
| DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPEAS EMPENHADAS | DESPEAS LÍQUIDAS | DESPEAS PAGAS | SALDO DA DOTAÇÃO |
| DESPEAS CORRENTES | 172.506.545,00 | 191.179.742,00 | 195.753.138,63 | 185.130.941,67 | 172.918.929,02 | -4.573.396,63 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 134.820.706,00 | 151.814.885,00 | 150.724.147,70 | 150.724.147,70 | 140.241.684,02 | 1.090.737,30 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 37.685.839,00 | 39.364.857,00 | 45.028.990,93 | 34.406.793,97 | 32.677.245,00 | -5.664.133,93 |
| DESPEAS DE CAPITAL | 74.328.922,00 | 75.578.922,00 | 75.634.307,04 | 2.616.012,95 | 2.484.523,37 | -55.385,04 |
| Investimentos | 74.328.922,00 | 75.578.922,00 | 75.634.307,04 | 2.616.012,95 | 2.484.523,37 | -55.385,04 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | - | - | - | - | - | - |
| RESERVA DE RPPS | - | - | - | - | - | - |
| SOBTOTAL DAS DESPEAS | 246.835.467,00 | 266.758.664,00 | 271.387.445,67 | 187.746.954,62 | 175.403.452,39 | -4.628.781,67 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida Interna | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Mobiliária | - | - | - | - | - | - |
| Outras Dívidas | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida Externa | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Mobiliária | - | - | - | - | - | - |
| Outras Dívidas | - | - | - | - | - | - |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO | 246.835.467,00 | 266.758.664,00 | 271.387.445,67 | 187.746.954,62 | 175.403.452,39 | -4.628.781,67 |
| TOTAL | 246.835.467,00 | 266.758.664,00 | 271.387.445,67 | 187.746.954,62 | 175.403.452,39 | -4.628.781,67 |

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Tabela 18 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | LIQUIDADOS | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|----------------------------|------------------------------------|---|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 2.410.654,08 | 10.385.564,10 | 8.805.846,31 | 8.802.586,31 | 1.072.567,44 | 2.921.064,43 |
| Pessoal e Encargos Sociais | - | - | - | - | - | - |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 2.410.654,08 | 10.385.564,10 | 8.805.846,31 | 8.802.586,31 | 1.072.567,44 | 2.921.064,43 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 88.170.058,20 | 7.684.326,70 | 50.889.155,77 | 50.634.084,90 | 2.959.627,38 | 42.260.672,62 |
| Investimentos | 88.170.058,20 | 7.684.326,70 | 50.889.155,77 | 50.634.084,90 | 2.959.627,38 | 42.260.672,62 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 90.580.712,28 | 18.069.890,80 | 59.695.002,08 | 59.436.671,21 | 4.032.194,82 | 45.181.737,05 |

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Tabela 19 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|----------------------------|------------------------------------|---|-------------------|------------|-------|
| DESPESAS CORRENTES | - | 804.670,91 | 804.670,91 | - | - |
| Pessoal e Encargos Sociais | - | 503.249,70 | 503.249,70 | - | - |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | - | 301.421,21 | 301.421,21 | - | - |
| DESPESAS DE CAPITAL | - | 35.126,57 | 35.126,57 | - | - |
| Investimentos | - | 35.126,57 | 35.126,57 | - | - |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - |
| TOTAL | - | 839.797,48 | 839.797,48 | - | - |

6.4.1 - Nota Explicativa do Balanço Orçamentário

6.4.1.1 - Restos a pagar

Segundo o Art. 36 da Lei 4.320/1964, os Restos a pagar são “despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas”.

Os restos a pagar serão bloqueados nos termos do Art.68, § 2º, do Decreto 93.872/1986 “Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e que não forem liquidados serão bloqueados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda em 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, e serão mantidos os referidos saldos em conta contábil específica no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi”.

Restos não Processados Inscritos e Reinscritos – 2018

Tabela 20 - Restos não Processados Inscritos e Reinscritos

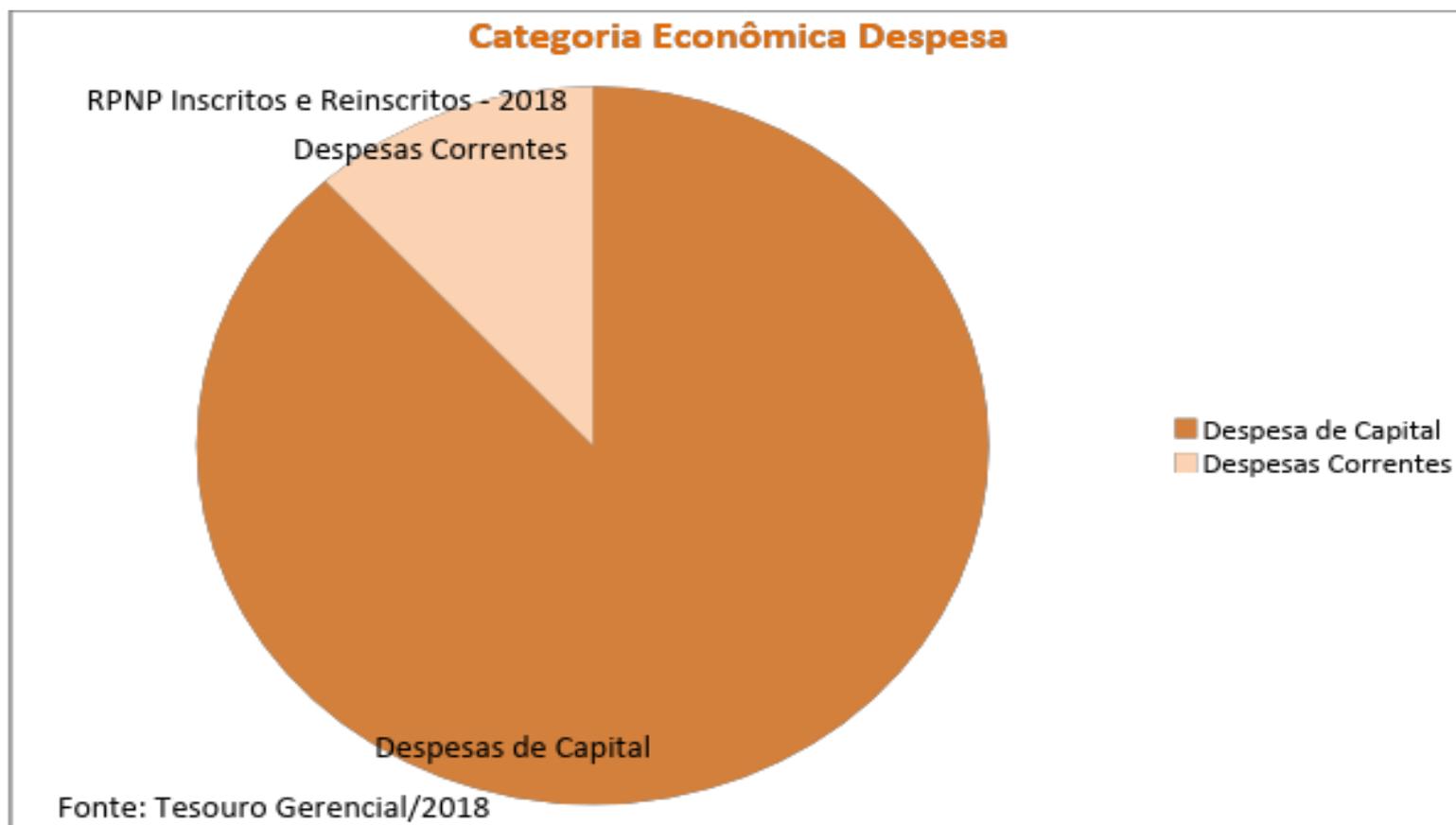
| RPNP REINSCRITOS | RPNP INSCRITOS | RPNP LIQUIDADOS | RPNP CANCELADOS | RPNP A LIQUIDAR | RPP INSCRITOS | RPP PAGOS |
|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|----------------|----------------|
| R\$ 90.580.712,28 | R\$ 18.069.890,80 | R\$ 59.695.002,08 | R\$ 4.032.194,82 | R\$ 44.923.406,18 | R\$ 839.797,48 | R\$ 839.797,48 |

Fonte: Tesouro Gerencial/2018

Por Categoria Econômica

Verificamos que do total de Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos, no exercício de 2018, 88,2% referem-se à Despesa de Capital e 11,8% à Despesa Corrente, conforme Figura 26.

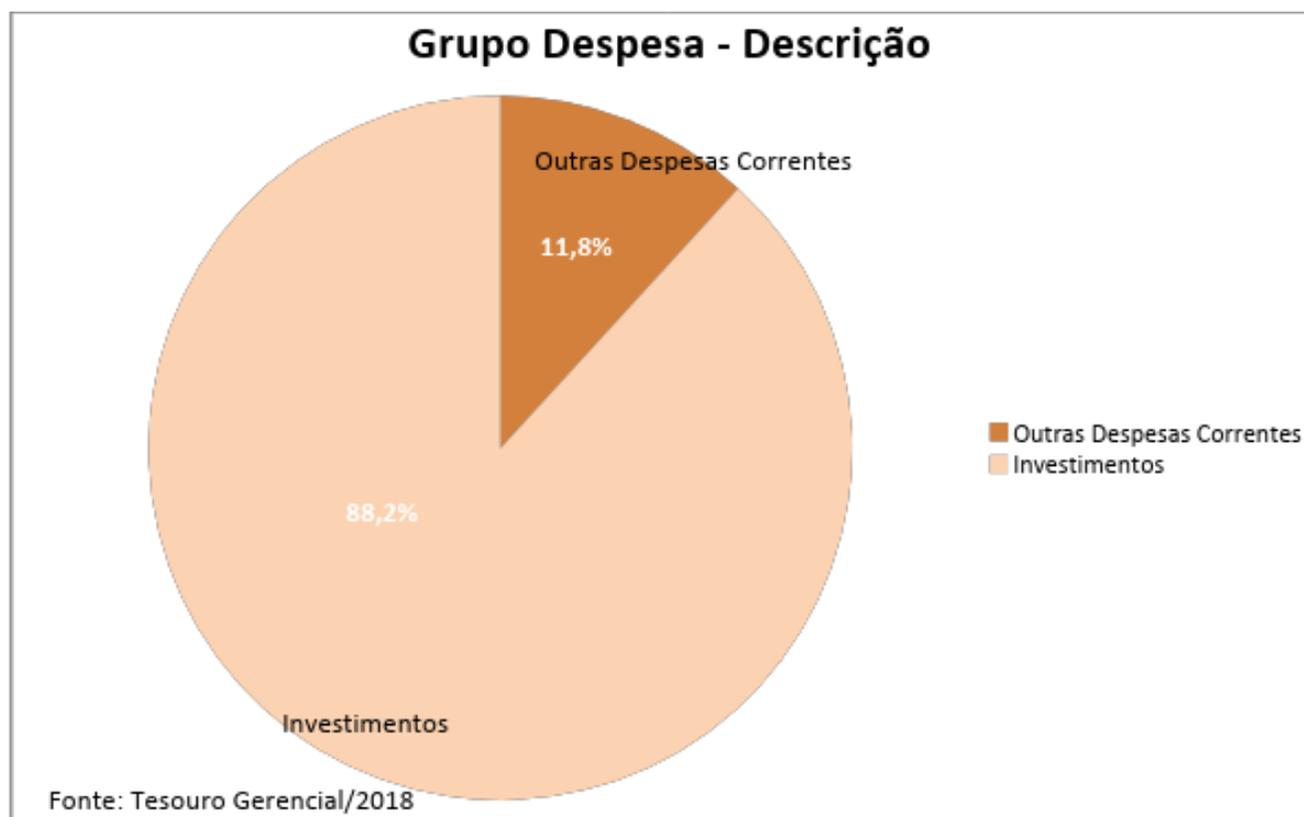
Figura 26 – Restos à Pagar por Categoria Econômica



Por Grupo de Natureza de Despesa

Verificamos também que, do total de Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos, as Despesas Correntes e de Capital se referem, respectivamente, ao “Grupo Outras Despesas Correntes” com 11,8% e “Investimentos” representando 88,2%.

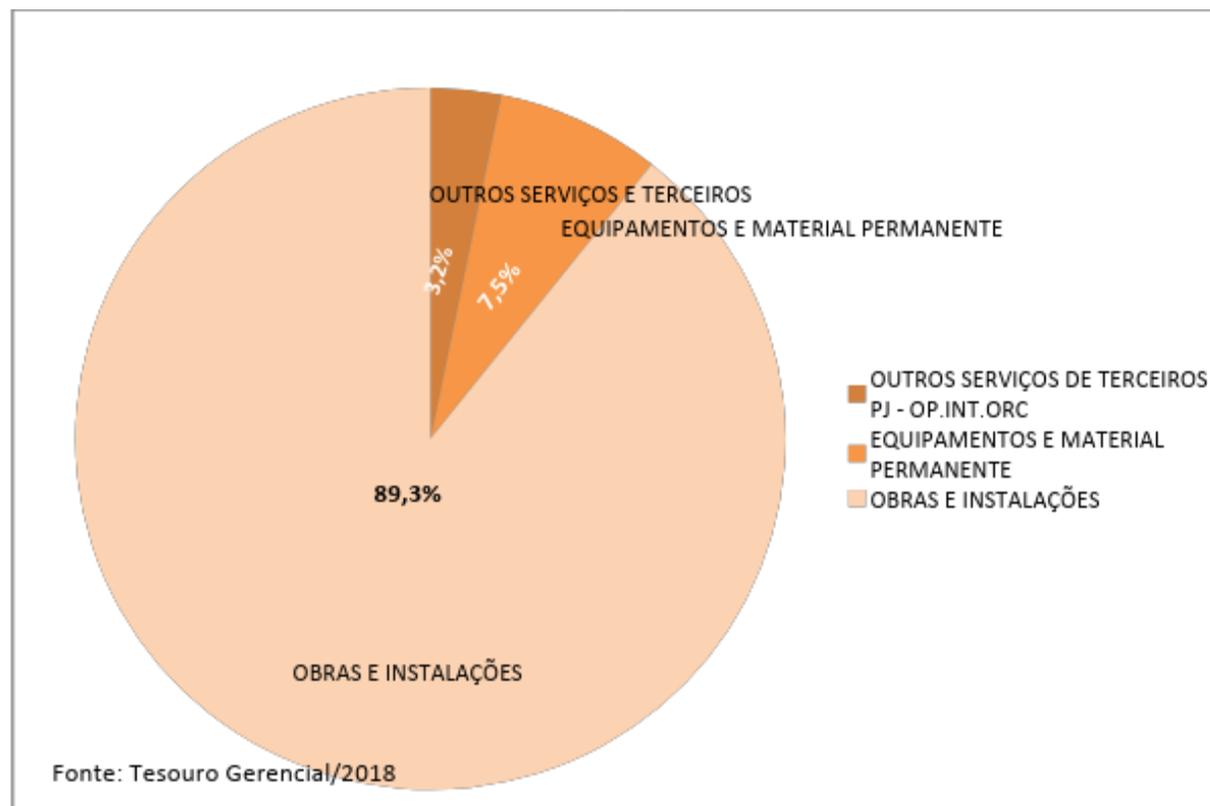
Figura 27 – Restos à Pagar por Grupo de Despesas



Se aprofundarmos essas informações, vemos que o Grupo Investimentos ficou dividido em três elementos conforme Figura 28, quais sejam:

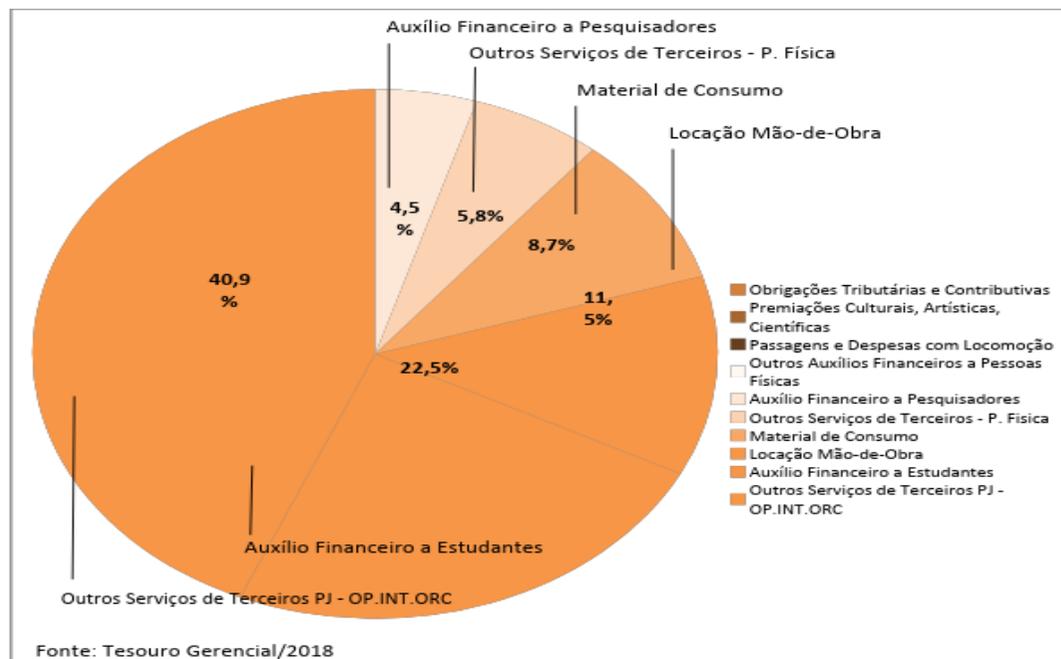
- Obras e Instalações: R\$ 85.559.719,78 (89,3%)
- Equipamentos e Material Permanente: R\$ 7.213.355,80 (7,5%)
- Outros Serviços de Terceiro PJ: R\$ 3.081.309,32 (3,2%)

Figura 28 – Restos à Pagar por Grupo de Despesas



Neste mesmo nível de detalhamento, vemos que o Grupo Outras Despesas Correntes ficou dividido em 14 elementos conforme Figura 29:

Figura 29 – Restos à Pagar por Grupo de Despesas

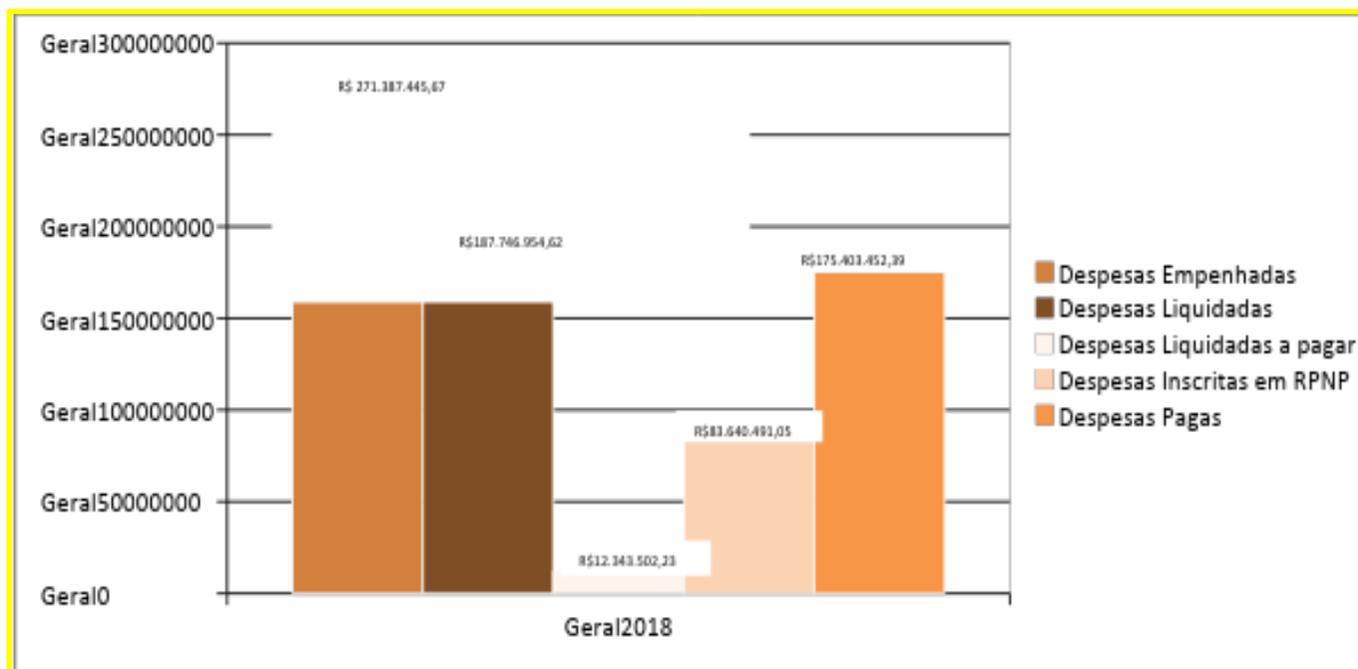


Os 4 elementos com valores mais relevantes são:

- Outros Serviços de Terceiros PJ: R\$ 5.234.061,89 (40,9%)
- Auxílio Financeiro a Estudantes: R\$ 2.879.101,77 (22,5%)
- Locação de Mão de Obras R\$ 1.472.106,53 (11,5%)
- Material de consumo: R\$ 1.107.128,40 (8,7%)

6.4.1.2 - Execução da despesa no exercício 2018

Figura 30 – Execução da despesa no exercício 2018



No quadro geral da Execução das Despesas no exercício de 2018, verificamos o empenhamento de R\$ 271.387.445,67. Deste valor, R\$ 187.746.964,67 foram liquidadas e R\$ 175.403.452,39 foram efetivamente pagas. Restando, desta forma, R\$ 12.343.502,23 de despesas liquidadas a pagar que foram inscritas em Restos a Pagar Processados, e R\$ 83.640.491,05 de despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados.

Veja a execução da despesa 2018 no Quadro 12:

As despesas empenhadas no exercício 2018 com maior relevância, em função de seu valor, referem-se a Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil no valor de R\$ 115.919.748,61 e Obras e Instalações no valor R\$ 69.264.839,31.

As empresas com maior destaque no Elemento Obras e Instalações são:

Quadro 12 – Empenho mais relevantes de obras

| Nota de Empenho | Favorecido NE | Despesas Empenhadas |
|-----------------|----------------------------|---------------------|
| Totais | | R\$ 64.404.926,56 |
| 2018NE800236 | JOTA ELE / SH / CDG / EXXA | R\$ 63.000.000,00 |
| 2018NE800407 | EDIFICA ENGENHARIA LTDA | R\$ 1.404.926,56 |

A empresa JOTA ELE/SH/CDG/EXXA é responsável pela construção do Hospital Universitário, conforme Objeto do Contrato N° 25/2016:

“Construção do Hospital Universitário (HU) no do Campus Marco Zero do Equador, na Cidade de Macapá/AP, com material incluso, conforme especificações e quantidades descritas na proposta da CONTRATADA e especificações técnicas descritas no Edital do RDC ELETRÔNICO N° 003/2016”.

Já a empresa EDIFICA ENGENHARIA LTDA é responsável pela construção de um bloco de salas de aula com dois pavimentos, conforme Objeto do Contrato N° 02/2018:

“Constitui objeto do presente, a contratação de empresa especializada para conclusão da construção de um bloco de salas de aula com dois pavimentos, remanescente do Contrato n° 34/2013 – UNIFAP, localizado no Campus Marco Zero, município de Macapá/AP, conforme o edital e seus Anexos e Proposta da CONTRATADA, que passam integrar este Instrumento como se nele transcritos estivessem”.

6.5 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Tabela 21 - Demonstração das Variações Patrimoniais

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS | | |
|---|-----------------------|-----------------------|
| | 2018 | 2017 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 205.526.476,77 | 303.604.394,59 |
| Exploração e venda de bens, serviços e direitos | 1.302.563,67 | 543.794,38 |
| Exploração de Bens, Direitos e Serviços | 1.302.563,67 | 543.794,38 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 237.591,32 | 251.251,97 |
| Juros e Encargos de Mora | 224,81 | - |
| Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras | 237.366,51 | 251.251,97 |
| Transferências e Delegações Recebidas | 203.639.428,80 | 296.989.197,50 |
| Transferências Intragovernamentais | 203.639.428,80 | 296.936.118,19 |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | - | 53.079,31 |
| Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Ativos | - | 4.869.830,77 |
| Reavaliação de Ativos | - | 4.326.718,11 |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | - | 543.112,66 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 346.919,98 | 950.319,97 |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | 346.919,98 | 950.319,97 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 205.199.253,29 | 202.000.307,31 |
| Pessoal e Encargos | 148.226.368,76 | 141.349.504,96 |
| Remuneração e Pessoal | 113.382.736,06 | 108.366.871,25 |
| Encargos Patronais | 25.063.629,08 | 23.392.409,70 |
| Benefícios a Pessoal | 3.476.03,62 | 3.184.799,01 |
| Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos | 303.600,00 | 405.425,00 |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 6.998.892,24 | 6.544.595,23 |
| Aposentadorias e Reformas | 6.022.226,56 | 5.583.077,23 |
| Pensões | 343.373,43 | 325.165,06 |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 33.292,25 | 36.352,94 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 37.538.440,42 | 44.295.994,92 |
| Uso de Material de Consumo | 357.803,34 | 1.163.720,25 |
| Serviços | 22.535.248,60 | 20.052.161,48 |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | 14.045.388,48 | 23.080.113,19 |

| | | |
|---|---------------------|-----------------------|
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | 19.351,62 | 6,31 |
| Juros e Encargos de Mora | 19.351,00 | 6,31 |
| Descontos Financeiros Concedidos | 0,62 | - |
| Transferências e Delegações Concedidas | 3.550.640,76 | 383.395,25 |
| Transferências Intragovernamentais | 3.509.834,91 | 348.699,97 |
| Transferências a Instituições Privadas | 40.805,85 | 34.695,28 |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de | 248.969,76 | 761.040,66 |
| Desincorporação de Ativos | 248.969,76 | 761.040,66 |
| Tributárias | 730.721,40 | 584.675,28 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | - | 84,22 |
| Contribuições | 730.721,40 | 584.591,06 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 7.885.868,33 | 7.481.094,70 |
| Premiações | 25.500,00 | - |
| Incentivos | 7.830.754,43 | 7.409.268,72 |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | 29.613,90 | 71.825,98 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO | 327.223,48 | 101.604.087,28 |

6.5.1 - Nota Explicativa da Demonstração das Variações Patrimoniais

Tabela 22 - Nota Explicativa da Demonstração das Variações Patrimoniais

| VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS | | | | |
|---|-----------------------|-----------------------|--------|---------------|
| | 2018 | 2017 | AV (%) | AH (%) |
| VARIações PATRIMONIAIS | 205.526.476,77 | 303.604.394,59 | | -32,30 |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | 1.302.536,67 | 543.794,38 | 0,63 | 139,53 |
| Transferências e Delegações Recebidas | 203.639.428,80 | 296.989.197,50 | 99,08 | -31,43 |
| VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 205.199.253,29 | 202.000.307,31 | | 1,58 |
| Pessoal e Encargos | 148.226.368,76 | 141.349.504,96 | 72,24 | 4,87 |
| Serviços | 22.535.248,60 | 20.052.161,48 | 10,98 | 12,38 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO | 327.223,48 | 101.604.087,28 | | -99,68 |

6.5.1.1 - Variação Patrimonial Aumentativa

Com base na Análise Vertical do demonstrativo em tela, destaca-se “Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos” no valor de R\$ 1.302.536,67, pois se trata de receita advinda da exploração do patrimônio da UNIFAP, como aluguel de bens e taxa de inscrição em concursos públicos e vestibulares. Duas empresas que realizam pagamento de aluguel que merecessem destaque desse contexto é a EMPRESA ARENA DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVIÇOS que atua na distribuição de alimentos, e do BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A atuante no serviço financeiro. No mais, ressalta-se que a principal arrecadação desta instituição de ensino corresponde à inscrição em concursos públicos e vestibulares.

O item com maior relevância nas Variação Patrimonial Aumentativa é o “Transferências e Delegações Recebidas” valor de R\$ 213.641.044,76 até o final de 2018. Deste valor R\$ 193.210.230,83 se refere a Repasse Recebido do Tesouro para atender as mais diversas despesas orçamentárias, suas principais fontes são 0100000000, 8100000000 e 8300000000 ambos Recurso Ordinários.

6.5.1.2 - Variação Patrimonial Diminutiva

Com relação às Variações Patrimoniais Diminutivas, os itens de maior significância consistem nas despesas com Pessoal e Encargo, pois representam 72,24% do total da VPD, e Serviços com um aumento de 12,38% tendo como parâmetro o exercício de 2017.

6.6 - Demonstração do Fluxo de Caixa

Tabela 23 – Demonstrações do Fluxo de Caixa

| | 2018 | 2017 |
|--|------------------------|------------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DA OPERAÇÕES | 19.499.317,01 | 119.586.419,70 |
| INGRESSOS | 205.544.562,29 | 298.737.204,68 |
| Receitas Derivadas e Originárias | 1.811.972,65 | 1.745.366,32 |
| Receita Patrimonial | 170.538,71 | 127.569,69 |
| Receita de Serviços | 1.132.222,15 | 416.197,69 |
| Remuneração das Disponibilidades | 237.366,51 | 251.251,97 |
| Outras Receitas Derivadas e Originárias | 271.845,28 | 950.319,97 |
| Outros Ingressos das Operações | 203.732.589,64 | 296.991.838,36 |
| Ingressos Extraorçamentários | 18.086,14 | 55.720,17 |
| Transferências Financeiras Recebidas | 203.639.128,80 | 296.936.118,19 |
| Arrecadação de Outra Unidade | 75.074,70 | - |
| DESEMBOLSOS | -186.045.245,28 | -179.150.784,98 |
| Pessoal e Demais Despesas | -156.852.821,85 | -154.199.447,38 |
| Segurança Pública | - | -131.244,32 |
| Previdência Social | -6.457.283,32 | -6.104.817,68 |
| Saúde | -151.412,35 | - |
| Educação | 150.148.972,73 | -147.628.432,03 |
| Direitos da Cidadania | -95.153,45 | -228.427,65 |
| Desporto e Lazer | - | -99.382,20 |
| (+/-) Ordens Bancárias não sacadas - Cartão de Pagamento | - | -7.143,50 |
| Transferências Concedidas | -25.673.364,39 | -23.946.917,46 |
| Intragovernamentais | -25.632.558,54 | -23.912.222,18 |
| Outras Transferências Concedidas | -40.805,85 | -34.695,28 |
| Outros Desembolsos das Operações | -3.519.059,04 | -1.004.420,14 |
| Dispêndios Extraorçamentários | -18.086,14 | -55.720,17 |
| Transferências Financeiras Concedidas | -1.802.633,13 | -948.699,97 |
| Demais Pagamentos | -1.698.339,77 | - |
| FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | -53.153.734,84 | -51.374.839,53 |
| INGRESSOS | - | - |

| | | |
|--|----------------|----------------|
| DESEMBOLSOS | -53.153.734,84 | -51.374.839,53 |
| Aquisição de Ativo não circulante | -53.097.319,94 | -51.114.752,33 |
| Outros Desembolsos de Investimentos | -56.414,90 | -260.087,20 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE | - | - |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE | -33.654.417,83 | 68.211.580,17 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL | 72.947.566,72 | 4.735.986,55 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL | 39.293.148,89 | 72.947.566,72 |

.6.1 - Nota Explicativa da Demonstração do Fluxo de Caixa

Tabela 24 – Nota Explicativa da Demonstração do Fluxo de Caixa

| FLUXO DE CAIXA | 2018 | 2017 | AH (%) |
|-----------------------------|------------------------|----------------------|----------------|
| Atividades das Operações | 19.499.317,01 | 119.586.419,70 | -83,69 |
| Atividades de Investimento | -53.153.734,84 | -51.374.839,53 | 3,46 |
| Atividades de Financiamento | - | - | - |
| TOTAL | (33.654.417,83) | 68.211.580,17 | -149,34 |

6.6.1.1 - Atividades Operacionais:

Transferências Financeiras Recebidas

Segundo informações extraídas da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), o item com maior variação monetária no grupo Ingressos, das Atividades Operacionais, foi **Transferências Financeiras Recebidas** com 99,07% do total dos Ingressos, e refere-se aos valores recebidos do Ministério da Educação para custeio das atividades da UNIFAP.

Pessoal e demais Despesas

Nos Desembolsos, a conta com variação monetária mais relevante foi Educação, no Subgrupo Pessoal e Demais Despesas, onde houve um aumento de R\$ 2.653.374,47 milhões em relação a 2017.

6.6.1.2 - Atividades de Investimentos

No Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento houve um aumento considerável no item Aquisição de Ativo não Circulante, que apresentou uma variação aumentativa de 3,88% em relação ao período de 2017. Essa variação é decorrente principalmente ao desembolso financeiro para pagar serviços de Obras em Andamento.

6.6.1.3 - Atividades de Financiamento

No período correspondente ao 4º trimestre de 2018 não houve variação dos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento. Isto se deve ao fato de os Ingressos e Desembolsos financeiros não estarem relacionados a nenhum tipo de operação de financiamento, dada natureza jurídica desta Instituição de Ensino.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- Visão geral do tratamento de determinações e recomendação dos Órgão de Controle Interno e Externo.

Nesta seção é abordada uma visão geral do tratamento de determinações e recomendação dos Órgãos de Controle Externo (TCU e CGU) a Universidade Federal do Amapá. O objetivo é demonstrar as determinações e recomendações atendidas e em andamento por esta instituição de ensino no exercício de 2018.

Tratamento das Determinações / Recomendações do Tribunal de Contas da União

Quadro 13 – Tratamento das Determinações / Recomendações do TCU

| Caracterização das Recomendações do TCU | | |
|--|-------------------|----------------------|
| Ofício | Processo | Comunicação Expedida |
| 0537/2017 | TC 000.781/2016-9 | Ofício 0028/2018 |
| Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação | | |
| Fundação Universidade Federal do Amapá | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | |
| Informar sobre as medidas atualizadas para o cumprimento do subitem 1.7, do Acórdão n. 2440/2016-TCU-2ª. Câmara | | |
| Recomendações Atendidas | | |
| Recomendações em Monitoramento | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • A.G.G: Encontra-se em juízo de admissibilidade. • M.J.O: Encontra-se em juízo de admissibilidade. • M.T.M.N: Encontra-se em juízo de admissibilidade. • R.J.G.O: Encontra-se em juízo de admissibilidade. | | |
| Caracterização das Recomendações do TCU | | |
| Ofício | Processo | Comunicação Expedida |
| 0085/2018 | TC 003.744/2017-5 | Ofício 0296/2018 |
| Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação | | |
| Fundação Universidade Federal do Amapá | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | |
| Encaminhar elementos acerca das obras de construção do Hospital Universitário | | |
| Recomendações Atendidas | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Item I: Breve relato do empreendimento: Importância socioeconômica e objetivos; Valor estimado do empreendimento na época; Previsão de conclusão, com justificativas por eventuais divergências em relação ao cronograma físico-financeiro inicial; Possibilidade de utilização das etapas eventualmente já concluídas; Fontes de recursos e valores; Providências adotadas para sincronia entre conclusão das obras e efetivação da prestação de serviços públicos. • Item II: Rol de Agentes: Dirigente máximo do órgão contratante; Ordenadores de despesas; Presidentes e membros da comissão de licitação; Responsáveis técnicos, gerentes do empreendimento, gerentes de contrato, fiscais de contrato; Outros servidores que atuem na execução do empreendimento. • Item III: Dotações de recursos para o empreendimento: Programa de trabalho; Origem dos recursos; Anos dos respectivos desembolsos; Valores previstos na LOA; Valores efetivamente recebidos; Valores dos recursos liquidados; Valores dos créditos suplementares. • Item IV: Editais de licitação e contratos celebrados: Descrição do objeto; Datas da assinatura e publicação dos extratos; Modalidade de licitação; Código interno do SIASG; Empresa ou consórcio contratado; Vigência inicial prevista e atual; Valores contratado e atual; Número e datas dos termos aditivos; Situação atual dos editais, contratos, aditivos; Rescisões, ações ajuizadas, comprovantes de recolhimento de multas e de execuções de garantias. • Item V: Processos licitatórios: Portaria de designação da comissão de licitação; Edital; Proposta das | | |

| | | |
|---|-------------------|-------------------------------|
| <p>contratadas; Licença ambiental; Projeto básico, executivo; Anotação de responsabilidade técnica; Orçamentos analíticos e sintéticos; Parecer técnico, jurídico; Rol de empresas que retiraram o edital; Recursos ou impugnação ao edital e decisões da comissão de licitação; Questionamentos e notas de esclarecimentos prestados pela comissão de licitação; Publicações no DOU; Atas de reunião da comissão de licitação; Justificativas para dispensa e inexigibilidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Item VI: Contratos firmados: Termo de contrato; Publicação no DOU; Ordem de serviço; Termo aditivos firmados, com pareceres; Ato de designação dos gestores e fiscais de contrato e anotações de responsabilidade técnica; Responsáveis técnicos da contratada e anotações de responsabilidade técnica; Projetos executivos, especificações técnicas e memoriais descritivos do objeto e anotações de responsabilidade técnica; Principais componentes do empreendimento e eventuais alterações do projeto original; Planilhas orçamentárias vigentes, com destaques das alterações, composição de preços, detalhamento do BDI e dos encargos sociais; Memórias de cálculos; Cronograma físico-financeiro; Boletins de medição e memórias de cálculos; Notas fiscais, faturas e ordens bancárias; Relação de empresas subcontratadas e documentos; Termo de recebimento do projeto executivo; • Item VII: Outros documentos: Listagem de processos de desapropriação; Relatórios prolatados; Licenças ambientais de instalação e de operação; Licença ambiental ou protocolos processuais. | | |
| Recomendações em Monitoramento | | |
| Caracterização das Recomendações do TCU | | |
| Ofício | Processo | Comunicação Expedida |
| Ofício 01-138/2018 | TC 012.654/2018-3 | Ofícios 0373/2018 e 0378/2018 |
| Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação | | |
| Fundação Universidade Federal do Amapá | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | |
| Apresentar informações e/ou documentos referentes às obras do Hospital Universitário de Macapá: Processo licitatório, Contrato, Operacionalização. | | |
| Recomendações Atendidas | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Processo Licitatório: Edital e anexos; Orçamento base da licitação; Recursos apresentados. • Contrato 25/2016: Termos aditivos firmados com justificativas e pareceres autorizativos. • Operacionalização: Plano formal com etapas para implementação da prestação de serviços, com responsáveis, prazos e recursos; Parceria Unifap com a Ebserh; Previsão de custos anuais para manutenção e operação do HU; Custo estimado das etapas ainda não contratadas. | | |
| Recomendações em Monitoramento | | |
| Caracterização das Recomendações do TCU | | |
| Ofício | Processo | Comunicação Expedida |
| Ofício 02-138/2018 | TC 012.654/2018-3 | Ofício 0374/2018 |
| Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação | | |
| Fundação Universidade Federal do Amapá | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | |
| Apresentar informações e/ou documentos referentes às obras do Hospital Universitário de Macapá quanto ao Orçamento: Cotações de preço, Detalhamento e composição do serviço "paisagismo", Laudos do controle tecnológico do concreto. | | |
| Recomendações Atendidas | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Processo Licitatório: Cotações de preço que embasaram valores unitários apresentadas em sua totalidade. | | |
| Recomendações em Monitoramento | | |
| Caracterização das Recomendações do TCU | | |
| Ofício | Processo | Comunicação Expedida |
| Ofício 04-138/2018 | TC 012.654/2018-3 | Ofício 0434/2018 |
| Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação | | |
| Fundação Universidade Federal do Amapá | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | |
| Apresentar informações e/ou documentos referentes às obras do Hospital Universitário de Macapá quanto a Licitação: Justificativas de exigência de execução e pareceres técnicos; Justificativas para inclusão do item 8.2 no edital, letra "d". | | |
| Recomendações Atendidas | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Licitação: Justificativas postas devido a itens de exigências técnicas. • Inclusão do item 8.2 no edital, letra "d": Justificativas devidamente apresentada na resposta. | | |
| Recomendações em Monitoramento | | |

| Caracterização das Recomendações do TCU | | |
|--|-------------------|----------------------|
| Ofício | Processo | Comunicação Expedida |
| Ofício 0021/2018 | TC 026.271/205-0 | Ofício 0220/2018 |
| Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação | | |
| Fundação Universidade Federal do Amapá | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | |
| Atender recomendações constantes no Acórdão 2350/2016 TCU-Plenário, TC 026.271/205-0 e cumprir o Plano de Providência Permanente. | | |
| Recomendações Atendidas | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Gestão de Riscos: Institucionalização do Comitê de Governança, Riscos e Controles (CRGC); Política de Gestão de Riscos; Normas e Procedimentos do CRGC; Regimento do CRGC; Plano de Gestão de Riscos da Unifap. • Comitê Gestor de Compras e Serviços: Comitê de Planejamento; Aprimoração com Comitê de Contratações; Delegação de competências para contratação de serviços. • Acompanhamento e Fiscalização: Elaboração de instrumentos, check lists e planilhas de controle; Elaboração de Home Page. | | |
| Recomendações em Monitoramento | | |
| Caracterização das Recomendações do TCU | | |
| Ofício | Processo | Comunicação Expedida |
| Ofício 0162/2018 | - | Ofício 0372/2018 |
| Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação | | |
| Fundação Universidade Federal do Amapá | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | |
| Apresentar nome do representantes da administração responsáveis pelo acompanhamento da construção do HU. | | |
| Recomendações Atendidas | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação dos Responsáveis pelo Acompanhamento da Construção do HU: Foram apresentados os nomes, cargos ou função e telefones de contato. | | |
| Recomendações em Monitoramento | | |
| Caracterização das Recomendações do TCU | | |
| Ofício | Processo | Comunicação Expedida |
| Ofício 0523/2018 | - | Ofício 0626/2018 |
| Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação | | |
| Fundação Universidade Federal do Amapá | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | |
| Encaminhamento de informações - Acórdão 5741/2018-TCU-2ª Câmara | | |
| Recomendações Atendidas | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • A.A.G: Autuado Processo nº 23125.007391/2018-10 • M.J.O: Documentos apresentados suficientes para encerramento do caso. • M.T.M.N: Autuado Processo nº 23125.012774/2016-48. • R.J.G.O: Autuado Processo nº 23125.018672/2017-17 | | |
| Recomendações em Monitoramento | | |
| Caracterização das Recomendações do TCU | | |
| Ofício | Processo | Comunicação Expedida |
| Ofício 0319/2018 | TC 021.654/2018-3 | Ofício 0875/2018 |
| Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação | | |
| Fundação Universidade Federal do Amapá | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | |
| Atendimento Ofício 0319/2018-TCU/SeinfraUrbana. AC. 2104/2018 - TCU - Plenário - Seção de Processo TC 021.654/2018-3 | | |
| Recomendações Atendidas | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Item 9.1: Reunião estratégica entre Unifap e Ebserrh ratificam em reunião necessidade de protocolo de intenções com sincronização entre fim das obras e início da prestação de serviços. • Item 9.2: Ratifica o compromisso da Unifap e poder público para a entrega do HU em tempo previsto. • Item 9.3: Memorando 0295/2018 determina inclusão em futuros editais todos os pedidos afiançados pelo item 9.3, subitens 9.3.1 a 9.3.5. | | |
| Recomendações em Monitoramento | | |

Tratamento das Recomendações da Controladoria Geral da União

Quadro 13 – Tratamento das Recomendações da CGU

| Caracterização das Recomendações da CGU | | |
|---|---------------------|----------------------|
| Relatório de Auditoria | Nº de Itens do R.A. | Comunicação Expedida |
| 201503661 | 18 | |
| Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação | | |
| Fundação Universidade Federal do Amapá | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | |
| O Relatório de Auditoria No 201503661 abordou a Avaliação de Gestão da IFES | | |
| Recomendações Atendidas | | |
| Recomendações em Monitoramento | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Recomendação 143605: Apurar a responsabilidade dos servidores que, conforme cruzamento do SIAPE X CNPJ, aparentam descumprir o regime de dedicação exclusiva. Caso se conclua pelo descumprimento do regime, proceder aos ressarcimentos ao erário. • Recomendação 143606: Apurar a responsabilidade dos servidores que, conforme cruzamento do SIAPE X RAIS, aparentam descumprir o regime de dedicação exclusiva. Caso se conclua pelo descumprimento do regime, proceder aos ressarcimentos ao erário. • Recomendação 143612: Implantar sistema informatizado que disponha das seguintes funcionalidades: a) Registro do arquivo técnico da edificação. b) Cadastro das edificações. c) Cadastro dos contratos. d) Cadastro de garantias contratuais. e) Cadastro dos fiscais do contrato. f) Registro de planos ou programas de manutenção (corretiva e preventiva); g) Controle de chamado (inclusão de peças, insumos necessários ao reparo, análise e aprovação do chamado). h) Registro dos serviços de manutenção realizados. i) Registro do custo dos serviços de manutenção. j) Registro dos responsáveis pelos serviços. k) Controle de almoxarifado/movimentação estoque (requisição, autorização de materiais). • Recomendação 143613: Atualizar os dados de todos os imóveis de uso especial sob a responsabilidade da Unifap registrados no Spiunet e assegurar que os valores correspondentes sejam atualizados no Sifai. • Recomendação 143616: Normatizar os procedimentos operacionais relativos à gestão de imóveis e atualizar o regimento geral no que se refere às atribuições de cada setor envolvido no processo, visando a assegurar que cada um desempenhe adequadamente suas atribuições e que o fluxo de informações sobre eventos que possam afetar o patrimônio imobiliário da Unifap (obras, reformas, avaliações, depreciações, etc.) ocorra de forma tempestiva. • Recomendação 143617: Implantar sistema informatizado de apoio à gestão do patrimônio imobiliário que permita, dentre outras, o controle individual dos imóveis, das obras, das manutenções, depreciações e a verificação do vencimento da validade das avaliações dos imóveis. • Recomendação 143618: Providenciar a instalação das plataformas elevatórias para pessoas com mobilidade reduzida no Bloco de Letras e no prédio do curso de Medicina, em observância das disposições contidas no Decreto Federal nº 5296/2004. | | |
| Caracterização das Recomendações da CGU | | |
| Relatório de Auditoria | Nº de Itens do R.A. | Comunicação Expedida |
| 201603303 | 5 | |
| Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação | | |
| Fundação Universidade Federal do Amapá | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | |
| O Relatório de Auditoria No 201603303 abordou o Acompanhamento da Gestão Institucional da IFES | | |
| Recomendações Atendidas | | |
| Recomendações em Monitoramento | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Recomendação 169740: Abster-se de prorrogar o Contrato nº 034/2015 e exigir da Funpea a prestação de contas final, bem como a restituição do saldo dos recursos transferidos e não utilizados. Esse saldo deve considerar a reintegração dos valores debitados a título de tarifas bancárias e o ajuste do valor da remuneração da fundação na proporção da | | |

execução contratual.

- **Recomendação 169741:** Elaborar normativo interno que discipline as rotinas operacionais da Coordenação Geral do Parfor, bem como sua estrutura, em consonância com as normas do programa e demais dispositivos legais, de modo a mitigar a possibilidade de ocorrência de situações que representem riscos à consecução dos objetivos do Parfor, em especial quanto aos aspectos citados neste relatório.
- **Recomendação 169743:** Definir uma estrutura adequada para a Coordenação Geral do Parfor com base nas atribuições estritas à execução do programa, a fim de evitar que servidores sejam remunerados para executar atividades já incluídas no conjunto de suas obrigações funcionais, a exemplo do que ocorreu com os servidores lotados no Derca.

Caracterização das Recomendações da CGU

| Relatório de Auditoria | Nº de Itens do R.A. | Comunicação Expedida |
|------------------------|---------------------|----------------------|
| 201700819 | 06 | |

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Fundação Universidade Federal do Amapá

Descrição da determinação/recomendação

O Relatório de Auditoria No 201700819 abordou a Avaliação de Gestão da IFES

Recomendações Atendidas

Recomendações em Monitoramento

- **Recomendação 175457:** Apurar a situação de possível ilegalidade de acumulação de cargos ou empregos públicos dos servidores a seguir: a) ***.056.842-** (Professor do Magistério Superior) b) ***.634.172-** (Agente Administrativo) c) ***.916.822-** (Auxiliar de Enfermagem) d) ***.963.052-** (Técnico em Higiene Dental).
- **Recomendação 175458:** Solicitar, dentro de um prazo definido, aos servidores que recebem retribuição por titulação, e que ainda não tenham apresentado o diploma de conclusão de curso, que apresentem o referido documento. Suspender os pagamentos de retribuição por titulação dos servidores que, após o prazo definido, não tenham atendido à solicitação.
- **Recomendação 175462:** Recomenda-se que a Unifap estabeleça rotina específica para a verificação da adequabilidade do uso do instituto da inexigibilidade de licitação nas ocasiões em que a análise do objeto demande conhecimento técnico especializado.
- **Recomendação 175463:** Recomenda-se que a Unifap, por meio das soluções já desenvolvidas na instituição (especialmente o mapeamento de processos), saneie seu setor de compras a fim de reduzir o interstício entre a demanda por uma aquisição e sua efetiva ocorrência.
- **Recomendação 175465:** Recomenda-se que a Unifap promova ações no sentido de conscientizar seus servidores sobre os aspectos gerais envolvidos nas compras e contratações públicas.

Caracterização das Recomendações da CGU

| Relatório de Auditoria | Nº de Itens do R.A. | Comunicação Expedida |
|------------------------|---------------------|----------------------|
| 201701437 | 03 | |

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Fundação Universidade Federal do Amapá

Descrição da determinação/recomendação

O Relatório de Auditoria No 201701437 abordou o Acompanhamento da Gestão Institucional da IFES

Recomendações Atendidas

Recomendações em Monitoramento

- **Recomendação 173610:** Estabelecer rotinas administrativas de modo a fazer com que as alterações que possam impactar alterações contratuais sejam examinadas e, se aplicável, transcritas em instrumento contratual.

Caracterização das Recomendações da CGU

| Relatório de Auditoria | Nº de Itens do R.A. | Comunicação Expedida |
|------------------------|---------------------|----------------------|
| 201702597 | 06 | |

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Fundação Universidade Federal do Amapá

| Descrição da determinação/recomendação | | |
|---|---------------------|----------------------|
| O Relatório de Auditoria No 201702597 abordou o Acompanhamento da Gestão Institucional da IFES | | |
| Recomendações Atendidas | | |
| Recomendações em Monitoramento | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Recomendação 181153: Fortalecer as ações de planejamento na Unidade com vistas ao bom desempenho na definição da ocupação dos espaços físicos nos diversos campi. • Recomendação 181154: Implementar, nas atividades de construção, reforma, locação e cessão, os estudos prévios de demanda necessários às tomadas de decisão, visando à otimização na alocação dos recursos, na formulação e execução dos projetos, bem como na contratação de serviços de aluguel e, nos casos de cessão, a viabilidade e interesses da comunidade acadêmica e, quando for o caso, da sociedade. • Recomendação 181155: Fortalecer as ações de planejamento na Unidade com vistas ao bom desempenho na definição da ocupação dos espaços físicos nos diversos campi. • Recomendação 181156: Implementar, nas atividades de construção, os estudos prévios de demanda necessários às tomadas de decisão, visando à otimização na alocação dos recursos, na formulação e execução dos projetos. • Recomendação 181157: Providenciar, de forma tempestiva, as medidas necessárias visando à implementação do projeto de urbanização da casa do estudante, com vistas a sua ocupação pelos discentes selecionados. • Recomendação 181158: Aplicar mecanismos de avaliação/adequação em todos os projetos de construção recebidos de outras Ifes, de modo a viabilizar a sua implementação local • Recomendação 181159: Apurar responsabilidades para verificação da existência de prejuízos financeiros resultantes de remanescente de obra em função da supressão de serviços ou pela postergação, até o momento, da utilização da casa do estudante. • Recomendação 181160: Fortalecer as ações de planejamento na Unidade com vistas ao bom desempenho na ocupação dos espaços físicos nos diversos campi. • Recomendação 181161: Estabelecer rotinas/procedimentos para o cumprimento das regras e diretrizes disciplinadas para os processos de cessão de espaços físicos na Unifap. • Recomendação 181162: Submeter à Assessoria Jurídica dessa Ifes, com vistas à preservação da legalidade dos atos praticados pelo gestor, todas as minutas de termos de cessão de espaços físicos a serem celebrados. • Recomendação 181163: Instituir rotinas/procedimentos para a realização de estudos prévios de demanda em todos os processos de outorga firmados por essa universidade, no intuito de elaborar planejamentos que levem em consideração os interesses da comunidade acadêmica. • Recomendação 181164: Providenciar a retificação do instrumento celebrado, de forma a garantir a contrapartida financeira legal devida pela ocupação de área por unidade do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. • Recomendação 181165: Submeter à Assessoria Jurídica dessa Ifes, com vistas à preservação da legalidade dos atos praticados pelo gestor, todas as minutas de instrumentos de cessão a serem celebrados. • Recomendação 181166: Estabelecer mecanismos de controle criando rotinas/procedimentos para a indicação de agentes fiscais em todos os convênios celebrados por essa Ifes. • Recomendação 181167: Providenciar instrumento de cessão de uso para amparar a ocupação do espaço físico por Unidade do Poder Judiciário do Amapá. | | |
| Caracterização das Recomendações da CGU | | |
| Relatório de Auditoria | Nº de Itens do R.A. | Comunicação Expedida |
| 201800615 | 05 | |
| Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação | | |
| Fundação Universidade Federal do Amapá | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | |
| O Relatório de Auditoria No 201800615 abordou a Avaliação de Gestão da IFES | | |
| Recomendações Atendidas | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Recomendação 181126: Fazer constar no regimento interno da Audint a responsabilidade do auditor-chefe por opinar sobre a adequação e efetividade dos controles internos e a gestão de riscos da Unifap. | | |

Recomendações em Monitoramento

- **Recomendação 181125:** Rever os cálculos dos montantes devidos aos servidores de CPF ***.461.042-**, ***.945.077-**, ***.330.702-** e ***.209.662-**, e confrontá-los com os valores pagos. Caso se constate que houve pagamento a maior, obter parecer jurídico quanto a viabilidade de requerer reposição ao erário. Uma vez confirmada a viabilidade, adotar medidas com vistas a obtenção da referida reposição.
- **Recomendação 181127:** Fazer constar no Estatuto e o Regimento Geral da Unifap que a Audint está subordinada diretamente ao Conselho de Administração.
- **Recomendação 181128:** Estabelecer política formal de competências voltada para a Unidade de Auditoria Interna e seus auditores.
- **Recomendação 181129:** Revogar todas as portarias que concederam jornada de trabalho reduzida aos servidores técnicos-administrativos da Unifap, com exceção da Divisão de Informação e Auxílio ao Usuário - DIAU/Biblioteca; Divisão de Documentos e Programas Especiais - DDPE/Biblioteca; Serviço de Protocolo do Departamento de Registro e Controle Acadêmico - Protocolo/DERCA; Serviço de Protocolo Geral ? SEPRO.
- **Recomendação 181130:** Demonstrar se os serviços executados pela DIAU/Biblioteca, DDPE/Biblioteca; Protocolo/DERCA; SEPRO, atendem às exigências estabelecidas no artigo 3º do Decreto nº 1.590/1995, bem como identificar os servidores que efetivamente executam tais serviços. Em caso afirmativo, avaliar a conveniência e oportunidade de manter a jornada de seis horas semanais em regime de escala.
- **Recomendação 181131:** Rever os dispositivos que constituem a Resolução nº 015 de 5 de junho de 2017, do Conselho Universitário a fim de adequá-los aos ditames do Decreto nº 1.590/1995, em especial os artigos 9º e 13, bem como os artigos de 23 até o 28.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO

Um relatório integrado deve divulgar informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor em curto, médio e longo prazo.

No processo de determinação da materialidade de quais assuntos seriam abordados no Relatório de Gestão da Unifap -2018, optou-se por abordar temas que constantemente são discutidos em reuniões entre os responsáveis pela governança da Unifap e que afetam ou podem afetar a capacidade da universidade de gerar valor.

Nesta perspectiva, buscou-se demonstrar no relato integrado como utilizamos os nossos recursos e processos para gerar valor no ensino, na pesquisa e na extensão universitária, e quais produtos/serviços foram entregues à sociedade.

Declaramos que o Relatório de Gestão da Universidade Federal do Amapá – 2018 foi elaborado, na forma e em conteúdo de apresentação, atendendo de forma parcial a Estrutura Internacional para Relato Integrado do IIRC, conforme as determinações legais do Tribunal de Contas da União - TCU, Decisões Normativas - TCU nº 170 e 172, de 2018 e as orientações do sistema e-Contas. A gestão superior desta IFES coordenou a elaboração e reconhece a integridade do Relatório Integrado e a aplicação do pensamento coletivo na preparação e na apresentação do mesmo.

Quanto à apresentação das informações no modelo de Relato Integrado opinamos que esse formato é bastante inovador, pois permite apresentar aos órgãos de controle e a sociedade uma prestação de contas dinâmica e de fácil entendimento abordando as questões estratégicas, e apresentando os resultados que materialmente beneficiaram a sociedade.

Reitor
Júlio César Sá de Oliveira

Vice-Reitora
Simone de Almeida Delphim Leal

Pró-Reitora de Graduação
Elda Gomes Araújo

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Amanda Alves Fecury

Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias
João Batista Gomes de Oliveira

Pró-Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais
Manuel de Jesus de Souza Pinto

Pró-Reitor de Administração
Seloniel Barroso do Reis

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas
Cleidiane Facundes Monteiro Nascimento

Pró-Reitora de Planejamento
Luciana Santos Ayres da Silva